UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULA THAÍS ANTUNES PEREIRA

DESTINOS DA SEXUALIDADE NO CÁRCERE FEMININO

SÃO PAULO

2019

PAULA THAÍS ANTUNES PEREIRA

DESTINOS DA SEXUALIDADE NO CÁRCERE FEMININO

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ilana Mountian

SÃO PAULO

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Antunes Pereira, Paula Thaís

Destinos da sexualidade no cárcere feminino / Paula Thaís Antunes Pereira;
orientador Ilana Mountian. -- São Paulo, 2019.

107 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Psicanálise. 2. Mulheres. 3. Sexualidade. 4. Pulsão. 5. Prisão. I. Mountian,
Ilana, orient. II. Título.

Nome: Paula Thaís Antunes Pereira

Título: Destinos da sexualidade no cárcere feminino

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de mestre em
Psicologia Clínica.

Data da aprovação:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ilana Mountian

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Lacorte Giansi

Prof.^a Dr.^a Emília Estivalet Broide

Agradecimentos

Cada palavra deste trabalho não poderia ter sido escrita sem o carinho, o apoio, o afeto, a confiança e a paciência de muitas pessoas que cruzaram, de diferentes formas, o meu caminho.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Ilana Mountian por apostar nessa pesquisa desde o primeiro café que tomamos juntas na padaria, agradeço à confiança em meu trabalho, aos importantes questionamentos, às contribuições teóricas e às indicações de leituras feministas.

À Prof.^a Livre-Docente Miriam Debieux Rosa, agradeço por me receber em seu núcleo de pesquisa, pela transmissão da psicanálise sempre atenta aos contextos sociais, que motiva minha prática clínica. Agradeço também pela participação em minha banca de qualificação, pelos generosos apontamentos.

Ao Prof. Dr. Ivan Ramos Estevão, pelas trocas, por me receber como supervisor no Estágio Supervisionado em Docência.

À Prof.^a Dr.^a Ana Maria Loffredo, por ser minha primeira referência à teoria psicanalítica, suas aulas e seu modo de transmitir marcaram meu caminho e minha direção teórica desde a graduação.

À Prof.^a Dr.^a Margareth Rago, pela abundante e rica contribuição em minha banca de qualificação, por ter lido meu trabalho com interesse e entusiasmo.

À Emília Estivalet Broide, pela escuta sempre carinhosa, por me ensinar a trabalhar em situações sociais críticas e por poder contar com suas contribuições em minha pesquisa.

À Ana Paula Lacorte Ganesi, pelo privilégio em poder contar com sua presença e suas contribuições nos destinos do meu trabalho.

À Ana Carolina Campos Gebrim, por me inspirar em sua escuta clínica, pela parceria em diversos trabalhos e por aceitar meu convite para participar de minha defesa como suplente.

Ao Prof Alvinho Augusto de Sá e aos colegas que compartilharam comigo as ricas experiências dentro do grupo GDUCC, principalmente, Natália Sanzovo, Thalita Tozi, Hilem Oliveira, Filipe Fialdini, Maurício Abreu e João Rezende.

Ao Mauro Mendes Dias, pelo silêncio, pela precisão.

Ao Conrado Ramos, pela escuta delicada, pela atenção e pelos preciosos direcionamentos teóricos. Obrigada por contribuir de forma significativa em minha pesquisa.

À Aline Martins, pela disponibilidade em me escutar, por me ajudar do início ao fim dessa pesquisa, antes mesmo dela começar a acontecer.

À Priscila Souza, companheira de estudos e de luta, admiro sua força e seu engajamento.

Ao Pedro Lagatta, por todas as conversas e trocas sobre prisão, por ouvir inúmeras vezes meus desabafos.

Aos colegas do Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (USP-SP), principalmente, Fernanda Sato, Laura Shdaier, Raona Martins, Carolina Escobar, Diego Penha, Gabriel Binkowski, Jaqueline Ibrizi, Ana Musati Braga, Carolina Bertol, Cristina Rocha, Joana Primo, Mariana Belluzi, Marta Okamoto, Patrícia Lemos e Pedro Seincman.

Às minhas parceiras de trabalho, Tereza Meirelles, Luciana Cruz, Luiza Arroyo, Luiza Ferreira e Victoria Junqueira, por poder experienciar com vocês o melhor grupo de trabalho que eu já participei. Obrigada por dividirem comigo ideias, carinhos e angústias. Obrigada por estarem comigo nos trabalhos dentro e fora do cárcere.

Às amigas que foram o melhor presente que pude ganhar dentro da experiência de mestrado. À Kamila Fahs, pela sensatez, à Bárbara Cristina, pelo humor, à Gabriela Medeiros pela doçura, à Helena Morillo, pela tranquilidade, à Andressa Carvalho, pela coragem. Agradeço a todas pela união, pela força e pelo carinho. Obrigada por trilharem comigo esse caminho.

Agradeço à Leticia Nolasco e ao Pedro Obliziner pela parceria no grupo de orientação.

Às queridas amigas de graduação, de *fôlei* e da vida Mariana Rodrigues, Ana Luiza Roncatti, Priscilla Terumi, Juliana Arnhold, Silvia Hasse e Fernanda Suziku

À Marcela Albanesi, que, mesmo que cada vez mais raros, nossos encontros são inestimáveis para mim.

À Ligia Rufine Nolasco, nossa recente amizade parece que vem de anos, obrigada pela ajuda sempre que preciso, obrigada por poder compartilhar as angústias e as alegrias, por estar sem presente, pelas tardes juntas na clínicas, pelo afeto e carinho e por caminhar comigo.

À Isabel Correia Netto Cavalcanti, minha primeira amizade dentro da graduação, agradeço a todas experiências que vivemos juntas, obrigada por seguir ao meu lado, por compartilhar comigo alegrias e tristezas, obrigada pela disponibilidade em ler meu texto e me ajudar, poder contar com você é muito importante.

À Daniela Tankevicius Ferraz, você é parte essencial não só deste trabalho, mas da vida. Obrigada por todo apoio, obrigada por ser minha companheira. Em um mundo cheio de prisões, aprendi com você que a amizade é o exercício mais puro de liberdade. Obrigada por poder ser livre com você.

Aos *mingos*, amigos e amigas que entraram na minha vida, por serem sempre carinhosos e atenciosos, por me proporcionarem momentos de diversão e por terem me ajudado, de diversas formas, na construção desse trabalho: Emanuela Almeida, Priscila Ferraz, Nayara Brito, Karla Botaro, Fernanda Hartmann, Victor Mitelli, Marcelo Sena, Geison Geraldo, Paulo Farah, Mauricio Uehara, Lia Poggio, Igor Vandrê, Fabiano Kaczorwsky e Túlio Vilela.

Às minhas amigas de infância e de adolescência, Paula Signoretti, Barbara Savini, Laura Trevizo, Lilian Fransozo e Thais Oliveira, obrigada amigas, por me ensinarem que a distância e os diferentes caminhos da vida não abalam a solidez que construímos. Com vocês lembro de minhas raízes, percebo o quanto amadurecemos e admiro o que nos tornamos. Agradeço também as recém-chegadas Helena e Maitê pela alegria e esperança que trazem em uma nova geração.

Aos meus irmãos Lívia Daniela Antunes Pereira e André Antunes Pereira, por vocês sou capaz de tudo.

À vó Cida, à vó Geni e ao vô Argemiro (*in memoriam*), por serem os maiores exemplos de minha vida.

Ao João Paulo de Carvalho Menezes, por trazer novas cores para o meu mundo e por me ensinar constantemente a ver a vida de formas diferentes. Obrigada pelo carinho, pelo respeito, pela sinceridade, pelo companheirismo e pela parceria. Por estar comigo nos momentos que mais preciso, pelas mais sinceras risadas. Obrigada por toda força e apoio que me deu durante todo o processo desta pesquisa até o final. É muito bom estar na vida descobrindo coisas novas com você. Te amo.

À minha mãe, Diva Alegre Pereira, e ao meu pai, Levi Antunes Pereira, pelo amor incondicional, pelo cuidado sem medidas, pela preocupação e pelo carinho. Pela

ternura na transmissão de suas sabedorias e ensinamentos. Cada um a seu modo me ofereceram as bases fundamentais para que eu pudesse me tornar o que sou hoje. Agradeço a vocês dois pela vida, obrigada por estarem ao meu lado e me apoiarem sempre.

A todas as mulheres que encontrei dentro do ambiente prisional e que dividiram comigo suas histórias, angústias e também alegrias.

À CAPES, pela bolsa concedida.

“Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.”

(Audre Lorde)

“Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome”

(Clarice Lispector)

Resumo

PEREIRA, P. T. A. Destinos da Sexualidade no Cárcere Feminino: 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esse trabalho analisa questões relativas à sexualidade, compreendida através das elaborações psicanalíticas do conceito de pulsão apresentados por Sigmund Freud e, posteriormente por Jacques Lacan, dentro de unidades prisionais femininas. O número de encarceramentos de mulheres tem apresentado proporções alarmantes mundialmente e, nesse contexto, o Brasil apresenta-se com a quarta maior população feminina em instituições penitenciárias. Pela complexidade apresentada nessa situação, o problema extrapola o campo jurídico e exige um olhar interdisciplinar que possa apontar tanto as condições que contribuem para esse processo de aprisionamento em massa, quanto indicar caminhos para possíveis providências ou resoluções. A partir do questionamento sobre o baixo número de visitas e de visitas íntimas em penitenciárias femininas, o objetivo inicial foi responder tais perguntas: Como as mulheres em privação de liberdade lidam com questões relativas à sua própria sexualidade nesse ambiente, há espaço para isso, em que âmbito e de que forma isso emerge? Articulando essa investigação com a análise sobre qual o lugar no laço social ocupado pelas mulheres que foram selecionadas pelo sistema penal e quais seriam os desdobramentos psíquicos diante da experiência de aprisionamento. A investigação ocorreu através da análise da experiência de escuta com mulheres vivendo em condição de privação de liberdade em unidades prisionais de São Paulo. Para contextualizar o campo de estudo, foi utilizado um retorno histórico, apontando como hipótese, que os aprisionamentos femininos ocorrem há muito tempo no contexto brasileiro. Apresentamos as práticas e discursos que, historicamente, circunscreveram e encarceraram mulheres ao espaço doméstico, aos hospitais psiquiátricos e às prisões modernas. Posteriormente, foi examinada a experiência de escuta dentro do contexto prisional utilizando a psicanálise como método de análise, que apresenta uma ampliação acerca do entendimento sobre a sexualidade, não mais restrita ao biológico e à reprodução, mas articulada com o inconsciente e com a linguagem, originando o conceito de pulsão. Desse modo, concluímos que frente as limitações e as privações características de um sistema prisional é possível elencar alguns espaços de destinações pulsionais, onde existe a possibilidade do endereçamento ao Outro e do sujeito de desejo emergir, são eles: o trabalho, os relacionamentos, a maternidade e as cartas.

Palavras-chaves: Psicanálise; Mulheres; Sexualidade; Pulsão; Prisão

Abstract

PEREIRA, P. T. A. Destinations of Sexuality in Female Imprisonment 2019. 102 p. Dissertation (Master) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This master's thesis analyzes matters regarding women sexuality in female prison units read through psychoanalytics elaborations of the drive concept presented by Freud. The number of female incarceration has taken alarming proportions worldwide. In this context Brazil has the fourth biggest population of women inside prison institutions. Because of the complexity in the situation, this problem extrapolates the legal field and demands an interdisciplinary look that enumerates both the conditions that contribute to this mass imprisonment as ways to the possible measures or solutions to it. From questioning the low rate of visits and intimate visits in female prisons, the initial goal was to answer such questions: How women in deprivation of liberty handle matters regarding its own sexuality in this environment, is there any room for it, where and how does it emerges? Joining this investigation with the analysis of what is the role of women selected by the prison system in the social tie and what are the psychic unfoldings against the imprisonment experience. The investigation happened through the analysis of the listening experience with women living in condition of liberty deprivation in São Paulo's prison units. To contextualize the field of study it was used a historical return pointing towards the hypothesis that the female imprisonment has been happening for a long time in the brazilian context. We present the practices and speeches that historically limited and imprisoned women to the domestic spaces, psychiatric hospitals and modern prisons. Subsequently it was examined the listening experience inside the prison context using psychoanalysis as method of analysis, that presents the amplification regarding the understanding of sexuality not restricted by biology and reproduction but articulated with the unconscious and with a language, originating the concept of drive. Thus we concluded that facing the limitations and privations featured in the prisional system it is possible to enumerate some spaces of drive destinations, where there is the possibility to address to the Other and the emerge of the subject of desire, these are: the work, the relationships, the motherhood and the letters

Keywords: Ps psychoanalysis; Women; Sexuality; Drive; Prison

Lista de Siglas

CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
GIR	Grupo de Intervenção Rápida
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
LEP	Lei de Execuções Penais
ONSP	Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais
PNAMPE	Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Sumário

1.	Introdução	13
1.1	Construindo um problema de pesquisa.....	16
1.2	Sobre o método.....	20
1.3	Objetivos	28
2.	Mulheres, Normas e Discursos	29
3.	Aprisionamentos Femininos	34
3.1	Lar.....	35
3.2	Hospitais psiquiátricos	42
3.3	Prisões femininas.....	47
4.	Destinos da sexualidade	56
4.1	Sexualidade, pulsão e sujeito.....	60
4.2	Trabalho.....	73
4.3	Relacionamentos	80
4.4	Maternidade	86
4.5	Cartas	95
5.	Considerações finais.....	101
	Referências.....	107

1. Introdução

Foi em abril do ano de 2014 que entrei pela primeira vez em uma penitenciária, época em que estava realizando o curso de graduação em psicologia na Universidade de São Paulo.

Não foi por acaso que naquele dia quinze atravessei o Parque da Juventude¹, localizado na Zona Norte de São Paulo, rumo à Penitenciária Feminina de Sant'Anna. Estava ali por um interesse que me habitava há um longo tempo, o de conhecer e me aproximar da realidade prisional brasileira.

Também não estava sozinha, compartilhavam comigo dessa experiência cerca de vinte pessoas, em sua maioria também alunos de graduação, que se inscreveram e foram aprovados em uma atividade de extensão oferecida pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Passamos em grupo pela primeira portaria da penitenciária e atravessamos o caminho asfaltado, margeado por altas árvores e alguma vegetação até chegarmos em uma grande muralha, onde encontramos uma segunda portaria. Enfileirados, aguardamos a averiguação de nossos documentos e, posteriormente, passamos pelo detector de metal e por uma leve revista, seguindo então até o pátio interno, cercados por jardins e pela presença de alguns patos que andavam pela área verde. Em nossa frente estava o prédio da administração, acessível por uma escadaria.

Não sem deixar de notar a frase escrita e inscrita em uma parede acima da entrada principal – “Aqui, o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social” – adentrei aquela unidade e passei por salas administrativas, cozinha, oficinas de trabalho, escola, pavilhões e celas.

Desde esse primeiro contato com esse cenário, inserido dentro do imenso e complexo sistema prisional, comecei a tecer minhas observações e sensações à

¹ Parque da Juventude, localizado na Zona Norte de São Paulo desde 2003, é um complexo cultural, recreativo e esportivo com 240 mil m². Está situado onde anteriormente encontrava-se a Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru, local onde ocorreu o massacre de 111 homens em privação de liberdade, em 2 de outubro de 1992.

respeito dessa aproximação. Os diferentes cheiros, os barulhos das grades, os silêncios, os olhares, as evitações, os interesses, as curiosidades, os incômodos, os modos de andar, como o corpo deve ser colocado. Os corpos das mulheres ali presentes, por quem passei, o meu corpo.

Sensações estas que me inundavam à medida que se dava o meu deslocamento pelos espaços da instituição. Enquanto caminhava para entrar ou sair dos espaços, cruzava com as diversas mulheres que encontravam-se, pela lei, privadas de liberdade. Muitas que cumpriam sua pena ou esperavam pelas suas sentenças², visto que é grande o número de mulheres em prisões provisórias, ou seja, sem que tenham sua pena decretada.

Nesse movimento, foi tornando-se visivelmente notória uma diferença que marcava os lugares ocupados dentro daquele território entre mulheres-guardas, mulheres-presas e eu-mulher, mesmo que não soubesse muito bem que lugar eu passava a ocupar: a vestimenta.

As guardas, em sua maioria, vestiam-se com os uniformes pretos, as mulheres em privação de liberdade usavam os uniformes que eram constituídos de camisetas brancas e calça caqui ou laranja, aos alunos e às alunas foi solicitado que evitassem roupas brancas, caquis ou laranjas. As roupas serviam exatamente para diferenciar-nos e colocaram uma primeira questão: o que de fato nos diferencia?

Nas trocas de olhares com as mulheres privadas de liberdade, foi possível perceber olhares curiosos, sorrindo, irritados, de quem não queria ser olhada, e não olhares, evitações. O que faz outra pergunta insistir, como posso ou devo olhar?

Durante o transcorrer dessa aproximação, algumas cenas deixam marcas. A primeira delas ocorreu no caminho para uma das oficinas de trabalho, onde nos deparamos com um grupo de mulheres enfileiradas que estavam andando, acompanhadas por uma guarda. No momento do encontro – enquanto eu continuava em movimento –, a um comando da guarda que as acompanhavam, elas param, ainda enfileiradas, próximas da parede e em um movimento quase automático, a maioria

² De acordo com o relatório Infopen Mulheres, publicado em 2018 com dados de dezembro de 2015 e junho de 2016, a taxa de prisão provisória nos presídios femininos brasileiros alcança 45%, ou seja, quase metade da população carcerária de mulheres.

delas olha para chão, como que proibidas de olhar para nós até que o momento da confluência se encerre.

Em seguida, na cozinha, havia mulheres preparando comidas, que mais à frente seriam servidas naquela unidade e, também, enviadas para outras penitenciárias. De repente, somos surpreendidos por uma ratazana que aparece e logo se esconde das vistas causando surpresa e espanto. Após nosso susto, recebemos a explicação de que aquilo era algo normal e elas estavam acostumadas. Nesse lugar, também encontramos o “caderno das facas”, no qual as mulheres que precisavam usar esse utensílio, tinham que deixar o nome registrado no papel, para evitar riscos de roubo, como nos explicou a guarda que nos acompanhava.

Em outra oportunidade, em uma visita semelhante à mesma instituição, fomos avisados por um guarda: “Aqui é um barulho só, vocês vão ver. Se fosse penitenciária masculina, estaria tudo silêncio”. Mulheres falam demais.

Também, nesse dia, após passar por algumas das dependências da instituição, o guarda, que acompanhava o percurso, nos conduziu para dentro do pavilhão, local onde ficavam as celas. Dentro daquela cela encontravam-se duas mulheres, o guarda então abriu a grade e perguntou quem gostaria de entrar. De repente, a curiosidade deu lugar ao constrangimento e houve a recusa imediata a esse “convite”.

Convidar alguém para entrar, remete ao que fazemos quando somos visita na casa de alguém. Certamente não estávamos na casa de nenhuma delas e, também, não na casa do guarda. O constrangimento causado pela cena revela certa obscenidade e os limites da exposição. Faz suscitar um questionamento sobre a série de violações que podem ocorrer nesse lugar, das menos óbvias até as explícitas.

Os questionamentos e os trabalhos em unidades prisionais femininas não se encerraram com o término da graduação. Atualmente, sigo participando de um projeto junto a um grupo de psicólogas e profissionais de outras áreas da saúde, que sustentam voluntariamente atividades de escuta e atendimentos às mulheres que se encontram dentro da Penitenciária Feminina da Capital.

Desse modo, o universo prisional e suas inúmeras questões fizeram e fazem parte do meu cotidiano, em diferentes locais e situações, como visitas regulares às diferentes instituições prisionais, plantões em frente à penitenciária em dia de

“saidinha”³, participação em grupos de estudos e aproximação com organizações que se dedicam ao tema. Somam-se cinco anos de experiências e indagações dentro desse campo. E é a partir dos questionamentos suscitados por meio dessas experiências que a presente pesquisa começou a se desenhar.

1.1 Construindo um problema de pesquisa

Destinos da sexualidade no cárcere feminino foi o título escolhido para esta dissertação, quando as inquietações que me trouxeram até esta pesquisa começaram a se apresentar.

Dentro das inúmeras complexidades que o âmbito carcerário apresenta, principalmente aquelas relativas às mulheres, não são poucos os temas que requerem a necessidade de serem explorados, por exemplo, a seletividade penal, a precariedade de condições do sistema penitenciário, a superlotação, a falta de acesso à saúde, a ausência de atividades, as inúmeras violências físicas e psíquicas, entre outras questões que extrapolam a esfera da infraestrutura e garantia de direitos.

A importância desses temas é ampliada quando levamos em consideração o aumento exponencial do número do encarceramento feminino ocorrido no contexto brasileiro na atualidade, informação que revela a urgência dessas questões. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que coleta e publica as informações referentes a todas as unidades prisionais brasileiras, em um período de dezesseis anos – 2000 à 2016 –, a população prisional feminina passou de menos de 6 mil para 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656%. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016.

³ A Lei de Execuções Penais (LEP) prevê a possibilidade de serem deferidas as chamadas autorizações de saída, situações em que a pessoa privada de liberdade é autorizada a deixar o estabelecimento prisional onde cumpre a sua pena. A saída temporária é uma delas e está prevista nos artigos 122 a 125 da LEP.

Apesar do número de mulheres em privação de liberdade ser menor que o de homens na mesma situação, é a porcentagem relativa ao aumento nos últimos anos que revela uma situação preocupante.

A dinâmica prisional no Brasil apresenta, de forma ampliada, conflitos extremamente importantes, que refletem diretamente as condições de exclusões de nossa sociedade atravessadas por questões de gênero, classe social e raça. Condições históricas do Brasil que atravessamos desde nosso passado colonial marcado pelo sistema escravocrata.

Na busca por uma percepção sobre as dinâmicas prisionais, por meio do contato com os dados estatísticos fornecidos por relatórios sobre o tema, um aspecto evidenciou-se entre outros: o baixo número de visitas e, principalmente, visitas íntimas recebidas em unidades prisionais femininas.

Segundo a pesquisadora Padovani (2010), o direito à visita íntima foi ignorado pelos estabelecimentos penais femininos de todo Brasil por mais de quarenta anos, visto que, desde 1955, a Lei de Execução Penal já dispunha do artigo 41, no qual encontravam-se previstos os direitos relativos à visita íntima, que, em unidades prisionais masculinas, passou a vigorar rapidamente.

No caso das mulheres, somente em março de 1999, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), órgão máximo da execução penal, identificando um problema sexual nas prisões brasileiras e a ausência de legislação expressa que não reconhecia os mesmos direitos para a população carcerária feminina, editou a Resolução no 01, de 30 de março de 1999, recomendando aos departamentos penitenciários estaduais e órgãos congêneres que fosse assegurado o direito à visita íntima às pessoas em privação de liberdade de ambos os sexos, tentando, dessa forma, enfatizar que homens e mulheres possuíssem os mesmos direitos.

De acordo com essas resoluções, a visita íntima é entendida como a recepção pela pessoa privada de liberdade, nacional ou estrangeira, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro(a), no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas, pelo menos uma vez por mês. As visitas são caracterizadas como forma de manutenção das relações familiares e matrimoniais. Ainda assim, na Penitenciária Feminina da

Capital, a mais antiga unidade penal feminina do estado de São Paulo, a primeira visita íntima ocorreu somente em 2001 (PADOVANI, 2011).

Mesmo após os direitos das mulheres às visitas íntimas serem reforçados legalmente, sua concretização esbarra em diversos limites. De acordo com Lima (2006), alguns deles estão relacionados às próprias instituições prisionais femininas que não possuem um espaço apropriado para tais visitas e que atuam de forma mais controladora, definindo dias, horários e tempo de permanência de forma muito mais restritiva quando comparada com unidades prisionais masculinas. Em muitos casos, apresentam como justificativas a essas premissas as preocupações referentes à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis, situações que gerariam transtornos para a administração penitenciária.

Outro fator significativo nesse contexto é o que diversos trabalhos apontam como um expressivo abandono⁴ sofrido pelas mulheres quando estas encontram-se em cárcere privado; uma marca também indicada como diversa do contexto prisional masculino que, em geral, continua recebendo apoio dos familiares e de suas companheiras ao longo do cumprimento da pena.

Informação também veiculada por mídias digitais⁵, em reportagens que apresentam o contraste entre as longas filas de espera durante a madrugada frente às unidades prisionais masculinas, onde mulheres levam o jumbo⁶ e se arrumam aguardando o encontro e as filas curtas e silenciosas dos dias de visitas em unidades prisionais femininas.

Questiona-se, então, a partir desses dados, o lugar no laço social ocupado pelas mulheres e, por aquelas que foram selecionadas pelo sistema penal, bem como os desdobramentos psíquicos diante de uma vivência de abandono e exclusão.

⁴ Ver sobre isso os trabalhos do Instituto Terra Trabalho e Cidadania como o Relatório MulheresSemPrisão e o artigo Mulheres e tráfico de drogas: uma sentença tripla, assim como os documentos e relatórios produzidos pela Pastoral Carcerária.

⁵ Ver sobre isso as notícias "Sexo vigiado: visita íntima é separada por lençóis e tem hora marcada" em Correio 24 horas; "Histórias de dor que se cruzam na fila de Gericinó", em Jornal O Globo; "Mulheres de presidiários fazem protesto contra fim da visita íntima", em Jornal Valor Econômico; "Visita a presídios expõe mulheres e crianças a revistas vexatórias", em Jornal Estado de Minas; "Ser mulher em um sistema prisional feito por e para homens", em Ponte Jornalismo e "O peso do jumbo: as mulheres que levam comida e afeto às prisões femininas", em Revista Vice.

⁶ Jumbo é o conjunto de mantimentos, como cigarros, itens de higiene pessoal, roupas, comidas e outros objetos, que as pessoas em privação de liberdade podem receber de seus familiares ou amigos. Cada unidade prisional pode apresentar uma relação e regras diferente de produtos permitidos.

Por que as mulheres recebem poucas visitas íntimas quando estão privadas de liberdade? Por que o abandono de mulheres é um traço recorrente? Como elas lidam com essa situação dentre todas as outras, já apresentadas anteriormente, que atravessam quando estão nesse contexto? Em suma, como as mulheres em privação de liberdade lidam com questões relativas à sua própria sexualidade nesse ambiente? Há espaço para isso em que âmbito? E de que forma isso emerge?

O já apresentado grande aumento do número de mulheres presas atualmente, geralmente é explicado pela determinação da política de guerra às drogas, um projeto importado dos Estados Unidos, que fez entrar em vigor, em outubro de 2006, no Brasil, a nova Lei de Drogas, aumentando as penas mínimas de crimes relacionados ao comércio de substâncias ilícitas, seguindo a lógica de endurecimento das penas para o tráfico.

Porém, a premissa deste trabalho é que outros fatores estão em jogo, como os aspectos ligados às condições sociais de classe, raça e gênero, a continuação de uma política higienista que agora opera em conjunto com a mentalidade neoliberal presente não somente no Brasil. Uma política que age em consonância com a vigilância e a regulação de corpos e sexualidades, trabalhando em conjunto com um discurso social historicamente difundido que circunscreve a posição das mulheres na sociedade. Crenças sobre o papel dito como apropriado e esperado das mulheres, suas responsabilidades no que tange a esfera pública da sociedade ou privada, familiar.

O campo das relações sociais é complexo e resulta de vários fatores vinculados aos processos históricos e políticos. A linguagem integra esses processos e os discursos que circulam na interação entre indivíduo e sociedade constituem nossa subjetividade, porém, esses discursos não são neutros, mas inseridos numa cadeia de significantes, que, de acordo com a sua determinação histórica, têm valores e significados específicos (MOUNTIAN, 2014). A trama simbólica que constitui os modos de inscrição de cada sujeito no discurso do Outro, que é o discurso da cultura a que pertence, designará lugares, posições, deveres e traços identificatórios.

Assim, a presente pesquisa investiga a hipótese de que a situação de abandono vivenciada dentro das penitenciárias femininas no Brasil seja intensificada por razões sociais e históricas em que vigorou um discurso hegemônico atuante na construção de normas e comportamentos aceitáveis ou desviantes, no cerceamento da sexualidade feminina e na produção da imagem da mulher vinculada à ideia da

maternidade, da bondade e da castidade, preceitos que sempre levantaram pontos de resistência. E que também faz parte de uma série de aprisionamentos vivenciados por mulheres em diferentes momentos históricos, como será apresentado no decorrer da pesquisa.

Foi em um segundo momento que começamos a compreender que não havia sido por mero acaso que o título dessa dissertação remetia ao texto freudiano “A pulsão e seus destinos”, publicado originalmente em 1915. Se, com Sigmund Freud, entendemos que há um descolamento do que é da ordem do sexual da genitalidade, pode-se perceber que muitas das diversas falas escutadas dentro das penitenciárias diziam respeito às formas de destinações das pulsões, dos afetos, dos desejos e das resistências dessas mulheres dentro de seu contexto atual, assim, elencamos nessa pesquisa alguns deles.

Vale ressaltar que a palavra destino, principalmente relacionada às questões femininas, remete à ideia de algo estático, fixo, inevitável, carregando a impossibilidade de mudança – “o destino da mulher é ser mãe”. Porém, aqui introduzo esse significante com a ideia de algo que se dirige, relativo ao caminho, à destinação e endereçamentos, que podem ser móveis, errantes.

Dessa forma, o que foi sendo escutado através do tempo e dos encontros com as mulheres dentro do cárcere é que a sexualidade escorre para diversos pontos e endereços e que são esses os possíveis lugares onde há a possibilidade de potência, de vida e de desejo, lugares de resistência do sujeito. Uma resistência como apresentada por Birman (2006), na qual é possível reconhecer que o sujeito ainda se encontra presente.

1.2 Sobre o método

É no decorrer da aproximação com sistema penitenciário feminino e no contato com dados explicitados anteriormente que surge o desejo de realizar uma pesquisa psicanalítica que envolvessem os temas relativos à sexualidade, a mulheres e a unidades prisionais femininas.

Pode-se compreender, durante o percurso em unidades prisionais, que as experiências vivenciadas apresentavam importantes e significativos elementos a

serem discutidos em uma dissertação acadêmica, tendo como finalidade tanto a transmissão e elaboração dessas vivências quanto o questionamento das circunstâncias que levam ao aprisionamento em massa de mulheres e as aparentes dificuldades relativas à sexualidade que as envolvem nesse contexto.

Assim, esta pesquisa se divide em duas partes. Busca-se, primeiramente, nos segundo e terceiro capítulos desta dissertação, apresentar alguns aspectos históricos que envolvem a construção de discursos sobre as mulheres, assim como elaborar nossa hipótese de que os aprisionamentos femininos se deram no decorrer do tempo de diversas formas na sociedade ocidental e no Brasil, nos espaços domésticos, nos hospitais psiquiátricos e, atualmente, na prisões.

Levamos em conta aspectos próprios de nosso país, que envolvem tanto a herança de uma mentalidade europeia, como também os processos de colonização e escravidão. Para essa construção, contamos com as produções e livros de historiadoras brasileiras e com os textos e as pesquisas psicanalíticas que também utilizam uma análise histórica para buscar compreender os fenômenos estudados.

Na segunda parte, serão apresentadas as experiências vividas dentro de ambientes penitenciários, analisadas pela perspectiva do conceito psicanalítico de pulsão. Na primeira parte do capítulo quatro, apresentamos esse conceito utilizando as obras freudianas e lacanianas para, então, partirmos para a descrição do que denominamos como destinos da sexualidade no cárcere feminino, a saber: o trabalho, os relacionamentos, a maternidade e as cartas.

Retornar a essas experiências para analisá-las é sustentada pelas próprias bases epistemológicas de uma pesquisa psicanalítica, que se constrói a posteriori.

Assim, para desenvolver a segunda parte da pesquisa, retornamos ao ano de 2014, época da primeira inserção em um ambiente prisional feminino na cidade de São Paulo, que ocorria por meio de um projeto de extensão oferecido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Dessa forma, a entrada na unidade prisional não demandava a revista íntima, procedimento que, apesar de proibido desde 12 de agosto de 2014 em São Paulo, frequentemente é realizado para os visitantes amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade. Conhecida também por revista vexatória, essa prática consiste no desnudamento total ou parcial do visitante, seguido por movimentos repetitivos, como saltos ou agachamentos, em que os orifícios e áreas íntimas são inspecionadas.

No entanto, era solicitada a passagem por um detector de metal e a uma revista leve, caso o aparelho apontasse a necessidade. Geralmente, fazia soar o sinal de alarme os metais dos cintos, das botas e os aros dos sutiãs dos alunos e das alunas que participavam do projeto.

A instituição também requisitava a cautela com os tipos de vestimenta, o ideal seria calça e camiseta. Saias, shorts, blusas de alcinha não seriam permitidos, assim como deveriam ser evitados brincos, colares, anéis ou maquiagens muito “pesadas”.

As idas à penitenciária ocorriam semanalmente e os encontros eram formados por cerca de vinte pessoas, sendo metade delas mulheres em privação de liberdade, que eram selecionadas pela própria unidade prisional, e que poderiam recusar o convite caso não se interessassem. A atividade tinha a previsão de acontecer por seis meses e cada encontro tinha a duração de aproximadamente duas horas. Mesmo não sendo um grupo psicanalítico, nem formado somente por psicólogos, era um grupo de fala, que visava o diálogo, em que eram escolhido alguns temas variados, geralmente selecionados no início do semestre

A participação nesses encontros deram-se em 2014. Em 2015, a experiência realizou-se em uma prisão masculina e, em 2016, houve o retorno à unidade feminina.

Em 2017, iniciamos a participação em um novo grupo de atuação em unidades prisionais, dessa vez, formado por seis psicólogas. Esse projeto encontra-se vinculado ao trabalho de outros profissionais da área da saúde, que oferecem atendimentos a mulheres em privação de liberdade em outra unidade prisional da cidade de São Paulo.

Essa atividade começou em uma ala destinada a mulheres grávidas e recém-mães dentro do ambiente prisional e consistia em encontros quinzenais, nos quais era realizado grupos de conversa em que variava o número de mulheres participantes; dependendo da semana, entre três a quinze pessoas.

A ala materno-infantil é um espaço onde as mulheres permanecem até o momento em que devem entregar seus bebês para alguém da família ou para alguma instituição de abrigamento; após isso, voltavam ao pavilhão comum daquela unidade prisional ou da unidade onde estavam cumprindo a pena anteriormente. As que estavam na ala materno-infantil possuíam o livre arbítrio para participarem ou não dessa atividade oferecida por nosso grupo.

Desse modo, algumas mulheres permaneciam no grupo por mais tempo, outras menos, ocasionando certa rotatividade; a cada semana entrávamos sem saber o que nos esperava. Uma nova ala materno-infantil a cada encontro, novas pessoas, novas questões, novas reações, chegadas, saídas, notícias, falta de notícias, o que muitas vezes nos fazia deparar com a possibilidade de não mais encontrarmos algumas mulheres com as quais vínhamos trabalhando.

Em 2018, a atividade desse grupo expandiu-se, passando a ocorrer também para as mulheres que voltavam ao pavilhão comum, medida tomada visando a possibilidade de continuar acompanhando as mulheres após a entrega de seus filhos.

A partir dessas atividades, foram produzidos registros: textos, crônicas e diários de campos relativos às impressões e aos pensamentos suscitados nos encontros com o ambiente prisional e com as mulheres que nele estavam vivendo. Esses materiais, junto com os fragmentos de memória da pesquisadora, compuseram a base, enquanto ferramentas, para a análise retroativa pretendida na segunda parte deste trabalho.

Assim, parte desta pesquisa consiste no movimento de retorno a essas memórias na releitura dos textos produzidos e na re-visitação das marcas registradas.

Para Garcia Roza (1994), reler é produzir um outro discurso. Para além do comentário, enquanto algo revelador do texto, a releitura se propõe transformadora e, assim, “toma para com o texto uma atitude semelhante ao terapeuta em relação ao analisando”, a de não impor ao texto nossas próprias questões, mas tentar identificar as questões colocadas pelo texto.

Segundo Figueiredo e Minerbo (2006), ao ler um texto com cuidado e liberdade é possível dar a ele novo fôlego, novas possibilidades interpretativas, novo futuro. Ao ser bem lido, o texto renova-se e sai da experiência de leitura em direção a um porvir.

A transferência sobre as palavras é a condição precisa da análise psicanalítica deste material, mas a transferência sobre o objeto é o que abriu seu horizonte.

Um dos postulados básicos da teoria psicanalítica, que deve ser levado em conta a partir desses encontros, é a relação transferencial que se formará. Descoberta na relação analítica, a transferência não é um fenômeno exclusivo dessa relação e aparece, em maior ou menor intensidade, em todas as relações interpessoais. Porém, dar a devida atenção a esse elemento é o que caracteriza uma elaboração teórica como psicanalítica.

A pesquisa depende da transferência que o pesquisador estabelece com os textos que lê, com o campo que se aproxima e com a prática que sustenta sua intervenção. Leva-se em conta que a forma como os textos são lidos e a forma como se dão as escolhas teóricas e metodológicas, não se dão ao mero acaso, como já dito anteriormente, mas possuem um atravessamento próprio do inconsciente. Fenômeno observado na própria escolha do título deste trabalho.

Para além da interpretação do material de análise, a relação transferencial na relação entre pesquisador e pesquisado é fundamental, pois permite estruturar a produção de saber do sujeito (ROSA, 2002).

Assim, no retorno a esses materiais, buscou-se escutar os temas, as expressões, as brechas, as palavras e outros elementos significativos em um movimento de desconstrução e construção, a partir de uma análise psicanalítica, criando-se novos sentidos que, sendo inesperado, produz outra verdade sobre o texto.

Essa atenção aos detalhes, extraídos por meio da produção de uma relação transferencial, o acolhimento ao que aparentemente seria desprezível ou inútil dentro dos rastros de memória é o que a psicanalista Broide (2017) apresenta como o legado deixado pela teoria freudiana, que ressalta o enigma enquanto aquilo que instiga o desejo do psicanalista e suscita a indagação do pesquisador, que, em busca do conhecimento, coloca-se em movimento.

O trabalho com a psicanálise envolve como paradigma o sujeito do inconsciente e o saber psicanalítico implica em colocar-se à frente de um desconhecimento fundamental em que o pesquisador situa-se em uma posição de um não saber apriorístico sobre seu objeto de pesquisa, assim como sobre seu método de investigação.

Para construção do próprio edifício teórico da psicanálise, Freud elaborou e defendeu sua própria ideia de método. Em meados dos anos 1920, o autor apresentou uma série de artigos que visavam formalizar e consolidar suas duas décadas de atividades clínicas e práticas teóricas. Entre esses textos, encontra-se o trabalho intitulado “A pulsão e seus destinos” (1915), considerado como um dos mais fundamentais de sua obra (GARCIAROZA, 1984; IANNINI, 2014).

Nos primeiros parágrafos contidos nesse texto, Freud descreveu os aspectos fundamentais da maneira como construiu sua atividade científica, partindo, primeiramente, da observação e das descrições de fenômenos. A formação de

conceitos originam-se de ideias abstratas oriundas de lugares diversos, além das experiências do pesquisador, que, posteriormente, articulam-se com o material empírico:

Frequentemente ouvimos a exigência de que uma ciência deve ser construída sobre conceitos fundamentais claros e precisos. Na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste, antes, na descrição de fenômenos, que serão depois agrupados, ordenados e correlacionados. Já na descrição, não se pode evitar a aplicação de determinadas ideias abstratas ao material, ideias tomadas de algum lugar, por certo não somente das novas experiências. Tais ideias – os futuros conceitos fundamentais da ciência – tornam-se ainda mais indispensáveis na elaboração posterior da matéria. No princípio, elas devem manter certo grau de indeterminação [...]. (FREUD, 2017, p. 15)

Aqui, nota-se também a importância dada ao autor em sustentar a dimensão da indeterminação dos conceitos, que seguem com sua ressalva de que o progresso do conhecimento científico não tolera nenhuma rigidez nas definições.

Iannini (2014), ao analisar o texto freudiano, chama atenção ao fato de Freud afirmar que o cientista, antes de ser capaz de reconhecer e de demonstrar, parece ter que adivinhar as correlações significativas entre as ideias abstratas e o material empírico e isso incluiria um certo faro e tato do pesquisador, assim, a construção de hipóteses se dá por um processo complexo que envolve não somente o material e o fenômeno observado, mas também o inconsciente de quem pesquisa.

Nessa elaboração, se faz essencial que a dimensão especulativa ou imaginativa da fantasia entre em cena e é o que conhecemos como o desejo do analista/pesquisador que permite avançar. Assim como afirma Dunker et al. (2002), na construção do trabalho é o pesquisador que, como em um quebra-cabeças, selecionará os fatos, as evidências, descartará as distorções e irá elaborar uma falsa unidade, requerida por uma exposição persuasiva e sistemática.

Ao levar em conta a singularidade do sujeito, o método psicanalítico não se reduz às simples técnicas de reprodução e replicação, mas exige a atenção às surpresas, às reviravoltas, à avaliação de evidências e às informações categóricas. Para que essa construção ocorra, faz-se necessário um percurso de amadurecimento do problema, que inclui também a leitura prévia dos textos da investigação.

Essa dimensão de movimento também é apresentado quando consideramos a pesquisa psicanalítica entendida por Jacques Lacan, que, ao empreender o seu retorno a Freud, manteve a preocupação no que tange situar o estatuto da psicanálise em relação à ciência, chegando a formular teorias sobre o campo científico, que modificaram-se no decorrer do seu ensino.

Ao que remete ao âmbito das concepções do que seja uma pesquisa, no início de seu seminário “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (2008), Lacan indica sua ressalva em relação ao termo e diz nunca ter se considerado um pesquisador que sai à procura da verdade, citando uma frase de Pablo Picasso, diz: “Eu não procuro, eu acho”, e continua com a máxima “Não me procurarias se já não me tivesses achado”. O que Lacan pretende é evidenciar mais do que encontrar, o essencial é a atividade da procura em seu movimento (FINK, 1997).

Assim, o que esta pesquisa pretende apresentar é um trabalho de elaboração, no qual a narrativa não se limita à escrita de um tema, mas se propõe à assimilação do que foi ouvido a partir das próprias experiências daquele que ouvia. Convém destacar que a pesquisa, no que tange a transmissão da experiência dentro das unidades prisionais femininas, não abarca a totalidade dos fatos nem abrange a forma com que cada mulheres que passa pelo sistema prisional; isso seria da ordem do impossível, pois as formas de vivência dependem da singularidade de cada sujeito. O que será aqui apresentado são as elaborações das peças, dos fragmentos recolhidos de cada encontro, circunscritos em um espaço e tempo definido.

Vale ressaltar que todos os nomes utilizados neste trabalho foram trocados para garantir a privacidade e o sigilo das mulheres que compartilharam suas histórias de vidas dentro dos grupos de conversa dos quais participamos.

Evitamos também utilizar a denominação “mulheres presas”, preferindo nos valer da expressão “mulheres em privação de liberdade”, pois, dessa forma, apontamos que estar presa pela lei não é uma condição intrínseca do indivíduo.

Importante localizar que a presente pesquisa encontra-se situada dentro do Laboratório Psicanálise e Sociedade: Práticas Clínicas e Institucionais e do Núcleo de Pesquisa: Psicanálise e Sociedade, que possui como referência a psicanálise para o estudo e intervenção nos fenômenos sociais, assim, investiga e elabora fundamentos epistemológicos, filosóficos e éticos da pesquisa e prática psicanalítica no campo clínico-político.

Rosa (2002) aponta que a direção para lidar com os eventos sociopolíticos envolve o modo de intrincado entre teoria e prática próprio da psicanálise, gerando uma produção diferenciada da sociologia quantitativa e contribuindo com algo mais próximo à crítica social. Também segundo a autora:

Assim entendemos esta prática não tanto como psicanálise aplicada mas como psicanálise implicada, ou seja, aquela constituída pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social que permite teorizações sobre os modos como são capturados e enredados pela maquinaria do poder. Tal teorização também constrói ou realça táticas clínicas junto a estes sujeitos que remetem tanto à sua posição desejante no laço com o outro, como às modalidades de resistência aos processos de alienação social. (ROSA, 2016, p. 2)

A prática clínico-política propõe a intervenção em diferentes práticas e discursos que efetivam formas sutis de preconceito de classe, raça, gênero, enfim, ações que desconsideram as implicações históricas familiares, institucionais, políticas e sociais. A proposta é oferecer uma escuta que rompa barreiras e resgate memórias e experiências com o outro.

Dessa forma, no contexto da presente pesquisa, buscou-se ouvir das mulheres que nos aproximamos não apenas a sua história pessoal, mas também a história do seu grupo, da sua raça, do seu gênero, nacionalidade e da sua classe. É claro que cada uma irá viver essas relações de formas diferentes, mas não é possível pensar que ouvimos o mesmo sujeito independente da materialidade do seu corpo ou da posição social na qual está inserido, pois esses pontos irão determinar o discurso por trás da fala desse sujeito (ROSA, 2013).

O trabalho desenvolvido nessa dissertação está longe de ser um fim, significando muito mais um começo, o início de diversas elaborações, com a ajuda de elementos buscados na psicanálise e em outros campos de saberes. Essas intersecções resultam na vislumbração que muito mais há de ser feito, teoricamente e na prática. Há muito que se avançar dentro do campo dos direitos humanos, no caminho de uma sociedade menos árida, e também há o que avançar no entendimento psicanalítico a respeito das relações entre os sexos, das relações humanas e das condições sociais que as envolvem.

Essa empreitada não é curta e não é fácil, mas o desejo que se traduz aqui é que este trabalho seja uma peça para preencher as lacunas existentes nos trabalhos psicanalíticos sobre mulheres, aprisionamentos e prisão.

1.3 Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo, partindo das experiências da pesquisadora em unidades prisionais femininas, analisar, sob o prisma da psicanálise freud-lacaniana, como as mulheres em privação de liberdade lidam com questões relativas à sua própria sexualidade, assim como investigar outros fenômenos de aprisionamentos femininos na história do Brasil

2. Mulheres, Normas e Discursos

” Levem-na rápido. E seguindo meu decreto,/ Prendam-na no seu oco túmulo de pedra./ Larguem-na lá sozinha, que ela morrerá/ Ou viverá sepulta naquele lugar/ Nós estamos limpos no que toca essa moça/ Do convívio aqui em cima ela será privada.”
(Sófocles)

Iniciaremos aqui a primeira parte do percurso que visa circunscrever a problemática elegida para esta pesquisa: o aprisionamento feminino em prisões modernas e sua relação com a sexualidade.

Para tal empreitada, consideramos um retorno histórico que busca demonstrar as formas como as mulheres foram sendo nomeadas e representadas em nossa cultura. Levantamos hipótese de que os aprisionamentos femininos não são um fenômeno atual, mas datam de um longo tempo, de diferentes formas, no decorrer da civilização ocidental.

Essa breve retomada acerca das nomeações que recaíram sobre as mulheres ao longo da trajetória da civilização ocidental, assim como os papéis sociais rigidamente estabelecidos, demonstram não somente os dados históricos das relações de poder na cultura, mas também o que há de estrutural na abordagem do feminino até chegarmos aos dias de hoje.

Os discursos proferidos sobre as mulheres são solos férteis para resgatar as variedades de representações emergidas sobre elas. Essa diversidade e pluralidade revela o caráter multifacetado que é concebido como intrínseco ao feminino.

A maldição do sexo que recaiu sobre as mulheres, para além das relações de poder e subordinação, segundo denunciou a crítica femininas, permite situar a estrutura que provoca em certa tipo de resposta. Constatamos que diversos nomes a designaram ao longo da história – que vão desde o terror da mulher, passando por várias formas de difamação, até sua exaltação pelo viés da beleza que seduz, do angelical dessexualizado, ou sua adoração pelo seu divino nome, guia do poeta e do filósofo, como de qualquer homem que faça dela um sintoma. As respostas do feminismo serão também avaliadas. (FUENTES, 2009)

As mulheres, no geral, tiveram sua imagem constituída por meio de nomeações degradantes em relação ao masculino, foram caracterizadas como inferiores aos homens. E, por isso, também foram despojadas das atividades públicas e políticas, tendo suas possibilidades limitadas e reservadas ao espaço domiciliar, aos cuidados dos filhos, do marido, da família.

Boa parte dos filósofos antigos se esforçam em demonstrar essa suposta condição, concebendo sua natureza como da ordem do universal, natural e invariável. Segundo a historiadora Perrot (2007), Aristóteles foi quem propôs de modo mais radical a superioridade do homem em relação à mulher.

Birman (2006) nos mostra que, como apresentou o historiador Thomas Walter Laqueur, em seu livro *A fábrica do sexo*, o paradigma sobre as relações entre os sexos que perdurou no Ocidente – desde a Antiguidade até o século XVIII – foi o modelo do sexo único, esboçado por Aristóteles e desenvolvido posteriormente por Galeno. Segundo esse modelo, não havia diferenças anatômicas entre os sexos, o que variava seria a exteriorização da genitália masculina e a interiorização da genitália feminina.

Essa diferente espacialidade e posição das genitálias indicaria a superioridade masculina diante da feminina, de forma que tal paradigma é eminentemente hierárquico. Com efeito, a figura do homem seria marcada pela perfeição, enquanto a da mulher, pela imperfeição. Daí por que aquele se inscreveria no espaço exterior da luminosidade, enquanto esta estaria imersa na obscuridade do espaço interior do corpo. A oposição grega entre luz e sombra, de origem platônica, fundamentaria assim a relação hierárquica entre os sexos, nas suas relações com a perfeição e a verdade. Além disso, a marca da perfeição masculina se evidenciaria pela sua atividade, enquanto a imperfeição feminina se evidenciaria pela passividade. (BIRMAN, 2006, p. 305)

Desse modo, mesmo a maternidade era entendida pela passividade da mulher, em relação à mediação ativa do homem.

Assim, as formas mais frequentes de designá-las foi difamando-as como um objeto desvalorizado, sempre em uma perspectiva comparada com os homens: incompleta, inacabada, defeituosa, inumana, nomes que designam no simbólico seu lugar como objeto rebaixado e dejetado.

Segundo Fuentes (2009), a inconsistência do feminino, da mulher que não existe em termos universais é tratada como incompletude, seguindo os passos

segregacionistas de um discurso que não chega a simbolizar a diferença sexual que, desde Freud, é do próprio inconsciente que só reconhece a representação do falo.

Porém, a mulher não foi tomada apenas como incompleta e inferior ao homem. Aquilo que vem no lugar do Outro sexo, no lugar da alteridade absoluta, não deixou de ser tratado também, sobretudo no cristianismo, como a maldição da presença da Coisa nefasta e diabólica, do objeto estranho e hostil que deve ser mantido à distância e, inclusive, eliminado.

Apenas no século XVIII, o paradigma aristotélico-galênico foi definitivamente descartado. O decisivo aqui teria sido que o discurso iluminista, que culminou na Revolução Francesa, enunciando a igualdade dos direitos dos cidadãos, não poderia mais ser condizente com o paradigma hierárquico do sexo único. Existiria, assim, uma incongruência ética e política entre o discurso ostensivamente hierárquico e a igualdade de direitos.

Foi então enunciado que o homem e a mulher teriam naturezas biológicas diferentes, das quais derivariam características morais também diversas. Com isso, a dominação masculina foi restabelecida, permanecendo as mulheres na subalternidade por um longo tempo.

Pode-se notar, com isso, que a civilização reproduz o que Freud (1912) observou na vida erótica dos homens: a degradação do feminino, seja como expressão do celibatário que refuta o laço amoroso à mulher, seja como condição erótica. Assim, o que é da ordem do feminino foi tomado como objeto de horror em função da castração que imputa ao homem, sendo fonte de angústia ou inibição, de modo que, para a construção de um logos filosófico, foi necessário ao amor socrático refutar o amor à mulher.

Constata Lacan (1985), em seu Seminário XX, o que de mais famoso restou das mulheres ao longo da história, *“on la dit femme”*, que pela ambiguidade fonética apresentada pela língua francesa *“on la dit femme”* - nós a dizemos mulher e *“on la difamme”* nós a difamamos. A maneira de designar a mulher a partir da dialética falocêntrica é pela via de uma nomeação conferida no limite da marcação simbólica, como um objeto excluído da natureza da racionalidade humana.

Essa maldição e maldizer do sexo, que recai sobre as mulheres no decorrer da história da civilização, resultando em um processo de dominação, controle e exploração, revela o modo sistemático de recusa do real que o feminino representa.

Ou seja, a constituição da lógica que caracterizou o pensamento ocidental pelo estabelecimento da filosofia como constituição de um saber, não só, mas, principalmente, no que tange à diferença sexual, se dá pela tentativa de domesticação do real, como diz Vorsatz (2013).

As mulheres sempre resistiram a isso, de diversas formas. Segundo Fuentes (2009) na ilha de Lesbos, a poetisa Safo, nascida em 625 a.C., fundou um centro de formação intelectual para as mulheres que se rebelavam contra a condição que lhes era outorgada na Grécia, apropriando-se do que então era uma atividade exclusivamente masculina, como fazer poesia.

Na Idade Média, as seitas femininas organizavam-se em torno de inquietações compartilhadas em relação ao poder dos clérigos e à hierarquia dos sexos, como o movimento conhecido por beguinas. Porém, foram empurradas às fogueiras da Inquisição.

Manifestações literárias também podem ser vistas, como em 1405, por Christine de Pisan, primeira mulher de quem é conhecida a inserção na *querelle des femmes* – debate filosófico sobre o valor da mulher que se estendeu até o século XVIII. Em 1622, Marie de Gournay, no tratado *Egalité des hommes et des femmes*, queixa-se à rainha que a inferioridade cultural e intelectual em relação aos homens devia-se a exclusão deliberada das mulheres dos espaços da transmissão do saber.

Muitas mulheres reivindicavam os mesmos direitos que os homens durante a Revolução Francesa, entretanto, “nem liberdade, nem igualdade, nem fraternidade” conseguiram garantir (FUENTES, 2009).

Porém, ao longo do século XIX, a rebeldia feminina foi objeto de diferentes formas de regulação social, na medida em que realizavam a resistência contra sua restrição à condição materna, insistindo no exercício do erotismo, questionando então, frontalmente, o paradigma da diferença sexual. Entretanto, a medicina legal, a higiene pública e a psiquiatria forjaram diferentes categorias nosográficas para domesticar o furor da resistência das mulheres (BIRMAN, 2006).

Assim, para Assoun (1993), o que o sintoma das mulheres vem questionar da crença social, e de sua base simbólica, é, no fundo, o mal-estar da civilização. Para ele, é preciso assumir o paradoxo provocador da mulher como sintoma da organização, exatamente na medida em que a feminilidade aponta para esse limite do social, efeito de uma espécie de repressão crônica, mesmo que seja sob a forma

trágica do impasse do sintoma; é isso que a histérica fez saltar aos olhos os limites da ordem instituída.

A expressão do desejo nas mulheres de várias épocas desafiou as normas vigentes, leis impostas por homens e, muitas vezes, essas mulheres tiveram como destino serem privadas do convívio social, sendo essa privação comumente endossada pela própria sociedade.

Na articulação acerca dos episódios sobre o desejo feminino, seguido de enclausuramentos e a exclusão do convívio social, encontramos em Antígona, heroína grega da tragédia de Sófocles, elementos ilustrativos que vêm ao encontro para sustentar nossas explicações. Deixando também indicando que é a partir dessa narrativa que Lacan, em seu Seminário VII, buscou circunscrever o fundamento de uma ética própria à psicanálise como sendo referido ao desejo inconsciente e à posição ética singular, que pode advir. Vejamos brevemente os pontos que nos interessam para argumentação.

O desenrolar da cena trágica em Antígona, escrita por Sófocles em 442 a.C., se inicia em torno da interdição imposta por Creonte, rei de Tebas, ao sepultamento de Polinices, seu irmão, pois este teria sido considerado como traidor da pólis. Porém, a heroína trágica seguirá em sua determinação que visa não permitir que o corpo do irmão fique exposto à execração pública, insepulto. A tensão principal se estabelece em torno da posição desses dois personagens, Antígona e Creonte, na qual, segundo Vorsatz (2013), Creonte estaria representando as leis da cidade. Antígona não desconhece o fato de que há um preço a pagar em sustentar sua decisão: ser enterrada viva. Assim, a punição decretada por Creonte à Antígona, não é a morte do corpo, a extinção do funcionamento biológico, mas a condenação a uma vida no reino dos mortos, uma vida fora da linguagem, o seu silenciamento, a mais cruel e radical forma de banimento.

Segundo Dias (2014), recolhe-se na voz de Antígona uma posição que se refere ao além dos limites da lei dos homens. Há uma solidariedade entre o desejo, que é sustentado pela lei da castração, e a recusa da heroína trágica. De tal forma que, em sua voz, torna-se presente esse elemento de mais além que o desejo realiza, mesmo que a consequência seja o imediato decreto de punição.

O que essa tragédia brevemente apresentada, sintetiza são as pistas sobre a intrincada relação entre desejo, punição e aprisionamento relativos ao feminino, e que

merecem continuidade da investigação para fora dos limites deste trabalho. Pois, se Sófocles fez questão de presentificar sua temática por meio de uma personagem feminina, é mesmo porque elas atualizam uma diferença como presença irreduzível. Irreduzível aos homens como gênero, irreduzível às leis da cidade enquanto termo de inserção no universal. A um só tempo, a presença das mulheres introduz a diferença e a exceção na vigência da pólis, permitindo sua transformação (DIAS, 2014).

A partir dessas análises, continuaremos o percurso observando como essas questões apareceram também no contexto brasileiro.

3. Aprisionamentos Femininos

“Triste, louca ou má/ será qualificada/ Ela quem recusar/ Seguir
receita tal, a receita cultural”

(Juliana Strassacapa)

Ao iniciarmos esta pesquisa, elegemos como um ponto importante a delineação de uma localização contextual, por meio de uma investigação sobre a história das mulheres e a história das prisões femininas. Durante esse exame, nos deparamos com diversos dados que nos levaram a construir as suposições que serão apresentadas neste capítulo.

No que tange ao resgate histórico, às nomeações e aos enunciados sobre as diferenças entre os sexos, especialmente no que refere-se às mulheres, chegamos a construção de uma hipótese de que, antes mesmo dos aprisionamentos dentro do sistema prisional, muitas mulheres foram submetidas a outros contextos cerceantes que chamaremos aqui de “aprisionamentos femininos”. Espaços como o próprio lar, os hospitais psiquiátricos, os conventos, e, enfim, as prisões enclausuraram e confinaram inúmeras mulheres no decorrer da história ocidental, incluindo o Brasil.

Assim, nos deparamos com a hipótese de que as prisões modernas e os números exorbitantes do aprisionamento feminino na atualidade muito possivelmente não expressam uma ruptura ou uma descontinuação da ordem das coisas. Ao contrário, levantamos a suposição de que os aprisionamentos em prisões femininas modernas fazem série com os aprisionamentos de outrora, podendo revelar uma estrutura social, pautada em um sistema de exclusão.

Essas conjecturas vão ao encontro do que também afirma a antropóloga e pesquisadora mexicana Marcela Lagarde, principalmente em seu livro *Los cautiverios de las mujeres*. Segundo a autora:

As mulheres presas materializam a prisão genérica de todas as mulheres, tanto concreta quanto abstrata. A sua casa é a prisão, a detenção e a privação de liberdade para essas mulheres em seu próprio espaço vital. O extremo da clausura é vivido pelas mulheres no cárcere, re-presas pelas instituições do poder. (LAGARDE, 1993)

Restaria continuarmos nos indagando o porquê e nos atentarmos quais mulheres foram e são capturadas por esses processos. Não pretendemos aqui esgotar essa investigação nem oferecermos respostas conclusivas sobre esses processos, seus impasses e suas saídas, mas almejamos começar um processo de elaboração sobre os contextos que nos levaram à observação desses fenômenos e formularmos indicações para pesquisas futuras.

3.1 Lar

Não são poucos os trabalhos sobre gênero que, ao apresentarem o resgate histórico das relações sociais, apontam que houve uma separação evidente entre espaço público e espaço privado, sendo este último o espaço reservado para as mulheres. Enquanto aos homens era incentivado o espaço público da política, do

trabalho, as mulheres eram designadas ao espaço privado, do lar, do cuidado dos filhos e dos maridos.

O que também nos remete a uma ideia de aprisionamento nessa situação é justamente uma das possibilidades de interpretação da palavra “privado”, sendo exatamente esse o termo com o qual definimos as mulheres em situação de encarceramento atualmente – mulheres privadas de liberdade.

Mesmo considerando suas diferenças, a aproximação entre essas duas situações foi se apresentando a esta pesquisa como plausível. Examinaremos, então, alguns aspectos relevantes.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira vivenciou uma série de transformações impulsionadas pelo processo de modernização e consolidação do capitalismo. O incremento de uma vida urbana que oferecia novos modos de convivência social ocasionou mudanças consideráveis no cotidiano de algumas cidades como, São Paulo e Rio de Janeiro. A ascensão de uma nova mentalidade burguesa reorganiza as vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas, da sensibilidade e das formas de pensar o amor (D’INCAO, 2015).

O conjunto de normas que expressavam a civilização e a modernização da sociedade brasileira foi importado diretamente das aristocracias europeias, principalmente portuguesas e francesas, onde, segundo Ariès (1973), a família moderna se desenvolveu a partir do século XIV em contraste com a família medieval, que desconhecia a preocupação com a educação das crianças. Essas normas foram fortalecidas com a legislação real que procurou reforçar o poder paterno em relação ao casamento e aos filhos, assim, a autoridade do marido sobre a mulher e a família crescia, de modo que a mulher passou a ser submetida a um processo de degradação lenta e progressiva dentro do lar, cujos atos deviam ser autorizados pelo marido ou pela justiça.

No Brasil, o modelo da família burguesa passou a ser oficialmente incentivado pelas autoridades e especialistas, sendo considerado padrão de normalidade universalmente aceito nas sociedades civilizadas.

Com isso, vemos o advento de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família (RAGO, 2014), um modelo normativo, que pregava formas de comportamento e etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas financeiramente, e, gradualmente, às mulheres de menor renda financeira. Esses ideais exaltavam as virtudes da laboriosidade, da castidade e do esforço individual, construindo uma representação específica para as mulheres. Junta-se a isso uma preocupação com a infância, que passou a ser percebida como riqueza em potencial da nação; dessa forma, caberia às mulheres a responsabilidade sobre a vida cotidiana de cada um dos membros da família.

Mountian (2005) aponta para o paradoxo dessa situação, pois, ao mesmo tempo em que as mulheres eram consideradas as guardiãs da moralidade cultural, elas eram excluídas do espaço político, uma vez que o espaço privado não era considerado politicamente relevante.

Isentas e desobrigadas de qualquer trabalho produtivo, caberia às mulheres assegurar um ambiente familiar sólido, a educação dos filhos e se dedicar ao marido. A fiscalização de suas condutas se dava não somente pelos maridos e pelos pais, mas ampliava-se aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (D'INCAO, 2015).

A rua passa a simbolizar o lugar de desvio e das tentações, e mesmo que as mulheres das altas classes sociais fossem incentivadas à frequentar lugares públicos como, teatros e cafés, deveriam, no entanto, estar sempre acompanhadas, uma mulher honesta não deveria estar só.

Essas condutas e formas de vida eram fortemente sustentadas pelos discursos médicos e jurídicos que passaram também a apresentar grande importância nesse período.

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século XIX procurava impelir às mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado, e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural”.

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres doméstico. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe de família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D’INCAO, 2015, p. 230)

As mulheres de uma classe financeira mais baixa sofreram de forma ainda mais violenta a vigilância e as imposições das ideias anteriormente citados. Vemos com Soihet (2015) que, das camadas populares, se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressão acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantisse apropriada inserção na nova ordem, pois delas esperava-se a contribuição para a consolidação desses novos propósitos de civilização.

Para Rago (2014), as moradias das classes de baixa renda financeira foram alvos constantes do projeto de disciplinarização da burguesia industrial, dos higienistas e dos poderes públicos, que visavam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador e controlar a totalidade de seus atos, regularizando a rede das relações cotidianas que se estabeleciam no bairro, na vila, na casa e dentro desta, em cada compartimento. Assim, a invasão da habitação popular se dava pelo “olhar” e “olfato” vigilantes, que sinalizavam a intenção de difundir o modelo da família nuclear moderna, privativa e higiênica aos setores sociais oprimidos. Arelado a esse movimento, encontrava-se visivelmente a finalidade da demarcação específica dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais.

O que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença os populares em certos locais, no esforço de afrancesar a cidade para desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar amostras da “civilização” aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao comportamento; sua condição de classe e gênero acentuavam a incidência da violência. (SOIHET, 2015, p. 366)

Assim, a implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível e não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava.

De acordo com Andrade (2011), a família que interessava ao Estado era aquela sadia em termos médicos e psíquicos, com papéis bem definidos para maridos e mulheres, com filhos bem criados, e regulamentada nos termos da lei. No interior dessa família nuclear, monogâmica e heterossexual, era onde o Estado agia, principalmente por meio do direito e da medicina.

Entretanto, a organização das famílias de baixa renda apresentavam contornos diversos, com multiplicidade de formas de organização, sendo muitas delas chefiadas por mulheres sós, e o modelo de vida visto como ideal não foi facilmente aceito ou adotado pelas camadas populares. As mulheres de baixa renda sempre trabalharam no Brasil e essa era uma realidade que não se encaixava no modelo estabelecido de homem provedor e mulher submissa, que o padrão da família nuclear preconizava (ANDRADE, 2011).

Assim, Soihet (2015) aponta que a necessidade dessas mulheres de trabalhar e auxiliar ou mesmo serem protagonistas no sustento da casa as colocavam em um difícil dilema de romper com o papel social a ela estipulado e enfrentar o mundo público, de modo que, sobre as mulheres que trabalhavam fora de casa, crescia um moralismo constante, havia medo que o trabalho feminino levasse à desagregação da família. Esse trabalho era estimulado apenas para complementar a renda da família.

Grande parte das mulheres exerciam seus afazeres dentro de suas próprias casas, além dos próprios trabalhos domésticos, produziam para o mercado e tinham atividades como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis bicos que surgissem.

Para as que trabalhavam na rua, a circulação no cenário urbano, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade:

Quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. (RAGO, 2014)

Em suas pesquisas sobre a classe operária no Brasil, Rago (2014) também aponta que não haviam perspectivas profissionais para essas mulheres. Das que recebiam algum tipo de educação, essa era voltada exclusivamente para exercer sua atividade vista como principal – a função doméstica – e não a vida profissional fora do lar. Assim, os conhecimentos que poderiam ser passados às mulheres visavam apenas torná-la uma companhia mais agradável e interessante às premissas masculinas.

Os homens que faziam parte da classe operária contribuíram ativamente nesse processo, pois acreditavam que a entrada das mulheres no campo do trabalho significaria uma competição maior pelas vagas disponíveis. Além disso, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunharam a indignação e o sentimento de humilhação dos homens quando substituídos pelas mulheres no processo de produção.

Dessa forma, endossando a exigência do confinamento das mulheres à esfera privada, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para afirmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não:

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independente da classe social a que pertencessem. Da variação

salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. (RAGO, 2014)

Decorrente da construção desse modelo de feminilidade, houve o aniquilamento das possibilidades de valorização profissional, política e intelectual para as mulheres. E não havia uma preocupação sobre isso, visto que as realizações das mulheres deveriam vir mediante as conquistas e êxitos dos maridos e filhos.

As únicas possibilidades de uma atuação profissional da mulher circunscreviam-se às funções de subordinação, como ajudante, assistente, e quase em sua totalidade com um chefe masculino e às margens dos processos decisórios e interditadas dos cargos de chefia. Rago (2014) aponta que mesmo na indústria têxtil, onde havia grande participação de mulheres, as alternativas de cargos para os homens eram maiores.

Além da desvalorização profissional e das precariedades do cotidiano das mulheres de baixa renda financeira que conseguiam trabalhar fora de casa, cabia a elas a responsabilidade integral pelos filhos, visto que esses cuidados eram entendidos como algo exclusivo da esfera feminina e, também, na maioria dos casos, era de sua total responsabilidade as tarefas domésticas, ainda que tivessem que dividir com o homem o ganho cotidiano.

Um aspecto bastante importante de ser destacado nesse cenário é o lugar ocupado pela população negra e mestiça nas cidades brasileiras em crescimento. Como vemos com Andrade (2011), a forte associação entre a negritude e o atraso ou degenerescência era constante e, para algumas pessoas, a pele negra representava o passado que o Brasil moderno desejava superar, ao mesmo tempo em que formavam um grande contingente populacional. Carregando o grande peso de um passado escravista, o preconceito intensificou massivamente a marginalização dessa população e construiu estereótipos raciais. O controle social voltado para a população negra foi intenso e, carregamos suas marcas até hoje.

Assim, as mulheres negras e mestiças na paisagem das primeiras décadas do século XX eram marginalizadas e subvalorizadas; essas mulheres eram vistas como inferiores. Herdeiras de mucamas escravas, as mulheres negras eram consideradas seres dotados de sexualidade exacerbada, erotizadas ao extremo. Ocupavam espaços sociais considerados degradantes, sendo, em sua maioria, moradoras de cortiço e favelas.

O código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas.

A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por elas encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações. (SOIHET, 2015, p. 363)

A grande incidência da violência sobre essas mulheres demonstra que podemos supor que houveram tentativas de resistência e de enfrentamento a essas regras estipuladas. Porém, foi apontado pela historiadora a dificuldade em obter fontes que pudessem auxiliar a reconstrução da atuação dessas mulheres. Nesse contexto, o analfabetismo é um fator relevante que acentua a falta de registros. Porém, em meio a escassez de informações, foram justamente as documentações policiais e judiciárias que muitas vezes auxiliaram a averiguação dos processos e das atuações que envolveram as mulheres no processo histórico.

3.2 Hospitais psiquiátricos

Antes de examinarmos alguns aspectos sobre como a psiquiatria e as internações em hospitais psiquiátricos ocorreram no Brasil, gostaríamos de apresentar, também, alguns elementos referentes ao hospital psiquiátrico francês Salpêtrière, local emblemático no contexto dessa pesquisa, pois atrela-se tanto a um

contexto massivo de aprisionamento de mulheres, como também nos remete ao lugar que possibilitou as elaborações de Sigmund Freud no contexto da criação da psicanálise.

Construído em Paris, no século XVII, em um local onde anteriormente existia uma fábrica de pólvora, o Hospital Salpêtrière foi projetado, primeiramente, para deter pobres, mendigos, desocupados e marginais que pudessem perturbar a ordem da cidade. Eventualmente, serviu de prisão para prostitutas. Tomado por uma multidão, no período da Revolução Francesa, algumas mulheres tidas como prostitutas foram libertadas, outras, provavelmente mulheres doentes mentais, foram assassinadas em um episódio conhecido como “Massacres de Setembro de 1792”. Desde então, Salpêtrière serviu como asilo e hospital psiquiátrico para mulheres (DIDI-HUBERMAN, 2015).

Olharemos alguns pontos desse local por meio da obra desenvolvida pelo filósofo e historiador Georges Didi-Huberman, que realizou uma pesquisa iconográfica do local que, nas palavras do autor, foi o palco do “espetáculo da dor”:

No último terço do século XIX, a Salpêtrière foi o que sempre tinha sido: uma espécie de inferno feminino, uma città dolorosa que encarcerava 4 mil mulheres incuráveis ou loucas. Um pesadelo em Paris, bem perto da sua belle époque. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 15)

Didi-Huberman (2015) encontrou um vasto material para sua pesquisa visto que a fotografia foi utilizada em grande escala pelo saber médico, que se amparavam também nesse material para suas investigações e pesquisas.

O argumento desenvolvido pelo historiador, entretanto, é que a loucura feminina, que ficou conhecida como histeria, nesse contexto, se deu por uma invenção, um espetáculo imagético.

A noção de espetáculo nos remete, nesta pesquisa, ao sentido de que podemos também pensar o aumento do número de encarceramentos atuais como parte de um cenário social, de uma estratégia que investe, por meio da extrema violência contra um grupo específico da população, assegurar uma ideia de segurança pública.

Há um contraste entre o silenciamento imposto a essa parcela da população em oposição à exacerbação das imagens de violência, veiculadas por jornais e mídias televisivas sensacionalistas. Gebrim (2018) aponta que o contato midiático é confluyente com o processo de invisibilização e indiferença em relação às reais condições de seus protagonistas e que os fenômenos de hipervisibilização do sofrimento estão na base da produção social da indiferença, surgindo assim uma relação complexa entre piedade, curiosidade e indiferença.

O espetáculo da violência brasileira instiga o interesse especular e a violência do ato de olhar o corpo do outro, em sua intimidade e dor, da mesma maneira que Didi-Huberman (2015) aponta para o processo de sedução e fascinação que ocorria aos médicos durante as observações das mulheres ditas doentes.

O relevante para nossa pesquisa é que os encarceramentos apresentados por Didi-Huberman incidiram principalmente nas mulheres e, mesmo que houvesse homens, a elas que eram destinados os maiores interesses médicos.

Ocorre que a Iconografia fotográfica de Salpêtrière, entre 1875 e 1880, não nos dá um único retrato de homem. Os homens só entraram na Salpêtrière, na condição de doentes, a partir de 21 de junho de 1881, data da inauguração da chamada “consulta externa”. Mas foi preciso esperar até 1888 para poder contemplar os traços fotográficos do homem histérico. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 118)

Para Nunes (2000), na segunda metade do século XIX, observa-se o transcorrer de uma verdadeira “guerra” contra as histéricas, cujo principal alvo eram as mulheres. Apesar do fato da concepção neurológica da histeria pressupor uma incidência em homens, não eram a eles a quem as estratégias de intervenção médica se dirigiam. O homem histérico não se constituía num problema social importante. Era a mulher desviante o objeto de intervenção privilegiado na estratégia de controle da histeria.

Assim, sob o argumento de tratamento, onde tratar resumiu-se em internar, mulheres eram submetidas incessantemente a diversos exames, práticas, exhibições, manipulações entre outras coisas dignas de manuais de tortura e que não davam aos médicos pista alguma de alguma disfunção de ordem biológica.

Em 1873, segundo Fuentes (2009), casos graves de histeria eram tratados de forma atroz, como castração feminina, com a retirada dos ovários, ou a extração do clitóris, em que acreditava-se na vulnerabilidade da mulher à histeria, à insanidade e aos impulsos criminais devido aos seus órgãos sexuais. A hidroterapia era a técnica mais comum na época no tratamento das “mulheres loucas”, que consistia em jatos de água fria atirados no corpo da paciente que muitas vezes eram tão violentos que podiam levá-la à morte.

Por meio da fotografia, o historiador também aponta o forte vínculo não só entre Salpêtrière e a chefatura de polícia, mas uma ligação mais ampla, apresentando que o desenvolvimento da fotografia psiquiátrica no século XIX constituiu-se no mesmo movimento da evolução da fotografia forense.

Esses elementos continuam nos dando demonstrações da imbricada relação entre discursos médicos, jurídicos e também religiosos, não só na construção de ideias sociais, mas também na legitimação e na propagação dos castigos, das punições e dos aprisionamentos femininos.

O Brasil, como já mencionado, herdeiro dos ideais europeus e, principalmente, franceses, também importou a prática médica atrelada a um poder punitivo. Assim, em meio às mudanças causadas pelo advento da República, consolidou-se também a medicalização da loucura.

A medicina, principalmente a psiquiatria e seu poder, sempre atraiu o interesse das elites brasileira e isso pode ser demonstrado ao observarmos que desde o Império, em 1879, já havia sido implantada a cadeira de Clínica Psiquiátrica nos cursos das faculdades de medicina, criando condições de legitimar o conhecimento médico como especializado e autônomo no Brasil. E o interesse em usufruir do poder dessa autonomia é esboçado desde meados do século XIX, com a criação do primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, inaugurado no Rio de Janeiro em 1852, o Hospício de Pedro II (ENGEL, 2015).

Dessa forma, o controle social que vigorava desde as primeiras administrações republicanas tinham o aparato do poder e do discurso médico como principais estratégias e intervenções “normalizadoras”, atuando massivamente a respeito dos comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso, social e político. Esse

controle dava-se por meio da constante ameaça de que qualquer desvio poderia ser capturado sob a alegação da doença mental (ENGEL, 2015).

Entretanto, o que foi elegido como principal alvo que representaria todos os possíveis perigos para sociedade foi a sexualidade feminina, quando esta era vista como desviante (ENGEL, 2015; NUNES, 2000).

Lugar de ambiguidades e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspiraram grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria. Muitas crenças pertencentes a antigas tradições e no âmbito dos mais variados saberes - muitas das quais remontam à antiguidade clássica - seriam retomadas e redefinidas pelo alienismo do século XIX. (ENGEL, 2015, p. 333)

Assim, as concepções já apresentadas do que esperava-se de uma mulher – passividade, recato, submissão – entram em jogo, e uma mulher que apresentasse um comportamento fora das normas sociais, ou seja, uma sexualidade tida como exacerbada ou anormal ou uma possível ausência de amor materno, era rapidamente enquadrada em padrões nosológicos como louca ou histérica, e poderia também ser considerada como potencialmente criminosa.

A partir disso, os comportamentos sexuais e afetivos femininos considerados desviantes eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza, ao passo que deveriam ser interditados e submetidos a uma possível cura ou à punição.

Desvairada, enlouquecida, descontrolada, geniosa e perigosa exprimem algumas das nomeações que foram se inscrevendo no imaginário social brasileiro acerca das mulheres que se mobilizaram contra essas normas, assim como nervosismos e extravagâncias eram associados a posturas indisciplinadas no trabalho, vistos como sintomas inequívocos da doença mental, viabilizando e legitimando a internação de mulheres pertencentes aos segmentos populares em instituições asilares (MAGNABOSCO, 2003; ENGEL, 2015).

Fato também constatado por Cunha (1988), que enfatiza, em sua pesquisa histórica sobre o asilo de Juqueri, em São Paulo, o “lugar da loucura” ocupado pela

mulher nas primeiras décadas do século XX, que também apresentava procedimentos terapêuticos rigorosos e cruéis, facilmente confundidos com métodos de tortura.

Havia uma crença, entretanto, apesar de algumas contradições entre os próprios alienistas, que a maternidade, dentro dos moldes burgueses esperados, seria capaz de prevenir e até mesmo curar os distúrbios psíquicos relacionados direta ou indiretamente à sexualidade e à própria fisiologia feminina (ENGEL, 2015).

Cesare Lombroso, um psiquiatra e criminologista italiano, teve muita influência na circulação dessas ideias que defendia que a maternidade “suaviza a mulher selvagem”. Na criminologia, suas ideias tiveram grande peso nos pensamentos sobre criminalidade e, especificamente, sobre a criminalidade feminina. A obra *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale* permitiu uma associação direta entre a sexualidade feminina, a loucura e o crime, e suas teorias vigoraram de forma marcante também no Brasil (ANDRADE, 2011).

3.3 Prisões femininas

Neste tópico, contextualizaremos as instituições prisionais de mulheres e os ambientes prisionais femininos no Brasil. Para Andrade (2011), analisar a edificação de instituições prisionais femininas implica verificar para quem tais instituições foram destinadas e o papel que deveriam cumprir intra e extra muros.

Interessante notar que, uma das primeiras obras que disserta sobre o tema das mulheres em contexto de carcerário brasileiro, entre 1976 e 1978, tenha como título, “Cemitério dos vivos”; a inscrição escolhida por Julita Lemgruber nos remete especificamente à situação da tragédia grega, protagonizada por Antígona, que apresentamos no segundo capítulo.

O contexto prisional no Brasil, entretanto, já se modificou. Hoje, é o quarto país do mundo com a maior população prisional feminina, atualmente, com algo em torno de 43 mil mulheres, estando mais de 15 mil delas em São Paulo. Porém, a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não encontra parâmetro de

comparabilidade. De 2000 até 2016, data do último relatório oficial produzido e divulgado, consta que a taxa de aprisionamento no Brasil aumentou 455%, e, em segundo lugar, fica a China, com uma taxa de 105%.

Em outubro de 2006, houve um decreto que fez entrar em vigor uma nova Lei de Drogas, aumentando as penas mínimas para os crimes relacionados ao comércio de substância ilícitas. E esse o é tipo de delito que atualmente faz com que 62% do número total de mulheres estejam presas.

Proponho aqui enlaçar o percurso de elaboração até o momento apresentado, sustentado pela hipótese da repetição de certas estruturas nas formações da cultura ao longo dos tempos. Mulheres, antes, eram confinadas pelo signo de loucas, hoje, ocupam o título de criminosas.

Se é pelo tráfico de drogas, o campo onde buscam desde sustentar suas famílias até mesmo ter o êxtase da adrenalina e violência, o que podemos notar é que nesse contexto também o desejo feminino e suas ressonâncias são postos em cena; assim, como o empuxo ao trágico e a punição. Vejamos então como a institucionalização prisional se deu.

Como demonstramos anteriormente, diversos tipos de aprisionamentos femininos já ocorriam, mesmo fora de um ambiente tipicamente prisional. Além disso, pensar o encarceramento feminino a partir do início da institucionalização de presídios femininos não significa pressupor que antes não havia mulheres respondendo por penas restritivas de liberdade.

Assim, como diz Gomes (2016), o aprisionamento de mulheres, precede a instituição das penitenciárias e prescinde, historicamente, a necessidade de prática criminosa, sendo necessário apenas que fosse desviada a sua conduta daquela que foi ditada para seu gênero: submissão, pudor, recolhimento.

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, diversos países europeus e americanos promoveram reformas em seus sistemas penais. No Brasil, os três poderes não se abstiveram diante de tais debates e reformas, e a questão sobre as mulheres que aparecia de forma esporádica no século XIX ganhou força no século seguinte (ARTUR, 2011).

Embora o encarceramento de mulheres em salas, celas, alas e seções separadas dos homens fosse uma prática recorrente, até o ano de 1940, não havia, no Brasil, qualquer diretriz legal que exigisse ou regulamentasse nem essa prática, nem uma instituição para tal fim específico. Dessa forma, as mulheres presas eram separadas ou não dos homens de acordo com os desígnios das autoridades responsáveis no ato da prisão e de acordo com as condições materiais para tal (ARTUR, 2011).

Com relação ao Brasil dos tempos mais remotos, são escassas as informações relativas à situação da mulher encarcerada. Na realidade, há certa dificuldade em definir quando exatamente passou a ser tratada a questão das mulheres presas por aqui.

Tem-se, porém, alguns registros desse percurso nos antigos relatórios penitenciários. Em 1831, as mulheres presas foram citadas pela primeira vez em um relatório oficial. Nesse relatório, elaborado pela comissão responsável pela verificação da situação dos prédios públicos destinados à caridade, inclusive as cadeias, foi apresentado o alerta quanto à necessidade de separá-las entre condenadas e não condenadas e, ainda, sobre a necessidade de disponibilizar roupas e mantimentos para cessar a prostituição exercida dentro do estabelecimento em troca desses itens.

Em 1870, o Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal relatou que 187 mulheres escravas estiveram em um calabouço no período entre 1869 e 1870. O calabouço era a prisão de escravos, que era localizado na Casa de Correção da Corte. Outros relatórios são conhecidos, alguns citam a mulher prisioneira, outros quase não a mencionaram. De qualquer forma, o tema passou a ser mais tratado em 1921, com a criação do Patronato das Presas.

O Patronato das Presas foi criado com a intenção de apresentar soluções para a correção das presas, objetivando a criação da prisão exclusivamente feminina. O lema do patronato, formado por senhoras da sociedade carioca e irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Bom-Pastor d'Angers, era "amparar regenerando". No Brasil, portanto, o pensar e o construir da prisão feminina também foi fortemente pautado em uma moral religiosa, apresentada pelo acolhimento das mulheres que deveriam ser educadas para serem boas esposas e administrarem os afazeres do lar.

Desse modo, foi somente no ano de 1940 que foram tomadas, por parte do Estado, as primeiras medidas efetivas, visando a acomodação legal de mulheres, que foram julgadas como criminosas. Um novo Código Penal entra em vigor e, com ele, foi estabelecida a primeira diretriz legislativa para a separação física de homens e mulheres no interior do complexo prisional brasileiro. Tal código determinava, pelo Art. 29º, em seu 2º parágrafo, que: “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada da penitenciária ou prisão comum” (ARTUR, 2011).

O Presídio de Mulheres, em São Paulo, foi criado em um setor, no mesmo terreno da Penitenciária do Estado, onde hoje funciona a Penitenciária Feminina de Sant’Ana. Em 1973, o Presídio de Mulheres foi transferida para o “presídio grande”, início do processo que irá resultar em sua estatização, que, a partir de 1974, passou a ser chamado de Penitenciária Feminina da Capital (PADOVANI, 2010).

Para Gomes (2016), os registros quanto ao surgimento das penitenciárias femininas demonstram que a preocupação em ter um espaço separado para as mulheres no sistema carcerário não teve como fundamento as garantias das mulheres, o bem-estar ou a adequação de uma prisão as particularidades do gênero feminino, mas sim em afastar “os riscos que mulheres desviantes” ofereciam à ordem do estabelecimento prisional. Nunca houve, portanto, o enfoque no desafio de adaptar a realidade prisional às necessidades das mulheres.

A questão racial brasileira incomodava sobremaneira os intelectuais nacionais, já que o país era retratado como sendo mestiço, mulato; e esse retrato, para muitos, poderia representar atraso, já que eram das nações de brancos que chegavam os exemplos de progresso, civilização e modernidade. Intelectuais estrangeiros também formulavam suas opiniões acerca do Brasil mestiço, em geral vinculando à miscigenação, ao atraso e à pobreza (ANDRADE, 2011).

A partir de um levantamento feito por Andrade (2011), é possível ter acesso aos dados estatísticos prisionais do final da década de 1930, primeiros anos de 1940 e início da década de 1950, ou seja, os primeiros anos de criação e consolidação das unidades prisionais femininas no Brasil.

Há ressalvas sobre os dados analisados, ressaltando que alguns elementos são impossíveis de serem analisados, pois muitas vezes certos dados não constam

nos relatórios, muito supostamente por não terem sido noticiados, desse modo, não há um registro oficial. Esse seria, segundo a pesquisadora, as limitações da pesquisa histórica que se baseia em dados, principalmente oficiais, visto que eles são falhos em alguns aspectos.

Segundo o que consta nos relatórios obtidos do ano de 1943, havia um número escasso de detenções femininas, quando comparado com os números de detenções masculinas.

O alcoolismo, nesse momento, apresentava-se como principal motivo das detenções correcionais, representando 31,3%. Por desordem, estavam detidas 37% do total das mulheres na capital e no interior.

Na lista entre todas as condutas responsáveis por detenções policiais na capital e no interior de São Paulo, havia uma em que o número de mulheres aprisionadas superava o número de homens detidos: o “escândalo”. “Causar escândalo” em público fazia parte de uma noção de prática associada à embriaguez, e sob essa alegação foram apreendidos 181 homens e 345 mulheres no estado de São Paulo.

A maioria dessas mulheres eram jovens, encontravam-se na faixa etária dos 18 aos 30 anos, 51,7% não tinham filhos, 34% declaravam não ter frequentado a escola e 66% receberam educação primária e nada mais além disso.

A partir desses dados já é possível constatar que a atuação policial se dava na tentativa de conter a desordem, perseguindo aquelas que desviavam das condutas aceitas e estimuladas, que representavam a normalidade.

Dentre as mulheres, as que de alguma maneira frequentavam os espaços públicos estavam mais sujeitas às vigilâncias policiais, o que justifica o fato de a maioria das detidas pela polícia em 1943 terem uma profissão. As criadas de servir, como eram chamadas na época, mesmo trabalhando em ambientes domésticos e privados, como as casas das famílias, também acabavam frequentando as ruas e, mesmo nos âmbitos das casas, eram sujeitas a exposições e controles sociais. Andrade (2011) também ressalta a vinculação, nas primeiras décadas do século XX, da empregada doméstica à criminalidade. Entre mulheres, as criadas de servir compunham o grupo profissional mais atingido pelas detenções.

Pensando acerca de trabalhos femininos, a pesquisadora também analisou as mulheres que trabalhavam com prostituição. A prostituição em si não era considerada crime, porém muitas dessas mulheres eram detidas, provavelmente, com base em contravenções que de alguma forma poderiam estar ligadas a essa prática. Esse controle se dava, principalmente, de modo a não permitir que a prática saísse dos espaços nos quais era tolerada, não perturbando os espaços moralizados da cidade.

No que diz respeito ao perfil raça/cor, os dados obtidos expressam que a maioria das mulheres criminalizadas declaravam-se como não brancas na capital. No interior, havia um empate entre brancas e a soma entre negras e pardas.

No ano de 1953, segundo dados publicados no periódico Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo por Hilda Macedo, assistente da cadeira de Introdução à Criminologia da Escola de Polícia, as mulheres eram presas na cidade de São Paulo, principalmente, por crimes contra o patrimônio; contravenções penais, especialmente vadiagem; e crimes contra a vida, em especial homicídio, infanticídio e aborto.

Em relação às profissões, grande parte exercia trabalhos fora de casa, principalmente como empregadas domésticas. Sobre estado civil, a maioria se declarava solteira. Quando cruzadas as informações dos dados sobre trabalho e crimes cometidos, o resultado aponta para criminalização de mulheres de classe baixa, provavelmente, já nessa época, mais vulneráveis à intervenção penal que as demais.

Mesmo dentro da classe vista como “mulheres criminosas”, havia ainda uma separação entre mulheres “honestas” e “sórdidas”. As mulheres “honestas” e de “boa família” estariam associadas a crimes mais brandos, como os culposos; provocados por um estado próprio da natureza feminina, como o infanticídio; decorrentes da atitude de um terceiro que as desonrou, como o aborto; ou fruto de um estado de loucura, muitas vezes também vinculado ao feminino, como o crime passional. Todos os crimes associados a elas são ocasionais, ou seja, é uma ocasião atípica que fez com que essa mulher se tornasse delinquente.

Do outro lado ficariam as mulheres “abomináveis” e “impuras”, prostitutas e ladras oriundas do baixo meretrício, aquelas que não somente são prostitutas, mas vindas de um local sujo, vulgar, amoral e anti-higiênico. Essas mulheres estão

associadas ao homicídio, sem que haja uma especificação ou qualquer qualificação para o crime, culposos ou passionais. As ladras reincidentes são as que eram consideradas com uma índole criminosa.

Após a análise dos dados relativos aos primeiros anos de consolidação das instituições prisionais femininas, analisaremos os dados atuais. Sabemos que é um salto histórico grande, porém, apesar do espaço temporal entre os dados analisados, é possível perceber a repetição de muitos aspectos que levam as mulheres à situação de cárcere. Assim, podemos inferir que há um determinado perfil entre as mulheres selecionadas pelo sistema penal.

Aqui, os dados serão apresentados com cautela, compreendendo que os resultados estatísticos de certas pesquisas podem ser de grande importância para alguns estudos. Porém, expor dados a respeito de um grupo populacional envolve o risco de conduzir o leitor a uma falácia, que é a de supor conhecer de antemão um grupo, uma comunidade. O que visamos justamente evitar são:

encontros que se estabelecem marcados por uma relação de dominação e superexposição, em que o sujeito é visto como se já fosse conhecido, sem mistérios, nem enigmas, dispensando as perguntas para que se possa se apresentar e se dizer. (FILHO, 2008)

Assim, não se trata de massificar e expor dados com a presunção de concluir que sabemos quem desse espaço habita, nem tamponar singularidades, mas a análise dos dados apresentados a seguir apresenta a importância de localizar minimamente o contexto social de discrepâncias, que pode denunciar a forma de funcionamento do sistema prisional brasileiro. Consideramos relevante apresentar justamente as repetições que historicamente são atualizadas.

Dois relatórios apresentam-se com bastante relevância quando se trata de investigar os dados, números e porcentagens relativos às mulheres presas no contexto brasileiro. São eles o relatório “MulhereSemPrisão”, lançado em 2017 e realizado pela organização de direitos humanos Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), construído a partir do estudo de processos judiciais e entrevistas com

mulheres encarceradas, e também o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, porém, a primeira edição que contava com dados específicos sobre o sistema penitenciário feminino ocorreu somente em 2014, associado à primeira meta da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), instituída por meio da Portaria Interministerial no 210/14, pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que previu a criação e a reformulação de bancos de dados em âmbito estadual e nacional sobre o sistema prisional.

Vale destacar que o levantamento de dados sobre o cárcere em geral envolve desafios. Já foi declarado que os dados produzidos são poucos e há questionamentos sobre as formas de sua apuração. Existe uma grande dificuldade de acesso aos processos, e essa dificuldade acentua-se quando se quer investigar especificamente as mulheres:

O lançamento do INFOPEN Mulheres, no início de novembro de 2015, apesar de louvável, não foi capaz de reverter a desatenção sistêmica às mulheres, afinal dados há muito aguardados continuaram ausentes, como o número de filhos das mulheres presas — informação essa que aparece no relatório de junho em relação aos homens. Notamos que continuamos sem um dado consistente e confiável em relação ao número total de mulheres encarceradas no Brasil, uma vez o relatório divulgado em abril de 2016, sobre os dados de dezembro de 2014, revelaram que havia inconsistências nas informações prestadas pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro no levantamento de junho. Essas inconsistências se mostravam tanto na quantidade de mulheres presas quanto em outros cálculos daí decorrentes, como a proporção de mulheres presas por crimes relacionados às drogas e a porcentagem de mulheres em prisão provisória. (INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA, 2017)

Em dezembro de 2014, havia cerca de 34 mil mulheres no sistema penitenciário brasileiro; esse número representa um aumento de 503% em relação a 2000 (no mesmo período, a população masculina cresceu 220%). Também nessa data é apresentado o cenário do encarceramento provisório, 40,1% da população presa é composta por pessoas que ainda não tiveram julgamento: para os homens a

porcentagem é de 39,08% ao passo que em relação às mulheres, esse número sobe para 44,7%.

Segundo os dados da última edição do InfopenMulheres, lançado em 2017, no que diz respeito à escolaridade, foram obtidas informações acerca da escolaridade para 73% da população feminina privada de liberdade no Brasil (29.865 mulheres).

A partir disso, constatou-se que 66% da população prisional feminina no Brasil ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Apenas 15% da população prisional feminina concluiu o ensino médio.

A informação sobre faixa etária da população prisional feminina alcançou apenas 30.501 mulheres (ou 74% da população feminina total). A partir da análise da amostra de mulheres sobre as quais foi possível obter dados acerca da idade, podemos afirmar que 50% da população prisional feminina é formada por jovens entre 18 a 29 anos, 38% têm idades entre 30 a 45 anos, 1% corresponde a mulheres com mais de 70 anos. No quesito raça/cor, do total de 29.584 mulheres (ou 72% da população prisional feminina), 62% se declaram negras e 37% brancas.

Informações sobre o estado civil das mulheres indicam que 62% se declararam solteiras. E segundo os apontamentos do relatório MulheresSemPrisão, essa elevada porcentagem pode se dever ao fato de não haver espaço para outras narrativas de relações que não sejam as formalizadas oficialmente. 23% se declarou em união estável e 9% se declarou casada, de um total de 62% mulheres privadas de liberdade (o que equivale a 25.639 mulheres). Sobre o número de filhos, o relatório Infope Mulheres de 2016 se mostrou inconclusivo, pois só conseguiu analisar dados referentes a 7% da população prisional feminina, o que corresponde a uma amostra de 2.689. Porém, utilizando ressalvas metodológicas, ele aponta que, provavelmente, 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos.

Sobre a nacionalidade, chegou-se ao número de 529 cidadãs estrangeiras presas no Brasil. O relatório mais atual não considerou apontar a porcentagem relativa ao emprego dessas mulheres. E sobre os dados relativos aos crimes que levaram as mulheres à situação de encarceramento, o principal deles é o tráfico de drogas, que abrange 62%, seguido por 11% roubo, 9% furto e 6% homicídio.

4. Destinos da sexualidade

Apresentamos, na primeira parte deste trabalho, além de uma contextualização histórica acerca do ambiente prisional feminino, elementos que nos permitiram sustentar uma indagação a respeito de uma série de circunstâncias as quais denominamos de “aprisionamentos femininos”, destacando os discursos que circunscreveram as mulheres ao espaço doméstico e as práticas de internações em hospitais psiquiátricos, apontando também como esses discursos envolveram e ainda envolvem a esfera da sexualidade feminina.

A partir de então, iniciaremos o segundo eixo desta pesquisa, que tem como objetivo analisar o que nomeamos como “destinos da sexualidade no cárcere feminino”.

Foi por meio do contato com mulheres dentro do sistema prisional, e valendo-se de uma escuta psicanalítica, que elencamos os significantes “trabalho”, “relacionamentos”, “maternidade” e “cartas” como espaços de destinações pulsionais, lugares onde é possível escutar o que é da ordem do sujeito do desejo.

Partimos da premissa de que a prisão opera no sentido do aniquilamento do sujeito de desejo e, em última instância, na suspensão da vida, agindo em diferentes níveis e por diversos procedimentos, começando pela espoliação da singularidade subjetiva, como, por exemplo, a interferência da instituição em relação às vestimentas, aos objetos pessoais, que visa a massificação dos corpos ali presentes. Os corpos, dentro do ambiente prisional, são reduzidos em sua autonomia e vistos, predominantemente pelas suas necessidades biológicas.

Autores como Erving Goffman, Michel Foucault e, mais atualmente, Loïc Wacquant, descreveram em suas obras sobre o caráter das instituições totais, os mecanismos punitivos e de poder e da criminalização da miséria que envolvem os regimes prisionais punitivos. Entretanto, esses autores analisaram o contexto prisional principalmente por meio de experiências masculinas, o que torna ainda mais importante nos debruçarmos aos estudos dos efeitos prisionais para mulheres.

O relatório “Mulheres e tráfico de drogas: uma sentença tripla – Parte II”, realizado pelo ITTC, em 2015, apresenta que as violências de gênero já são vistas anteriormente a entrada dessas mulheres na justiça, e agravam-se a partir do momento de sua prisão. Ao serem abordadas pela polícia, nos flagrantes, os relatos de violência física por parte dos policiais são menos frequentes nas mulheres quando comparado aos homens. Porém, quando esses maus tratos acontecem com as mulheres, são quase sua totalidade violências de gênero, intensamente ligadas com a sexualidade. Há ofensas aos corpos, propostas de propina sexual. A violência física se apresenta aliada ao abuso sexual.

No ambiente prisional, as mulheres enfrentam as contínuas violências inerentes ao nosso sistema penitenciário e vivenciam a violação sistemática de seus direitos. A violência policial instrumentalizada, as torturas físicas e psicológicas, a falta de acesso a dispositivos de saúde, a educação, a violação do corpo, a forte medicalização, principalmente com remédios psiquiátricos, além das constantes intervenções do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) são situações constantes dentro dos presídios brasileiros.

Dentro das instituições prisionais, as mulheres, muitas vezes também são espoliadas do próprio nome, passando a serem chamadas de “presas”, “criminosas” ou “bandidas”, como muitas vezes observamos.

A psicanalista Mieli (2016) apresenta que a espoliação da singularidade subjetiva opera como uma destruição sistemática do envelope narcísico e libidinal próprio ao sujeito da linguagem, ou seja, opera como um ataque a uma imagem na qual há a sustentação da dignidade humana.

A falta de privacidade dentro das unidades prisionais, onde mulheres dividem um minúsculo espaço da cela, que, no melhor dos cenários possuem uma separação entre camas e banheiro, agride também o que entendemos enquanto pudor, elemento também apontado por Mieli (2016) como organizador da relação subjetiva com o mundo, sendo ele quem traça os limites e orienta o modo pelo qual habitamos o espaço:

O pudor é um elemento organizador da relação subjetiva com o mundo. Ele traça limites, fabrica estofos, envelopes, constrói limiares, instala porta, janelas, véus, orienta o modo pelo qual o homem habita o espaço; ele secunda a natureza arquitetônica da

linguagem, o enlaçamento das dimensões real, simbólica e imaginária que permitem ao homem se mensurar ao lugar, desenhar espaços descontínuos, separar, por exemplo, um quarto de um banheiro, um vestiário de uma copa, baixar uma persiana ou apagar uma luz. Lacan diz do pudor que ele é a “única virtude”, um afeto necessário ao falasse face a relação sexual que não cessa de não se escrever; ele permite proteger o que há de mais íntimo na relação humana com o corpo libidinal. Não é por acaso que se trata de um afeto desconhecido no mundo animal. Agredi-lo é desfazer uma das malhas graças às quais o sujeito tece seu lugar na cena do mundo, é zombar da natureza sexuada do sujeito, é humilhá-lo. (MIELI, 2016, p. 164)

Assim, as mulheres que encontram-se em privação de liberdade estão excluídas não só do convívio com seus familiares, amigos, filhos e filhas, mas também de sua casa, seus costumes, suas roupas, seu cotidiano, esvaziadas do que possuem, não sendo raro também perderem-se a si mesmas. Essas consequências alienantes da redução do ser humano à pura materialidade orgânica e a limitação das emoções a reações neurofisiológicas e químicas não são mensuradas.

Dessa forma, o que elencamos em nossa pesquisa foram os possíveis destinos de investimentos pulsionais frente à situação de encarceramento, investigando o movimento que o sujeito faz dentro do espaço prisional na tentativa de reafirmar sua subjetividade e o endereçamento ao Outro. Buscamos compreender as atividades psíquicas em jogo nessa situação e também o apontar o que esse espaço limitador provoca na expressão de forças pulsionais do sujeito.

Em um primeiro momento, durante as experiências com as mulheres em privação de liberdade que tivemos tanto na Penitenciária Feminina de Sant’Ana como na Penitenciária Feminina da Capital, procuramos captar o que elas poderiam nos dizer sobre suas práticas sexuais dentro da prisão no cotidiano, e nas visitas íntimas, porém, as falas sobre essa questão eram quase nulas e, nesse momento, não escutava-se sobre isso.

As falas que escutamos pareciam remeter, em sua maioria, ao que era da ordem das urgências, das necessidades, dos traumas⁷.

Ouvia-se sobre as rupturas da vida antes do cárcere, da família, dúvidas e preocupações sobre os processos jurídicos, falta de informação, falta de atendimentos

⁷ Sabemos que trauma é um conceito complexo na teoria psicanalítica e não pretendemos esboçá-lo aqui. Para isso indicamos os trabalhos de Berta (2015) e Knobloch (1998).

médicos. As angústias sobre os filhos que ficaram na rua e sobre os filhos que estavam com elas, na iminência de irem para rua.

Foi notório que pouco se dizia sobre sexo, masturbação, desejos sexuais. Não havia referência nem ao desejo ou à falta desses elementos, e também não havia referência sobre possíveis formas de realização sexual. Chegamos a nos questionar se esse de fato era um assunto apropriado. Será que na crise, no horror da prisão e no silenciamento que ela pode causar, havia espaço para questionamentos sobre o sexual?

Após algum tempo de convivência com as mulheres, por meio das atividades de conversa dentro da prisão, assuntos como os relacionamentos com os antigos companheiros, os novos relacionamentos e as cartas trocadas com homens privados de liberdade começaram a surgir e a revelar aspectos do desejo e da falta.

Porém, foi em um dia específico que entendemos que a sexualidade abarcava mais do que a expectativa da pesquisadora buscava encontrar. Em um dos encontros, com algumas mulheres que haviam passado pela situação de entrega de seus bebês e agora encontravam-se no pavilhão comum da penitenciária, a escuta ampliou-se. Foi quando começaram a explicar sobre a importância do trabalho dentro da unidade prisional.

Uma das participantes narrava como havia sido importante logo ao chegar no pavilhão comum ter sido incluída no trabalho de limpeza e, junto com isso, conhecer uma nova colega: “Tive sorte, logo que vim para o pavilhão, fiquei amiga de uma mulher que conseguiu me colocar para trabalhar com ela na faxina, ela é muito legal, a gente trabalha juntas e ela é engraçada me faz rir durante o dia, eu esqueço um pouco que estou aqui. Mas nem todas têm sorte, é complicado, por trabalharmos na faxina, fazemos de tudo e algumas vezes já tive que retirar da cela os corpos de algumas mulheres que se mataram. Muitas se matam por dívidas de drogas, mas é mais que isso, se você não tem onde se apegar, se você não tem família ou algo para acreditar, você se mata mesmo”.

Enquanto ela nos contava sobre sua experiência, o horror da cena sobre retirar os corpos mortos de dentro das celas contrastava com as explicações sobre o que acreditava fazer permanecer viva: a possibilidade de conseguir continuar se

vinculando a algo e a alguém; as outras mulheres em privação de liberdade presentes no grupo corroboravam essa ideia.

Ao entrarmos em contato com essa narrativa, começamos então a nos perguntar onde estariam essas possibilidades, uma vez dentro do ambiente prisional. Assim, a partir dessa chave de análise e por meio da experiência de escuta de mulheres privadas de liberdade, elencamos o que passamos a ouvir como essas possibilidades: o trabalho, os relacionamentos, a maternidade e as cartas. Chamamos essas possibilidades de destinos da sexualidade, no sentido que as entendemos como endereçamentos pulsionais, pois é no circuito da pulsão, na forma como ela enlaça o sujeito ao Outro que é possível fazer apontar o desejo de vida, de não sucumbir à aniquilação do sujeito. (CATROLI; ROSA, 2013).

4.1 Sexualidade, pulsão e sujeito

A sexualidade, neste trabalho, é entendida pelo viés da teoria psicanalítica, sendo o lugar conferido a ela na constituição do sujeito um dos traços mais marcantes de seu discurso tanto em Freud como, posteriormente, em Lacan. É preciso destacar que a psicanálise oferece uma leitura própria sobre a sexualidade que, em sua própria criação, rompe com a sexologia existente no Ocidente na segunda metade do século XIX. Como nos mostra Birman (1999), esse momento, as teorias de Richard von Krafft-Ebing, psiquiatra alemão, seriam as mais evidentes e, de acordo com os seus postulados, a sexualidade se definiria pela finalidade de reprodução da espécie, sendo as características como prazer e gozo subordinadas à exigência primordial da reprodução biológica e, com isso, a sexualidade estaria sempre identificada com a genitalidade.

Para o autor, essa visão que vigorava acerca da sexualidade procurava delimitá-la no registro do comportamento, no qual esta apresentaria padrões inquestionáveis e universais, marcada por regularidades que poderiam ser definidas pelos métodos científicos, se convertendo rapidamente em ciências do comportamento sexual que definiam as normas sociais sobre a sexualidade.

Assim, a leitura psicanalítica rompe com esses padrões à medida que retira a sexualidade do registro único do comportamento e passa a articulá-la com a noção de inconsciente e da linguagem, sendo principalmente por meio da elaboração teórica do conceito de pulsão que Freud introduz uma abordagem radicalmente original para pensar a sexualidade humana.

Para Jorge (2008), a teoria freudiana das pulsões é “o resultado da apreensão da ocorrência universal de uma sexualidade que se manifesta sob uma aparência errática e súbdita a uma lógica diferente daquela que rege os instintos animais” (p. 21). A teoria pulsional é considerada como parte essencial da teoria psicanalítica, apesar da certa obscuridade inerente a ela, caráter justificado pelo fato de que a pulsão não se encontra nos domínios da “visibilidade”, do empiricamente comprovável. Essa indeterminação é o que faz Freud afirmar em 1933, já com a psicanálise consolidada, que a “teoria das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia. As pulsões são entidades míticas, magníficas em sua imprecisão”.

Desse modo, o conceito de pulsão será privilegiado em nossas análises, visto que, tanto em Freud como posteriormente em Lacan, será esse o conceito que articula a dimensão do inconsciente, da linguagem e da sexualidade, no qual a sexualidade é entendida como algo que ultrapassa a continuidade biológica das espécies e a exclusividade dos órgãos genitais. Freud, em 1915, no texto “As pulsões e seus destinos”, apresenta o caráter fronteiro da pulsão:

A pulsão como um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida de exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal. (FREUD, 2017, p. 25)

E Lacan (2008), na lição XIV do Seminário XI, “A pulsão parcial e seu circuito”, aponta uma outra possibilidade, articulando o significante com o corpo:

É, a saber, que em relação à instância da sexualidade, todos os sujeitos estão em igualdade, desde a criança, até o adulto – que eles só tem a ver com aquilo que, da sexualidade, passa para as redes da constituição subjetiva, para as redes do significante – que a sexualidade só se realiza pela operação

das pulsões, no que elas são pulsões parciais, parciais em relação à finalidade biológica da sexualidade. (LACAN, 2008, p. 174)

Examinaremos então alguns aspectos relevantes ao conceito de pulsão, da forma como foi sendo elaborado por Freud e Lacan, retornando, principalmente, aos textos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (2006), “As pulsões e seus destinos” (2017) e o Seminário XI, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (2008).

Vale notar que a própria tradução do termo alemão *Trieb* gerou grandes embates no meio psicanalítico, principalmente pelas diferenças entre as traduções inglesas e as traduções francesas, que oscilam entre o termo instinto e o termo pulsão. Usaremos aqui a tradução da forma como foi feita por Pedro Heliodoro Tavares (2017).

É no desenvolver do texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (FREUD, 2006), por meio das análises sobre as perversões sexuais, da sexualidade infantil e das transformações da puberdade que Freud marcará seu interesse em se desvencilhar do modelo sexual vigente que considerava perversão toda a sexualidade que não tivesse como fim a reprodução da espécie. São suas observações sobre os modos de satisfação presentes desde a primeira infância que oferecem elementos para entender a particularidade com que o ser humano se relaciona com seus familiares, com a comunidade e com seus objetos de investimento libidinal.

É por meio da observação da experiência de amamentação do lactente que começará a ser apresentada a dissociação entre instinto e pulsão sexual, baseando-se na noção de apoio que se dá pela relação que as pulsões sexuais mantêm originalmente com as funções vitais. Na amamentação, a função da sucção tem como finalidade a obtenção de alimento e é isso que satisfaz o estado de necessidade orgânica, porém, em paralelo à alimentação, ocorre um processo de natureza sexual: a excitação dos lábios e da língua pelo peito, o que produz uma satisfação não redutível à saciedade alimentar, apesar de encontrar nela seu apoio:

Diríamos que os lábios da criança comportaram-se como uma zona erógena, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa. A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado

com a necessidade de alimento. A atividade sexual apóia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas. A criança não se serve de um objeto externo para sugar, mas prefere uma parte de sua própria pele, porque isso lhe é mais cômodo, porque a torna independente do mundo externo, que ela ainda não consegue dominar, e porque desse modo ela se proporciona como que uma segunda zona erógena, se bem que de nível inferior. A inferioridade dessa segunda região a levará, mais tarde, a buscar em outra pessoa a parte correspondente, os lábios. (FREUD, 2006, p. 171)

Posteriormente, é possível observar na criança a repetição do ato da sucção quando ela passa a utilizar o próprio corpo em busca de satisfação, ao utilizar a própria pele, principalmente os dedos da mão; essa atividade se dá de forma alucinatória e introduz a ampliação do conceito de sexualidade, pois evidencia-se o caráter propriamente sexual do ato de sucção, independente de uma função biológica conhecida. A condição para que isso ocorra é a separação da “necessidade de repetir a satisfação sexual” da “necessidade de nutrição”. Também introduz a importância do papel desempenhado pela fantasia como fonte da pulsão sexual.

Ainda nesse texto, Freud apresenta que, antes de chegar à puberdade e à fase adulta, a criança passaria por diferentes predomínios de zonas erógenas, que seriam os lugares privilegiados onde se estabelecem as relações entre o dentro e o fora do corpo. Como coloca Freud (2006), a zona erógena “é uma parte da pele ou membrana mucosa em que os estímulos de determinada espécie evocam uma sensação de prazer de certa qualidade” (p. 87).

Destacam-se três estágios de organizações dos instintos parciais: a fase oral e a fase anal e, posteriormente, a fase fálica, na qual se daria o predomínio da organização genital.

A primeira das organizações sexuais pré-genitais, a oral, consiste na incorporação do objeto quando a atividade sexual ainda não se encontra separada da ingestão de alimentos.

A etapa seguinte, a fase anal, é descrita com grande importância, aponta para o prazer que vem acompanhado da defecção assim como o sentido das fezes para a criança pequena: representa o próprio corpo, um presente.

Com relação a zona genital, associa os órgãos sexuais à micção e aos cuidados com o corpo infantil feitos pelo adulto, fonte de grande excitação e satisfação.

No trabalho intitulado “As pulsões e seus destinos”, Freud (2017) continuará a examinar as pulsões e apresenta, de modo mais detalhado, os quatro elementos que as constituem, sendo eles: fonte (Quelle), força ou pressão (Drang), meta ou alvo (Ziel) e objeto (Objekt).

A fonte (Quelle) refere-se ao processo somático advindo de um órgão ou parte do corpo. Apesar das pulsões serem determinadas por sua origem numa fonte somática, a vida psíquica só as conhece por suas finalidades. A força ou pressão (Drang), como afirma Freud (2017), se refere ao seu polo motor, ou seja, a medida de exigência de trabalho que a pulsão representa. Trata-se de sua própria essência, sua energia potência é caracterizada pelo seu caráter constante. “A constância do impulso proíbe qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo [...] não tem subida nem descida. É uma força constante” (LACAN, 2008, p. 163). A meta ou o alvo (Ziel) de uma pulsão é sempre a satisfação, porém, diferentes caminhos podem conduzi-la a essa meta, sendo que poderiam existir para uma mesma pulsão diversas metas aproximadas ou intermediárias, que podem ser combinadas ou substituídas, assim como existiriam pulsões inibidas em sua meta. E o objeto (Objekt), é aquele com ou pelo qual se atinge a satisfação; apresentado, nesse momento, como o elemento mais variável e plástico da pulsão.

Trata-se do caminho pelo qual a satisfação poderá ser alcançada, sempre de forma parcial. Ponto que será retomado por Lacan, como veremos adiante. Nesse ensaio, Freud (2017) se propõe a analisar somente dois dos quatro destinos pulsionais por ele apresentados: a reversão em seu contrário e o retorno em direção à própria pessoa, deixando para o recalque e para a sublimação outros capítulos.

A reversão em seu contrário pode manifestar-se de duas maneiras: como reversão da meta da pulsão, ou seja, da atividade para a passividade, ou como uma reversão do conteúdo da pulsão, o qual somente seria observado em um caso: na conversão do amor em ódio (FREUD, 2017). O retorno da pulsão em direção à própria pessoa se dá essencialmente por uma mudança de objeto, permanecendo a meta inalterada.

Os pares sadismo-masochismo e voyeurismo-exibicionismo constituem o modelo a partir do qual será realizada a discussão sobre a mudança da atividade para a passividade. Freud pensa a reversão da atividade para a passividade entre três

movimentos, sendo que o momento intermediário representa o retorno da pulsão em direção ao próprio indivíduo.

O primeiro momento refere-se ao exercício da violência sobre outra pessoa ou ao olhar dirigido para um objeto externo; e o último movimento designa a passagem para a passividade, em que o eu se oferece como um outro objeto para a violência ou para o olhar de outrem. No caso da transformação em seu oposto, Freud (2017) diz que o amar admite não apenas uma, mas três formas de oposição: amar-odiar, amar-ser amado e o amar e o odiar tomados em conjunto, em oposição ao estado de indiferença. Sobre os conceitos de sublimação e recalque, para Jorge (2008) existe um paralelo entre eles na medida em que comparecem na obra freudiana. Em sua visão essas modalidades de destinos pulsionais representam as duas mais importantes e diversas maneiras de evitamento da realização sexual direta da satisfação pulsional, na medida em que recalque e sublimação constituem os dois polos extremos das vicissitudes da pulsão.

É ainda no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (2006) que o termo sublimação aparece quando Freud aborda a relação entre o tocar e o olhar:

O mesmo se dirá da visão, que deriva do toque, em última instância. A impressão ótica continua sendo o caminho pelo qual a excitação libidinal é despertada com mais frequência, e a seleção natural conta com a viabilidade desse caminho — aceitando-se essa forma teleológica de ver as coisas —, ao fazer o objeto sexual se desenvolver no sentido da beleza. A ocultação do corpo, que cresce juntamente com a civilização, mantém desperta a curiosidade sexual, que busca completar para si o objeto sexual desvelando suas partes ocultas, mas que pode ser desviada (“sublimada”) para o âmbito artístico, quando se consegue retirar seu interesse dos genitais e dirigi-lo para a forma do corpo em seu conjunto. É natural que a maioria das pessoas normais se detenha, em alguma medida, nessa meta sexual intermediária do olhar sexualmente matizado; isso lhes dá, inclusive, a possibilidade de guiar certo montante de sua libido para metas artísticas elevadas. (FREUD, 2006)

Nota-se aqui que o termo sublimar aparece como um sinônimo de desvio: desviar do sexual para o não sexual, desviar dos órgãos genitais para a forma estética do corpo. A sublimação aparece no primeiro dos três ensaios como sendo um mecanismo próximo da formação reativa, ou seja, um mecanismo defensivo, mas também como uma demora em um alvo sexual intermediário por meio do olhar, que permitiria a orientação de uma pulsão para “alvos artísticos mais elevados”. A

ocultação do corpo, consequência do processo cultural, despertaria uma curiosidade sexual que poderia ser sublimada – desviada para arte – caso o interesse não se restringisse aos genitais, mas se alastrasse para todo o corpo. Na sublimação ocorreria uma inibição da meta sexual da pulsão.

O recalque, por sua vez, é explicado como uma resistência que torna a pulsão inoperante, sendo operado quando o desprazer é maior que o prazer obtido pela satisfação da pulsão, sendo, para isso, necessário um grande consumo de força psíquica, pois se o recalque exerce uma pressão constante em direção ao consciente, é necessária igualmente uma contrapressão também incessante para equilibrá-la (JORGE, 2008).

Assim, o recalque lida com a satisfação sexual no nível do proibido, ao passo que, no caso da sublimação, o sujeito abandona a referência à satisfação sexual direta e lida com ela em sua dimensão de impossível:

O impossível da satisfação, em jogo na pulsão, encontra na sublimação sua possibilidade de manifestação plena, pois a sublimação revela a estrutura do desejo humano enquanto tal, ao revelar que, para além de todo e qualquer objeto sexual, se esconde o vazio da Coisa, do objeto enquanto radicalmente perdido. (JORGE, 2008, p. 154)

Lacan (2008), na lição XIII do Seminário XI, “Desmontagem da Pulsão”, retomará os quatro elementos pulsionais: fonte, pressão, meta e objeto, apontando as ressonâncias da origem médica e neurológica presentes no pensamento freudiano.

Em sua releitura, o conceito de pulsão será deslocado do seu entendimento como um conceito-limite entre psíquico e somático, para serem articulados os significantes que vêm do Outro. Esse Outro refere-se ao campo da linguagem, desde onde nós nos constituímos enquanto sujeito.

Para Lacan, o inconsciente é estruturado como uma linguagem, do que podemos inferir que o Outro é também o inconsciente, a outra cena (onde ocorrem os sonhos, lapsos, chistes e outras manifestações inconscientes). O sujeito emergiria no encontro entre dois significantes e, portanto, seria determinado pela linguagem para além de sua consciência. De acordo com Quinet (2012):

O grande Outro como discurso do inconsciente é um lugar. É o alhures onde o sujeito é mais pensado do que efetivamente pensa. É a alteridade do eu consciente. É o palco que, ao dormir, se ilumina para receber os personagens e as cenas dos sonhos. É de onde vem as determinações simbólicas da história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido. (QUINET, 2012, p. 20)

Assim, na assimilação lacaniana, a pulsão deve ser concebida como o efeito da demanda do Outro, da linguagem, em sua mais precoce incidência sobre o sujeito ainda nem mesmo constituído enquanto tal. O fato de que as pulsões constituem o eco no corpo representa um dos mais importantes fundamentos da concepção psicanalítica da sexualidade (JORGE, 2008).

Será a partir das primeiras experiências que envolvem um encontro com o corpo do outro que algumas marcas serão feitas – as representações inconscientes no aparelho psíquico. Para Freud (2017), a pulsão é o representante psíquico das excitações que vêm do interior do corpo. A figura que encarna esse Outro é representada no psiquismo da criança sob a forma de traços mnêmicos. Uma vez que esses traços ficam marcados no psiquismo e no corpo em constituição, os apelos deixam de ser por um objeto de necessidade, mas pelo desejado reinvestimento nessa imagem mnêmica, sua experiência de satisfação.

A teoria freudiana aponta a importância do outro como única possibilidade de sobrevivência do recém-nascido e como aquele que promove a inscrição desse último na cultura; posteriormente, Lacan enfatiza que, para além dessas dimensões, o outro é fundamental para que o sujeito se constitua, ressaltando esse outro em sua dimensão imaginária e simbólica.

Na amamentação, ao mesmo tempo em que se opera a supressão da fome, é instalada a dimensão de prazer. Isso significa pôr em movimento seus orifícios pulsionais, ou seja, provocar a erotização do corpo numa antecipação de que aí se trata de um sujeito.

Por intermédio dos cuidados que envolvem o toque e a fala, há uma resposta ao choro da criança, supondo-se saber seu motivo, atribuindo uma significação subjetiva. Assim, há um investimento no corpo carne, mapeando uma zona erógena

no corpo infantil e amarrando-o a significantes; desse modo, o sujeito é chamado a advir a partir do lugar do Outro. Em resposta, a criança articula progressivamente uma voz para se fazer ouvir (MIELI, 2016).

O significante é o que barra a necessidade e produz a pulsão para que a necessidade de um recém-nascido seja satisfeita, um pequeno ser humano tem que lidar com a demanda do Outro, daí a consequência da articulação entre linguagem e pulsão (BROUSSE, 1995). Nesse sentido, cabe destacar que os significantes não são apenas palavras. Eles portam uma dimensão material enquanto marca psíquica (SIRELLI, 2010). Na lição XV do Seminário XI, Lacan reafirma que “um significante é o que representa um sujeito para um outro significante” (p. 194), de forma que o significante está sempre em cadeia, relançado a um outro. Relançamento que tenta circunscrever, representar algo do sujeito. Entretanto, o sujeito, em sua evanescência, não pode ser capturado, mesmo com o desdobramento infinito da cadeia.

Assim, a ação da linguagem, do Outro, age sobre o sujeito pelas estruturas de borda, denominadas em Freud (2017) por zonas erógenas, porém, esse processo de erogeneização não se limita apenas a determinadas regiões corporais específicas, mas se difunde por todo corpo do sujeito, transformando-o, assim, em um corpo erógeno, ou seja, um corpo pulsional.

Lacan (2008) aponta que essa ação da linguagem sobre regiões corporais privilegiadas, bordas orificiais cuja função de troca com o Outro é prevalente e cuja estrutura de hiância, de furo, é compatível com a própria estrutura do inconsciente:

A pulsão é uma montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que deve se conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente. (LACAN, 2008, p. 173)

Será analisando a questão da satisfação que Lacan (2008) olhará para a função dos objetos pulsionais; se na teoria freudiana eles aparecem como variáveis e plásticos, agora serão apresentando-os como indiferentes:

O objeto da pulsão, como é preciso concebê-lo para que se possa dizer que, na pulsão, qualquer que ela seja, ele é indiferente? Para a pulsão oral, por

exemplo, é evidente que não se trata de modo algum de alimento, nem de lembrança de alimento, nem de eco de alimento, nem de cuidado da mãe, mas de algo que se chama o seio e que parece que vai sozinho porque está na mesma série. Se Freud nos faz essa observação de que o objeto na pulsão não tem nenhuma importância, é provavelmente porque o seio deve ser revisitado por inteiro quanto à sua função de objeto. (LACAN, 2008, p. 166)

Com efeito, nenhum objeto da pulsão pode satisfazê-la, e nesse ponto somos remetidos a uma categoria fundamental da obra lacaniana: a noção de objeto a, o objeto causa do desejo e a ideia que a pulsão o contorna.

Esse objeto a “é o que é justamente subtraído ao ser vivo pelo fato dele ser submetido ao ciclo da reprodução sexuada” (LACAN, 2008, p. 193). Enquanto faltoso, ele é passível de ser representado por todo e qualquer objeto, porém são destacados quatro objetos a primordiais – o seio, as fezes, o olhar e a voz –, pois estes são unidos pelo mesmo denominador comum: o nada.

O que possibilita relacionar esses objetos é a noção de perda: o seio é objeto a somente na medida em que é estabelecido na função do desmame que prefigura a castração, e o excremento na medida em que é o objeto que o sujeito perde por natureza. O olhar e a voz, do mesmo modo, presentificam tal perda, uma vez que representam suportes que o sujeito encontra para o desejo do Outro. Se esses objetos são, por excelência, objetos a, isso se dá porquanto é em revolver esses objetos para neles resgatar, para restaurar em si sua perda original, que se empenha a atividade que denomina-se de pulsão (JORGE, 2008).

O objeto a não é em si mesmo apreensível, transmissível ou intercambiável. Assim, para a psicanalista Mieli (2016), “se o objeto a é o que falta, assim ele estará no horizonte de todas as coisas em torno das quais gravita a fantasia da cena no mundo” (p. 74).

Assim, a pulsão se organizará, em um caráter circular, conforme uma montagem, um circuito, e nesse momento é o outro que aparece para que a pulsão possa fechar seu curso circular. Na teoria lacaniana, a satisfação consiste em um circuito de três tempos; para alcançar sua finalidade, a pulsão percorre esse circuito que vai e retorna ao seu próprio ponto de partida, evidenciando seu caráter circular.

A pulsão escópica, analisada por Lacan (2008), será o modelo para entendermos os padrões das demais pulsões: oral, anal e genital. Em contrapartida, a pulsão invocante, cujo circuito se organiza no ato de se fazer ouvir, vai em direção ao outro, e seu retorno se dá como pulsão de escuta. Esse é o privilégio e a especificidade dessa pulsão: instaura um circuito que não pode se fechar, sendo “os ouvidos, no campo do inconsciente, o único orifício que não se pode fechar” (p. 190).

Assim, o circuito pulsional parte do momento ativo, busca de um objeto externo, passa pelo momento passivo, em que o sujeito toma uma parte de seu corpo como objeto, e se fecha no terceiro momento, em que o sujeito se faz ver por uma outra pessoa. A atividade da pulsão se concentra nesse terceiro momento, como um “se fazer”: “se fazer ver”, “se fazer ouvir”, “se fazer sugar”, “se fazer defecar”, “se fazer comer”, “se fazer amar” (FLEIG, 2006).

Surge então aqui, um novo sujeito, que aparece no momento em que a pulsão pode fechar seu circuito. É exatamente quando esse circuito da pulsão se completa que vemos advir o sujeito da pulsão, constituindo o corpo cultural, o corpo erógeno, não só mais somente o corpo biológico.

Esse sujeito, que é propriamente o outro, aparece no que a pulsão pôde fechar seu curso circular. É somente com a aparição no nível do outro que pode ser realizado o que é da função da pulsão”. (LACAN, 2008, p.175)

Completar esse circuito envolve produzir uma satisfação. Esse circuito pulsional em três tempos demarca que o sujeito, como sujeito do inconsciente, atinge a dimensão do Outro, de onde se constitui. Aqui já se articula o âmbito da cultura, ou seja, esse circuito pulsional, implicando esses três momentos: o momento de poder enlaçar algo, que é exterior ao organismo; o momento de retorno ao organismo; e o momento em que há um outro que testemunha a operação. Isso implica a estruturação do social, no enodamento entre a pulsão e o social (FLEIG, 2006).

Considerando o duplo movimento de alienação e separação que serão apresentados também na teoria lacaniana, esse circuito se situa no momento de alienação, no qual o sujeito desejante se constitui a partir do Outro, por seu

assujeitamento a esse Outro, enquanto é esse o campo que o recebe no mundo da linguagem e que lhe empresta os significantes que determinam uma posição a ocupar.

Essa posição o mantém alienado, suspenso em posição de passividade em relação ao sentido que lhe é atribuído pelo Outro, mas ela é necessária para sustentar o ser que vem ao mundo em desamparo e não poderia estabelecer por conta própria sua entrada na cadeia significante.

No entanto, há uma falha no discurso do Outro, que torna o sujeito irreduzível a uma cobertura total do sentido e será a aparição do objeto a que aponta para a irreduzibilidade desse assujeitamento. Uma falta é encontrada pelo sujeito nas entrelinhas do discurso do Outro e apreende um enigma naquilo que não encaixa, nas falhas do discurso. Em lugar de uma mensagem unívoca que lhe outorga sentido, agora sujeito encontra um enigma sobre o lugar que ocupa no Outro. (SCHWARZ; MOSCHEN, 2012).

Considerando que o objeto da pulsão é sempre variável, que não é equivalente ao objeto da necessidade, que é apenas contornado, e não apreendido pela pulsão, o Outro se apresenta como faltante nos intervalos de seu discurso. Nesse ponto, por meio dos intervalos, das faltas no discurso do Outro, o desejo do Outro é apreendido como um enigma. A perda de univocidade implica descompletar-se do sentido do Outro, mas deixa o sujeito sem garantias: não sei qual é meu lugar para o Outro; o que o Outro quer de mim? – pergunta que implica reconhecer que, porque lhe falta algo, o Outro deseja.

Assim, a falta a ser no sujeito, a inscrição do representante pulsional e a aparição do objeto a, objeto causa do desejo que se caracteriza pela ausência e falta, e não por sua presença e materialidade, é o que pode ser perdido no circuito pulsional no momento da separação, convocando a falta e movimentando o desejo, estabelecendo a condição para que o sujeito possa eleger objetos para o seu desejo (TOREZAN; AGUIAR, 2016).

Cabe dizer que, tanto no autismo, como na psicose, há uma falha no circuito pulsional, tendo em vista que a pulsão não se reflete sobre si. A ideia lacaniana é de que há posição ativa e passiva no circuito pulsional nos casos de psicose. Entretanto, não há conjunção das duas posições numa terceira, gramática pulsional referente ao tempo reflexivo, o fazer-se objeto (CARVALHO et al., 2014).

Amparamo-nos ao conceito de pulsão para Freud e Lacan, pois nos são importantes, no âmbito da análise do material desta pesquisa, pelos seguintes pontos: é a pulsão que retira a sexualidade vinculada unicamente aos órgãos genitais e, nesse contexto, abre um leque de objetivos e objetos que vinculam-se ao sujeito na busca de uma satisfação, de um objeto perdido, que o coloca em movimento. Sendo o campo do Outro, o que constitui a possibilidade do fechamento pulsional, nos aponta a dimensão do endereçamento e da condição errante do desejo.

A esse respeito, encontramos uma contribuição em Costa (2003), que condensa esse atravessamento do singular no comum:

o endereço é o motor do ato, permanecendo inconsciente e somente se fazendo “sentir” pelo retorno de seus efeitos. A dimensão do inconsciente está colocada na medida em que um ato precisa passar pelo corpo (seja pela voz, num ato de palavra; seja pelo olhar, nas artes, ou mesmo na escrita; etc.). É assim que esse ato sabe para além do indivíduo que é interpelado a realizá-lo, na medida em que transpõe ao social a condição de alienação mais radical ao Outro. Isso que diz respeito à inscrição primária que todos compartilhamos (o denominado recalcamiento originário), que insiste como um enigma motor da cultura. (COSTA, 2003, p. 13)

Por esses pontos, destacamos os possíveis espaços de destinos pulsionais dentro do âmbito do aprisionamento, espaços onde é possível o endereçamento pulsional ao campo do Outro, permitindo a conservação de um sujeito desejante, pela via do circuito pulsional. Dentro do âmbito prisional, apresentamos “o trabalho”, “os relacionamentos”, “a maternidade” e “as cartas” como possíveis saídas para que cada mulher permaneça existindo enquanto sujeito de desejo.

Como nos apresenta Fuks e Rudge (2018), a experiência subjetiva implica, necessariamente, a referência do sujeito ao Outro, objeto de amor e de ódio, e à linguagem:

Ao retomar esse “Outro” que Freud identificou como dobradiça entre o sujeito individual e o coletivo, Lacan introduz os termos Sujeito e Outro, articulando com precisão o que designou como a transindividualidade primordial do inconsciente: para além das marcas libidinais que recebe de seus próximos, o sujeito é marcado, de forma indelével, por representações sociais e políticas de seu tempo. (FUKS; RUDGE, 2018, p. 1)

Elencamos esses destinos pulsionais por meio do que pudemos escutar pelas falas das mulheres com as quais nos encontramos dentro do ambiente prisional, da forma como foram apresentando suas estratégias de sobrevivência, de “manter a cabeça forte”, evitando o terrível desfecho da retirada da própria vida biológica. A frase proferida por uma das mulheres dentro da Penitenciária Feminina da Capital, “quem não tem trabalho, quem não tem onde se vincular, se mata”, nos oferece essa dimensão. Passaremos então a apresentá-los nos próximos subcapítulos.

4.2 Trabalho

Em duas ocasiões tivemos a possibilidade de conhecer as chamadas “oficinas de trabalho” da Penitenciária Feminina da Capital, sendo a primeira entrada em 2014 e a segunda em 2016. Dos aspectos que chamaram nossa atenção, destacam-se dois: o caráter mecânico e repetitivo das atividades dentro das oficinas ali presentes, que são, na maioria linha de montagem de diversos produtos, e assim, em quase todas as oficinas, víamos mulheres manuseando pequenas peças que comporiam um produto final ou realizando atividades como a de embalagem de peças ou de encaixotar produtos. O segundo aspecto que causou impacto foi, na oficina de montagem de produtos médicos, o cheiro forte que os produtos exalavam, causando a dificuldade de ficar por muito tempo no local.

Nessa época, realizamos uma atividade de conversa que ocorria uma vez por semana, no período da tarde, e tivemos notícias de que algumas mulheres gostariam de participar dos encontros, porém, não conseguiam conciliar os horários do trabalho com a nossa atividade, tornando-se inviável a participação; assim, as que compunham o grupo nesse período eram mulheres que não estavam inseridas em nenhum emprego.

Para Moki (2005), que pesquisou as representações sociais do trabalho no cárcere feminino, as oficinas de trabalho de mulheres, como também ocorre nos presídios masculinos, são basicamente compostas por serviços repetitivos, que não exigem conhecimento técnico ou intelectual. Para trabalhar nas oficinas, não é

necessário apresentar uma formação profissional, fato que pode ser entendido como positivo para muitas mulheres dentro do âmbito prisional, visto que, como já foi apresentado, muitas delas não tiveram acesso ao ensino formal, mas, ao mesmo tempo, não oferecem nenhum desenvolvimento técnico ou intelectual para as trabalhadoras.

A pesquisadora também apontou que foi somente quando a administração das penitenciárias femininas deixou de ser religiosa, feitas pelas freiras, que o trabalho feminino se desvinculou das “atividades femininas”, que visavam resgatar a vocação da mulher para o trabalho doméstico e artesanal, e foi substituído pelas linhas de montagem.

Assim, o trabalho carcerário foi garantido por lei em 26 de dezembro de 1913, com a Lei Estadual nº 1.406, que estabeleceu o regime penitenciário para o estado de São Paulo. A lei continha dezoito artigos, e desses, oito tratavam especificamente do trabalho prisional. Nessa lei foi estabelecido o pecúlio, a quantia reserva para o preso trabalhador, que serviria para sua reintegração social e para suprir as despesas deste ou de seus familiares. Foi nessa lei também que foram criadas as categorias profissionais de aprendiz, operário e mestre (MOKI, 2005).

Apesar de o trabalho ser garantido em lei como direito da pessoa privada de liberdade, o relatório do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2017) aponta que é baixa a quantidade de pessoas privadas de liberdade que conseguem uma vaga nas oficinas de trabalho. Entretanto, a Penitenciária Feminina da Capital apresentaria uma realidade bastante peculiar, onde existe uma quantidade muito superior à média do estado de pessoas trabalhando. Assim, destacamos que um dos nossos campo de pesquisa apresenta uma realidade diferenciada de outros contextos prisionais, visto que, possibilita a um maior número de mulheres privadas de liberdade a possibilidade de preencher uma vaga de trabalho nas oficinas.

Em 2018, por meio de um grupo de escuta, realizado na Penitenciária Feminina da Capital, começamos a ter notícias de como a dinâmica de trabalho incide na vida dessas mulheres. Nesse contexto, participavam do grupo aquelas que haviam voltado da ala materno-infantil após a experiência de separação de seus bebês. Assim, as falas que remetiam a angústia da separação que as acometia começou a dar espaço para os relatos sobre as questões referentes ao emprego que ocupavam. Em um

grupo de aproximadamente oito mulheres, mais da metade delas havia conseguido um emprego.

As mulheres do grupo reclamavam que algumas mestrinhas eram “folgadas” e também das mulheres “mão no bolso”, que seriam aquelas que não trabalhavam, e que, por serem “caguetas”, eram protegidas de alguma forma. Esses relatos apresentavam-se no sentido de mostrar o incômodo gerado nesse ambiente quando elas trabalhavam muito, diferentemente das que ficavam ali no trabalho “só passeando”.

Sandra, certo dia, mostrou estranheza com o fato de hoje estar trabalhando e tendo que responder a um chefe e a horários, dizendo “nunca trabalhei na vida, só trafiquei”. Essa frase mostra que, para ela, o tráfico não era visto como um trabalho; outras integrantes do grupo também apontavam essa diferença de concepção, principalmente quando referiam-se sobre a disparidade do valor em dinheiro que conseguiam traficando ou cometendo alguns roubos ou furtos: “é difícil querer trabalhar de empregada dos outros quando em um dia você consegue mais do que em cinco meses de salário”.

Quando questionadas sobre como usavam o dinheiro que ganhavam com o emprego dentro da prisão, praticamente todas as que estavam no grupo respondiam que mandavam o dinheiro para a família, principalmente para suas mães, que geralmente era quem se encarregava de cuidar seus filhos durante sua ausência cumprindo a pena.

Segundo as mulheres, o salário recebido também poderia ser utilizado na compra de itens pessoais vendidos pela unidade prisional: cigarros, brinquedos para entregar aos filhos em dia de visita, e também alguns investimentos na esfera do cuidado com elas mesmas, como no caso de Valéria, que um dia nos contou ter guardado dinheiro para fazer um tratamento dentário que há muito tempo queria e precisava. O procedimento precisava ser pago, pois era realizado por uma dentista não vinculada à unidade prisional.

Valéria também nos conta que existem certas “modas” na cadeia, que mudam de tempos em tempos, “antes todo mundo usava o chinelo kenner”, e agora, estar na moda era usar óculos de grau com armações de diversos tipos e cores, aproveitando que no momento havia também uma oftalmologista realizando atendimentos dentro

da penitenciária e vendendo armações. Segundo Valéria, “agora todas as mulheres estão atrás do óculos, no pavilhão você vê cada uma com um de uma cor”.

Por esse relato, notamos certos caminhos pelos quais as mulheres podem subverter as imposições e normas impostas pelo ambiente prisional. Em um ambiente onde as mulheres encontram-se privadas em muitos aspectos de sua autonomia – não escolhem seus horários, seus alimentos, suas roupas – o fato de conseguirem “lançar modas” diferentes dentro da prisão revela as brechas e rupturas contra o que lhes é imposto: as vestimentas são controladas, mas os tipos de óculos e chinelos não.

No decorrer dos encontros e na continuidade que as mulheres foram dando às questões relativas ao emprego, começamos a escutar outras dimensões envolvidas: a possibilidade de fuga de um lugar de dejetos, da “depressão da cela”, da angústia.

Ao mesmo tempo que algumas mulheres mostraram possuir certa compreensão sobre o caráter exploratório dos trabalhos ali realizados, visto as altas demandas de produção que são exigidas em oposição aos baixos salários, para além de ter um emprego, um salário e a possibilidade de remissão de pena, as atividades se apresentam como uma oportunidade “de sair da cela”, “de fugir da briga no tanque”.

Poder sair do pavilhão e circular em outros espaços apresentava-se como o aspecto mais importante que o vínculo empregatício proporciona. Não era incomum ouvir frases como “faço o que for preciso para não ficar na cela”. Além de possibilitar sair da cela, as mulheres diziam que o trabalho gerava um esforço físico fundamental para que, no momento em que estivessem trancadas, conseguissem dormir sem dificuldades: “chego na cela, tomo banho e durmo”.

Freud (1980), em “O mal-estar na civilização” já apresentava que a ênfase no trabalho seria uma importante medida paliativa para afastar o sofrimento, agindo nos impulsos por meio dos deslocamentos da libido possibilitados por nosso psiquismo, podendo ser compreendido como uma resposta sublimatória ao desamparo.

A possibilidade que esta técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. (FREUD, 1980, p. 99)

Assim, o trabalho, enquanto um dos destinos da sexualidade elencados, abrange tanto o investimento pulsional na realização, mesmo que mecânica de uma atividade laboral, quanto também a dimensão da locomoção pela unidade, do retirar-se da cela e, principalmente, abrange a dimensão da construção de diferentes vínculos e relacionamentos, mesmo que estes sejam narrados envolvendo a dimensão de briga e de disputas e rivalidades, visto que “a experiência subjetiva implica, necessariamente, a referência do sujeito ao Outro, objeto de amor (modelo) e de ódio (obstáculo), e à linguagem” (FUKS; RUDGE, 2018).

Encontram, no lugar do ambiente de trabalho, o lugar que falta na prisão, um lugar subjetivo onde os objetos pulsionais relativos à demanda e ao desejo situam o sujeito, localizam seu campo de ação, desenham as coordenadas de sua extensão. Para Mieli (2016),

Se a apropriação do espaço corresponde ao modo pelo qual o sujeito se orienta na estrutura significante, a extensão do campo subjetivo é então extensão pulsional. O lugar é, por natureza, libidinizado: até onde alcançar a percepção das coisas que nos rodeiam, por onde se estender o olhar, onde o silêncio e o som forem percebidos, por onde nos levar o passo ou o movimento ou pensamento ou o devaneio, nosso mundo é sempre libidinal. (MIELI, 2016, p. 65)

E nesse lugar subjetivo, é preciso reconhecer a presença do objeto a e suas formas episódicas oral, anal, escópica e vocal, que se interligam numa estrutura sincrônica de grupo, articulada pelas inversões da demanda e do desejo na relação entre sujeito e Outro.

Certo dia, quando conversávamos sobre os benefícios de ser contratada e estar em um trabalho em uma unidade prisional, muitas delas destacaram que o salário e o dinheiro eram muito importantes, mas estava longe de ser a única coisa importante nessa dinâmica. “Eu vou para o trabalho para ver gente, vou para fofocar, para conversar”, e muitas endossaram as amizades surgidas nesse contexto, as fofocas e mesmo os relacionamentos amorosos surgidos desses encontros. De fato, muitos

momentos de nossos encontros foram preenchidos com as novidades, as fofocas e o cotidiano que ocorria no contexto do trabalho.

A partir dessas falas, o que nos chama atenção é que no ambiente de trabalho é possível “ver gente” e “ser vista”, “falar” e “conversar”. Destacamos então nesse contexto, dois objetos da pulsão apresentados na teoria lacaniana: o objeto voz e o objeto olhar, ou seja, objetos referentes à pulsão escópica e à pulsão invocante.

Para Vivès (2009), psicanalista que se debruça aos estudos relativos à voz na clínica psicanalítica, ao conferir à invocação o estatuto de pulsão, a teoria lacaniana teria apresentado uma nova dialética das pulsões. Se o objeto oral e o objeto anal estão articulados à demanda do Outro, o olhar e a voz associam-se ao desejo do Outro. Para o autor, a voz seria um objeto particular na lista dos objetos pulsionais por relacionar-se menos à demanda e mais ao desejo do Outro.

Também a psicanalista Mieli (2016), baseada na teoria lacaniana, apresenta a voz e o olhar como objetos relativos ao desejo do Outro e surgidos dos campos do sonoro e do visível, para deles se destacar.

Existe, entretanto, uma diferença entre o “se fazer ver” e o “se fazer ouvir”, pois “os ouvidos são, no campo do inconsciente, o único orifício que não se pode fechar” (LACAN 2008, p. 190). Dessa forma, essa diferença é relacionada com os três momentos lógicos da trajetória pulsional que implicam um percurso topológico, do intrínseco ao extrínseco e vice-versa. Temos esse percurso ilustrado mediante as formas verbais. No caso da pulsão oral: comer, ser comido, fazer-se comer; na pulsão anal: defecar, ser defecado, fazer-se defecar; na pulsão escópica: ver, ser visto e fazer-se ver. Assim, esses três momentos, mediante as três formas verbais, compreendem uma voz ativa, uma voz passiva e uma voz reflexiva, e essa última é a que precisa do outro para poder realizar-se, enlaçando topologicamente o sujeito e o campo do Outro.

No caso da pulsão invocante, ela expressa por um ouvir, ser ouvido e fazer-se ouvir, porém, pela diferença apontada por Lacan (2008) sobre os ouvidos, o “se fazer ver se indica por uma flecha que verdadeiramente retorna para o sujeito, o se fazer ouvir vai para o Outro” (p. 191). Assim, os dois orifícios em jogo na pulsão invocante são a boca e o ouvido, ocasionando um vínculo intrínseco entre o falar e o ouvir, que se articula no ato da fala.

Se ficar na cela é ficar remetida ao isolamento, uma vez dentro de um vínculo empregatício é possível participar de um outro tipo de dinâmica dentro da prisão, de dar vazão às pulsões e se endereçar campo do Outro. Uma dinâmica que comporta um ver e ser visto, ouvir e ser ouvido, a um lugar não necessariamente submetido ao lugar de dejetos. Sair da cela, da tranca, é sair da condição de “morto-vivo”, uma vida regulada apenas de forma instintual reduzida ao biológico, que necessitaria apenas das satisfações das necessidades biológicas, na qual apenas o instinto de sobrevivência é possível, e não o do desejo.

A importância da voz, habitando o lugar subjetivo, assim como a importância do objeto olhar, é destacada pela psicanalista Mieli (2016) como ligando-se a própria condição fenomenológica do recém-nascido, desde sempre sujeito ao olhar e à voz dos outros, ao olhar e à voz de quem cuida dele e do mundo que o cerca, necessários à sua própria sobrevivência.

Dessa forma, o corpo pulsional é também um corpo social, na medida em que o corpo é o que ele (se) representa na relação com o Outro, sendo os objetos pulsionais também coletivos, associando o corpo de um sujeito com outros corpos. Nesse sentido, encontramos em Costa (2004) que são as bordas corporais que fazem a função de “fronteiras entre os corpos”, e é por meio desses objetos pulsionais que os sujeitos se relacionam:

as bordas corporais não são constituídas de uma vez para sempre. O que chamo de bordas do corpo tem a ver com a erotização e com o funcionamento pulsional, que dá suporte à erotização. As bordas são o que constitui nossa relação com o ambiente, com o outro e com a realidade. De bordas se constitui nosso olhar - são as bordas que fazem com que nós possamos ver [...]. Escutar uma voz também faz borda no ouvido [...]. Apesar de já nascermos com essas bordas e com a capacidade de que elas funcionem, sua atividade não se dá de forma natural, elas precisam constantemente ser recortadas [...]. Precisamos reconstituir algum tipo de borda corporal, para que possamos dar suporte à circulação do nosso corpo: para nos sentirmos representados, amparados e tendo algum lugar. (COSTA, 2004, p. 170)

Assim, a voz é um corpo coletivo, tanto quanto o olhar, estabelecendo, através dos orifícios, as relações entre o dentro e o fora, ou seja, entre o sujeito e o Outro. O ponto importante a ser realçado é que a pulsão “está encarregada de ir buscar algo

que, de cada vez, responde no Outro” (LACAN, 2008, p. 185). E nessa busca do outro há um apelo a um laço de solidariedade.

Se a pulsão invocante tem a ver com as ressonâncias de uma pré-história individual, desejante, que caminham no sentido das identificações primordiais do sujeito, ou seja, as identificações verticais, há também evidências de que o fazer-se ouvir também aponta para identificações horizontais, a identificação ao semelhante, funcionando como operador de relações de sociabilidade e de produção de contextos de expressão de si.

Dessa forma, indicamos o contexto do trabalho como possibilidade de ser um primeiro destino pulsional no contexto de encarceramento, destacando os objetos pulsionais olhar e voz, que permitem o endereçamento ao campo do Outro e ao outro semelhante.

Notamos que os relacionamentos que ocorrem entre as mulheres nessa esfera são de grande importância no atravessamento do tempo da pena. Dessa forma, passaremos então para a questão dos relacionamentos, segundo ponto que analisaremos no âmbito desta pesquisa.

4.3 Relacionamentos

“Existe amizade na prisão?”

Essa pergunta atravessou nossa experiência com as mulheres em privação de liberdade em diversos momentos. Apesar da proximidade física entre os corpos que a prisão impõe, claramente isso não incide sobre o forte sentimento de solidão e isolamento, frequentemente comentados por elas, no qual, por vezes, o tema da amizade e dos relacionamentos afetivos dentro do sistema prisional fica em segundo plano, tanto em suas falas como também em pesquisas sobre prisões, que geralmente enfatizam as disputas de poder e violência. A antropóloga Padovani (2015), que realiza pesquisas em unidades prisionais, aponta que:

As produções recentes sobre prisões no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, têm se debruçado sobre relações de poder, narrativas e negociações das violências, etiquetas e códigos articulados nas trajetórias que atravessam prisões e periferias, suas porosidades e os processos de encarceramento em massa. Nestas, quase todas produzidas a partir de prisões masculinas, pouco se fala sobre redes de afeto, e, ao ser chamada atenção para vínculos tecidos a partir ou atravessados pelas experiências prisionais, tratam majoritariamente, dos “desafetos”, quer dizer, de relações que inviabilizam o convívio de duas ou mais pessoas dentro dos pavilhões prisionais. (PADOVANI, 2015, p. 30)

No âmbito da teoria psicanalítica, a amizade também não possui grande destaque. Em Freud, os vínculos sociais são explorados, principalmente pelas das fraternidades, os relacionamentos entre irmãos e família (LEJARRAGA, 2010; TIUSSI, 2018).

Porém, é possível encontrar nas trocas de correspondências entre Freud e Wilhelm Fliess, no texto de 3 de outubro de 1897, uma passagem que nos remete a uma interpretação sobre a importância das relações de amizade. Nesse escrito, são analisadas duas relações do psicanalista: a primeira delas refere-se a com o seu irmão mais novo, se atendo aos sentimentos hostis despertados pelo seu nascimento, na medida em que este se torna um rival na disputa pelo amor dos pais.

Posteriormente, é apresentada sua relação com seu sobrinho, de idade próxima, com quem brincava na adolescência. “Esse sobrinho e esse irmão mais novo determinaram, não só o que há de neurótico, mas também o que há de intenso em todas as amizades” (p. 352). Nota-se, assim, os dois aspectos que envolvem as relações humanas: rivalidade e parceria.

Já no texto “O mal-estar na civilização”, Freud (1980) apontou como a dimensão do laço social é atravessada pelo mal-estar, visto que esse laço se sustenta sobre a repressão dos impulsos primitivos constituintes do humano.

Esse mal-estar, característico das relações humanas, atrelado à marca que o sistema prisional carrega, de ser um lugar de “desafetos”, apresenta-se nas falas das mulheres que tivemos contato nas quais, em um primeiro momento, apresentam as relações interpessoais com ressalvas e sensações de desconfiança: “não dá pra

confiar em ninguém aqui dentro, a gente nunca consegue saber quem é a pessoa”. Muitas apresentavam a suspeita de nunca saber se uma ajuda seria realmente verdadeira ou se a colocaria em dívida com alguém, tendo em vista um caráter mercantil, que muitas vezes marcam as relações dentro da prisão. Relatavam também algumas brigas que aconteciam entre elas, na maioria das vezes por “ignorância”, por “não conseguirem se conter”.

Entretanto, frequentemente pudemos presenciar certas redes e vínculos que se estabeleciam ao longo do tempo entre elas, por exemplo, algumas mulheres que só frequentavam o grupo quando estavam juntas e, se uma faltava, a outra não ia também. Notava-se, da mesma forma, a própria disposição espacial que se formava durante os encontros, sentavam-se mais próximas uma da outra as que demonstravam maior afinidade.

Durante os encontros não era raro observarmos a circulação de experiências e construção de saberes entre as mulheres em diversos âmbitos, como orientações jurídicas, conhecimentos nos cuidados com os recém-nascidos, indicações sobre como lidar com as próprias dinâmicas prisionais. As mais familiarizadas com alguns dos temas circulavam seus ensinamentos para as que chegavam e, geralmente, comentavam sobre suas preocupações.

Quando uma mulher encontrava-se preocupada com a iminência de seu julgamento ou com algum encontro com o juiz, logo outras se dispunham a comentar sobre suas experiências e sobre as formas que julgavam ser melhor proceder. Muitas dúvidas, que em um primeiro momento eram direcionadas às psicólogas do grupo, logo eram divididas também para outras mulheres, frente essa circulação de saberes. Quando não havia respostas prontas, arriscavam conjecturas e hipóteses, construindo juntas uma possível resolução para algum conflito.

Em diversos momentos, éramos atravessadas pelo tema sobre a “vida depois do cárcere” e, nessas ocasiões, surgiam também as reflexões sobre “as drogas” e sobre “o mundo do crime”. Algumas colocavam em pauta a possibilidade de voltar a traficar, outras diziam mais firmemente que a primeira cadeia havia sido suficiente para não quererem voltar para “essa vida”, se interrogavam sobre possibilidades de mudanças e compartilhavam alguns dos planos e sonhos que pensavam para quando

saíssem da prisão, como a possibilidade de abrir um negócio próprio. Destacavam, entretanto, que, para isso, seria preciso “força de vontade”.

Na ala materno-infantil, essa rede de compartilhamento se tecia, muitas vezes, por intermédio dos filhos; quando, por exemplo, uma mulher se disponibilizava a cuidar do bebê da outra ou quando compartilhavam algum saber sobre os cuidados maternos. Nas ocasiões em que uma mulher não consegue contar com o suporte da família, geralmente a unidade prisional disponibiliza alguns itens de necessidades básicas, como as fraldas; as que tinham que contar com essa contribuição geralmente se queixavam que usar as fraldas “da casa” resultavam em assaduras para seus bebês. Quando isso acontecia, não era raro presenciar alguém se disponibilizar para emprestar pomada ou dar dicas do que fazer.

Dessa forma, começamos a assimilar que a amizade nesse contexto poderia também significar as relações nas quais uma consegue perceber e, muitas vezes, enunciar quando a outra está em apuros. Em um determinado encontro, esse saber enunciar quando alguém está em dificuldade se apresentou de forma evidente.

Naquele dia, o grupo começou com duas mulheres novas que ainda não sabiam muito bem o tipo de trabalho que era realizado naquele espaço. Algum tempo após o início da conversa e algumas explicações sobre nossa atuação, em um sobressalto, uma delas diz: “Não, espera um pouco. Tem alguém que precisa muito estar aqui. Ela está muito mal e acho que vocês tem que falar com ela”. Após essa enunciação, ela sai da sala onde se realizava o encontro e volta sozinha depois de um tempo: “ela já vem”. O grupo continuou, porém, ninguém mais chegou. Houve então, uma nova tentativa da mulher em chamar a conhecida. Dessa vez, voltaram as duas e, quando chegaram a que estava no grupo começa a falar para a colega “elas vão te ajudar, conta pra elas o que tem acontecido”.

Seguiu-se então uma intensa narrativa de uma mulher que sofria violências graves desde a infância, sua mãe também havia sido presa e havia tirado a própria vida durante o cumprimento da pena, por conta disso, ela foi abrigada por um vizinho que abusou sexualmente dela por um longo tempo. Em seu relato, contou que apresentava alguns problemas graves de saúde, disse que tinha alguns ataques de surto, que a deixava em situações bastante vulneráveis dentro da prisão. Sua narrativa causou por alguns momentos um intenso silêncio e o grupo seguiu com a

tentativa de elaborar essa fala e pensar em possíveis direcionamentos. Porém, o que destacamos aqui é essa possibilidade que os vínculos estabelecidos dentro da prisão apresentam: um tipo de ajuda, uma enunciação de um problema.

Se, na infância, o suporte, os cuidados, a voz e a existência do outro são condições necessárias tanto para a sobrevivência biológica quanto para o surgimento do sujeito, na fase adulta não prescindimos desses cuidados, desse olhar e dessa presença que continue viabilizando, em muitos casos, a sobrevivência.

No âmbito do pavilhão comum, percebemos que alguns vínculos continuavam existindo, e também notamos a importância que nosso grupo apresentava nesse contexto, uma vez que, dentro desse pavilhão, nem sempre as que estavam juntas na ala materno-infantil continuavam dividindo o mesmo espaço. Uma vez em celas ou setores diferentes, os encontros ficava mais raro de acontecer.

Assim, notava-se que os momentos iniciais do grupo de escuta eram preenchidos com as trocas de novidades, com as atualizações que umas davam as outras, fazendo-nos constatar que algum tipo de vínculo havia se efetuado e que o espaço que podíamos proporcionar dentro grupo de escuta era composto não somente do encontro entre nós e elas, mas também do encontro entre elas mesmas.

Apontamos, então, que esses vínculos, essas relações, que proporcionavam ajuda, troca de informações, dicas, testemunhos sobre as experiências compartilhadas na prisão fazem parte de mecanismos de sobrevivência nesse contexto, uma construção de uma rede de apoio. Formando-se assim um coletivo com especificidades próprias, como apresenta Mieli (2016):

Uma vez inserido um número definido de pessoas numa relação sincrônica no seio do laço social, sua relação se transforma: a subjetividade é então introduzida entre os indivíduos, determinada pelo modo que cada um se vê e se concebe em relação ao outro. (MIELI, 2016)

A partir dessas cenas, gostaríamos também de destacar o que encontramos na teoria psicanalítica como a função do semelhante, termo apresentados em Birman (2003), Rosa e Cerruti (2014) e Tiussi (2018), autores que entendem a noção de fraternidade para além de uma dimensão estritamente familiar e também o lugar do

semelhante na estrutura do sujeito fora do registro da rivalidade, essencialmente ligada à disputa dos irmãos pelo amor paterno, ainda que o drama familiar, assim como nossas fantasias inconscientes, sempre estejam atualizados nos mais diversos laços.

Para a pesquisadora Tiussi (2018), o termo função do semelhante remete à distinção que Lacan faz entre Outro (grande outro) e outro (pequeno outro, semelhante), sendo que o Outro refere-se ao campo da linguagem, desde onde nós nos constituímos enquanto sujeito.

Já o pequeno outro, o semelhante, é apresentado como referindo-se àqueles com quem nos relacionamos propriamente, o meu próximo, que também pode ser minha imagem no espelho e meu irmão intruso. Esse pequeno outro e o eu podem se confundir no registro imaginário caso não haja uma terceira instância – esse Outro – instaurando a relação em uma triangulação. Assim, esse semelhante se configura naquele que abre novas vias de identificação, de aprendizado, de dialética e de alteridade. O encontro com o outro semelhante permite justamente que o sujeito se descole de uma única imagem cristalizada de si mesmo (TIUSSI, 2018, p. 108).

O semelhante teria então a função de ancorar laços sociais importantes para além da família. A fratria, o coletivo, têm a potência de transformar a organização social de modo ainda atrelado ao laço social, ao outro. Isso só é possível por meio da circulação horizontal, da construção coletiva de saberes que ocorre entre os semelhantes na diferença. As experiências compartilhadas possibilitam ao sujeito reconhecer-se como criador de formas de linguagem e fatos sociais, produzindo uma abertura de um campo coletivo de circulação e transmissão de saberes. O sujeito precisa ter pontos em que se reconheça no semelhante, mas também ter espaço para se diferenciar.

Para Rosa, Vicentin e Catroli (2009), a apropriação do espaço permite que a amizade possa ser uma experiência social e cultural plausível para construção de projetos comuns, assim como observamos nos planos que as mulheres imaginam para a vida após o cárcere. Esse espaço da amizade seria o que torna o mundo compartilhado, espaço da liberdade e do risco, lugar onde é possível reinventar a vida e criar mecanismos de pressão contra a submissão ao poder soberano. Segundo as falas de algumas mulheres, nem sempre essas relações continuam existindo fora da

prisão, porém, entendemos neste trabalho que a importância está na forma na qual juntas, elas podem atravessar de modo menos solitário a experiência da exclusão da sociedade imposta pela prisão. Compreendendo, assim, uma presença de um outro que pode representar, além de obstáculo ou impedimento, algo viabilizador ou uma passagem para sobrevivência do bem comum (ROSA; CERRUTI, 2014).

Passaremos então a analisar a situação de um outro tipo de relação: a maternidade dentro do ambiente prisional.

4.4 Maternidade

A maternidade no cárcere apresenta-se para nós de forma bastante complexa, gerando questionamentos e incômodos. Quando buscamos trabalhos relativos a mulheres e cárcere, fica evidente que grande parcela das pesquisas e elaborações privilegiam os temas relativos à questão “mãe-bebê” nesse contexto.

Além disso, no contexto das lutas anti-encarceramento no âmbito jurídico, notamos ser comum os discursos das organizações de direitos humanos sobre o tema se pautarem na questão da maternidade e do vínculo com os filhos como justificativa para proporem o desencarceramento feminino.

Vemos um exemplo disso por meio da aprovação concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em fevereiro de 2018, *habeas corpus* coletivo a todas as mulheres grávidas, mães de crianças de até 12 anos e de filhos com deficiência, visto que, desde o Marco Legal da Primeira Infância, lei de 2016, o Art. 318 do Código de Processo Penal já garantiria às mães de crianças de até 12 anos incompletos ou mulheres grávidas, na teoria, o direito de cumprir prisão provisória em regime domiciliar.

Considerada uma decisão inédita no Brasil, essa aprovação revela uma grande conquista das organizações, entidades e pessoas que lutam contra o processo de encarceramento em massa.

Entretanto, isso nos provoca algumas ressonâncias e alguns questionamentos, visto que, em certa medida, esse discurso poderia ser considerado como reafirmando a racionalidade, já evidenciada neste trabalho, de que o espaço da mulher seria o de estar com os filhos em casa, convicções que imperaram por muito tempo em nossa sociedade, deixando resquícios até nossos tempos.

Também notamos que essa prerrogativa atravessa de algumas maneiras o cárcere feminino e apresentaremos observações a respeito disso. Dentro da Penitenciária Feminina da Capital, existe uma ala destinada às mulheres que estão grávidas e que acabaram de passar pelo parto. Nesse espaço, as mulheres têm a possibilidade de permanecerem no período de gestação, puerpério e aleitamento até seus filhos completarem seis meses, podendo esse tempo variar dependendo do caso de cada mulher, submetidas ao tempo dos trâmites burocráticos. Esse direito é, em tese, garantido pela Constituição Federal de 1988, (Artigo 5-L-CF) e pela Lei de Execução Penal (LEP, V. Art. 89, Lei n. 7.210/1984, alterado pela Lei n. 11942/2009).

Assim, as mulheres que encontram-se cumprindo pena na Penitenciária Feminina da Capital e as que estão em outras unidades prisionais do estado, ou as que no momento do aprisionamento estão grávidas, são encaminhada para essa ala materno-infantil.

Após o término desse período, as mulheres são obrigadas a entregarem seus bebês, seja para alguém de sua família que tenha possibilidades de recebê-lo ou então para instituições de abrigamento quando não há condições de algum familiar seguir com os cuidados da criança. Geralmente, quando alguém da família fica com a guarda das crianças, são as próprias mães ou irmãs das mulheres em privação de liberdade que exercem essa função.

Na falta de algum familiar, quando uma criança é enviada novamente a uma instituição, em alguns casos, a mãe consegue restituir a guarda após o tempo dentro da prisão, porém, não são raros os casos de destituição do poder familiar nesse contexto.

Dentro dessa ala, podemos encontrar, ainda que precárias, melhores condições de permanência para as mulheres e seus filhos, quando comparadas às condições do pavilhão comum. Há uma ligeira mudança em termos de infraestrutura, uma pequena melhora na qualidade da comida, um acesso um pouco maior a

medicações, a serviços médicos, jurídicos, psicológicos e outros tipos de atividades oferecidas, como um shantala, que podemos presenciar. Nesse espaço, as mulheres também não são obrigadas a ficarem durante o dia em celas, tendo um pátio para os banhos de sol com seus bebês.

Do mesmo modo, podemos concluir que nossa entrada na unidade prisional e a possibilidade de realizarmos um trabalho de escuta com essas mulheres, na ala materno-infantil, se deu pela via dessa lógica. Assim, a experiência compartilhada com as mulheres nesse espaço e nesse período é bastante intensa e seria da ordem do impossível transmitir toda a gama de complexidade, angústia, preocupações e questionamentos que a situação apresenta. De tudo que conseguimos ouvir, não poderíamos, portanto, deixar de considerar o que a maternidade no cárcere também revela de importante.

Supomos que essas melhores condições de habitação se devem não somente ao fato desse espaço passar a abrigar os recém-nascidos, mas também passar a abrigar “mães”. O primeiro aspecto que notamos nesse ambiente é que as mulheres deixam de ser nomeadas por “bandidas” ou “criminosas” e passam a ser denominadas de “mãe” ou até mesmo “mãezinhas”, passam a ser reconhecidas pelas agentes prisionais, médicos e outros funcionários e também começam a se reconhecerem desse novo lugar.

Aqui, evidenciamos um aspecto de “redenção” que a maternidade parece conferir a essas mulheres, tanto para as agentes prisionais que passam a esperar que “agora ela tome jeito” quanto para elas mesmas, como notamos em algumas frases do tipo “agora eu preciso cuidar dele, não dá mais pra ficar na mesma vida de antes”. No momento do nascimento dessa nova criança, temos também o nascimento de uma mãe. Mesmo que não seja, para muitas mulheres, a primeira experiência de gravidez, ficar grávida e tornar-se mãe dentro do cárcere promove uma visibilidade na qual é permitido que elas sejam vislumbradas em outras nomeações além das quais eram previamente ocupadas por elas: criminosas, ladras, traficantes. Ao serem nomeadas como mães, esses outros significantes teriam a possibilidade de ficarem encobertos.

A possível vinculação do significante mãe com o que é da ordem do sagrado abre uma porta para um suposto caminho da salvação, o que também justificaria o investimento diferenciado da instituição prisional. Aqui, podemos questionar se a

escolha de se apresentarem ou não como mães seria delas próprias ou daqueles que, vendo-as, escolhem esse nome como forma de suportar o que escapa dessa nomeação (BRAGA; ANGOTTI, 2015).

Todavia, não foi raro entrarmos em contato com inúmeros relatos de violência obstétrica. Segundo as falas dessas mulheres, muitas tiveram as dores das contrações ignoradas pelas agentes penitenciárias e, a ida ao hospital, postergada, que em alguns casos são explicadas pela falta de automóveis para realizar o transporte até o hospital. No hospital, essas mulheres não podem estar acompanhadas de nenhum familiar e muitas relatam o descaso médico com as dores, com os procedimentos e com os filhos. Não chegamos a ouvir essa situação de nenhuma mulher com as quais tivemos contato, mas sabemos que não é incomum a prática de se realizarem partos com as mulheres algemadas na cama, sendo necessário a elaboração de uma lei que proibisse tal procedimento: a Lei n. 13.434 alterou o Art. 292 do Código de Processo Penal, que passou a vigorar em abril de 2017. Ainda assim, escutamos algumas histórias de desconfiança que as mulheres tinham sobre as declarações que os médicos atestavam sobre a saúde delas e das crianças.

Uma vez com seus filhos nos braços, começa a operar uma vigia constante sobre as formas de cuidados que as mulheres passam a estabelecer com os filhos; estes devem estar sempre “bem cuidados” e limpos. Quando as agentes ou até mesmo outras mulheres acreditam que alguém não está cuidando bem do seu bebê, ou se o que é esperado não esteja sendo cumprido, se o bebê está muito magro ou não apresenta uma higiene esperada, esta passa a sofrer algumas ameaças, inclusive a de ter seu filho retirado de seus cuidados.

Acerca dessas expectativas sobre o que seria uma “boa mãe” e “bons cuidados”, Braga e Angotti (2015) apontam:

Trata-se de um lugar ao qual se atribui, no discurso social, muitas obrigações, e que se baseia em toda uma concepção do que seria exercer essa função, lugar de muito poder e, por conta disso, de uma cobrança quase sem fronteiras. (BRAGA; ANGOTTI, 2015)

Paradoxalmente à exigência dos bons cuidados, o ambiente prisional oferece baixíssimas condições de autonomia às mulheres, visto que elas não escolhem os horários das refeições. Para os bebês que já ingerem alguns alimentos, tão pouco escolhem quais serão esses alimentos, visto que são oferecidos pela unidade prisional. Também não escolhem o horário dos banhos e as necessidades de itens básicos, de higiene ou itens médicos, como remédios, pomadas, exames, vacinas; tudo isso passa pela regulação da penitenciária.

Constantemente, ouvíamos frases do tipo: “É muito difícil estar aqui, lá fora se meu bebê está com febre ou doente eu consigo me virar, por mais que o hospital não seja bom, eu posso procurar outro ou posso ir até a farmácia, aqui temos sempre que esperar a vontade da guarda ou esperar que alguém lá de fora possa vir buscar a criança para levar ao médico”.

Além desses itens, outro ponto que gera angústia é falta de brinquedos para as crianças. Há uma sala de brinquedos na unidade, porém, em todos nossos encontros, ela estava fechada. Algumas guardas diziam que o acesso a essa sala gerava brigas e confusões entre as mulheres, que disputavam os brinquedos.

Em um dos nossos grupos, Tatiana trouxe essa questão, dizendo se sentir muito triste por saber que o primeiro brinquedo de sua filha havia sido um saco plástico vazio. Mesmo que enquanto psicanalistas pudéssemos entender que o fato de a criança brincar com um “saco plástico vazio” possivelmente mostrasse sinais de saúde psíquica, o que se apresenta aqui é a frustração que Tatiana tinha de não poder proporcionar a sua filha objetos que ela acreditava serem apropriados para uma criança brincar.

Paradoxalmente a essas situações, o contexto prisional oferece uma vivência mãe-bebê raramente possível em outro contexto: o fato das mulheres ficarem vinte e quatro horas por dia, todos os dias, junto a eles.

Mesmo havendo, em alguns momentos, um revezamento entre as mulheres no cuidado com os bebês, quando uma mulher se dispõe a cuidar um pouco do filho da outra nos momentos necessários para lavar as roupas, se alimentarem ou se dedicarem a pequenos afazeres, o ambiente prisional se configura em um lugar nomeado pelas pesquisadoras Braga e Angotti (2015) como hipermaternidade. Assim, durante os meses após o nascimento, mãe e criança experienciam um período de

contato intenso, porém, sempre marcado pela iminência da ruptura total, expectativa que gera muitas ressonâncias. O que esse contexto pode gerar em termos de constituição subjetiva para os bebês ainda é uma área que vem sendo bastante questionada e analisada.

Assim, a ansiedade frente ao momento de entrega dos filhos ressoava em nossos grupos dentro da ala materno-infantil constantemente, quase todos os assuntos discutidos nesse espaço eram relacionados a isso: “será que vão cuidar bem dele?”, “será que vai lembrar de mim?”, “quais as marcas de ter nascido na prisão vão ficar?” eram as perguntas que não cessavam de reverberar.

O questionamento sobre as marcas que os filhos poderiam carregar por terem nascido no ambiente prisional contrastava com a falta de registro que as mulheres poderiam ter desse momento. Muitas vezes foi trazido como assunto do grupo uma tristeza por não terem a possibilidade de fotografar seu período de gravidez, e não terem fotos de seus filhos recém-nascidos. Cenário praticamente impensável em mundo repleto de *smartphones* e com câmeras fotográficas. Também havia uma frustração frente ao fato de não poderem ficar com os objetos dos filhos após a separação.

“Será que ele vai me reconhecer?”, se indagavam e deixavam a contrapartida em silêncio. Será que elas os reconhecerão após meses ou anos de separação?

Essa tristeza era acompanhada do questionamento sobre a indecisão de contar ou não contar o ocorrido para o filho: “será que não seria melhor ele não saber que nasceu aqui?”. Assim como se questionavam sobre como esses bebês seriam tratados pela família. Uma mulher afirma “ele sempre será tratado diferente, vai ser visto com dó pela família”. Outras contam o que foi já fora dito para os outros filhos e filhas sobre sua prisão, nem sempre os filhos que ficaram na rua sabiam que suas mães estavam presas, “eles acham que eu estou viajando ou trabalhando fora”.

Uma das mulheres um dia declarou que mesmo que seu filho pudesse voltar ao presídio para visitá-la, ela preferia que ele não o fizesse, “é melhor, é para ele esquecer, eu não ia achar bom que ele me visse nessa situação também”.

Assim, contrastavam-se as opiniões de algumas mulheres que gostariam de prolongar o tempo com seus filhos dentro da prisão e daquelas que achavam melhor

entregar o quanto antes, para evitar o sofrimento frente à espera e também para evitar que seu bebê pudesse sofrer nesse lugar.

O sofrimento e a sensação de solidão eram relatados, e uma das mulheres declarou que não havia como enfrentar essa situação sem um “endurecimento”, ela estranhava os sentimentos que afloravam e eram impossíveis de conter, “acho que tenho andada emocionada demais, preciso voltar a ficar firme”.

Em meio a esse ambiente, entretanto, é possível observar uma rede de solidariedade que se estabelece entre as mulheres; quando emprestavam pomadas, dividiam ensinamentos e angústias sobre maternagem, relações que podem tornar a experiência de ser mãe na penitenciária menos solitária.

O vínculo que era estabelecido entre as mulheres fazia também com que sentissem que “cada bebê que sai é como se fosse o nosso”. Os momentos de separação eram intensos, revelava a cada uma que ficava que o seu próprio tempo com sua criança também iria acabar. E também impactava o fato de perderem uma colega. Muitas vezes as que ficavam na ala perguntavam se nós tínhamos notícias das que saíram, mostrando a permanência das marcas do vínculo estabelecido ali. Porém, em meio a tantas preocupações e tantos sofrimentos também era possível testemunhar fragmentos de felicidades, o brilho no olhar quando as mulheres observam seus bebês, os sorrisos, momentos que escapam em meio a pressão cotidiana.

Sabemos que a psicanálise freudiana e lacaniana, exatamente por ter se debruçado permanentemente sobre questões do feminino e da mulher, possui diversas elaborações sobre a questão da maternidade, que foram se alterando no decorrer da obra tanto em Freud como em Laca à medida que avançavam em suas teorizações. Dessas elaborações, o ponto que queremos elencar aqui, no que se refere ao motivo pelo qual entendemos o lugar da maternidade como um dos destinos da sexualidade dentro do cárcere, liga-se ao circuito pulsional, da forma como foi apresentado previamente neste capítulo.

Se é por meio dos cuidados maternos que pode ser realizada a libidinização do corpo erógeno infantil e, posteriormente, instaurar o circuito pulsional na criança, então as mulheres que escutamos participam dessa dinâmica agora no lugar do Outro para essas crianças.

Pois esses cuidados extrapolam a dimensão biológica, fazendo parte deles a linguagem materna em quanto portadora do desejo. É dessa forma que há a possibilidade da criança advir como sujeito constituído a partir da relação com o Outro.

Para que o circuito pulsional se instaure na criança, é preciso que a mãe também invista seus afetos, seus cuidados e sua linguagem, pois o que engendra este processo será o seu investimento libidinal, isto é, que ela se envolva também corporalmente do ponto de vista das suas próprias pulsões.

Assim, na ala materno-infantil, na função da maternagem dentro do sistema prisional, essas mulheres investem seus objetos pulsionais em seus bebês e, dessa forma, podemos elencar o espaço da maternidade com um dos destinos da sexualidade no cárcere.

Cientes de que esses processos não são fixos e não ocorrem das mesmas formas em todas as relações humanas, em que psicose, autismo, depressão, entre outros, estão em jogo, se trata aqui não de discutir a variedade de formas de constituições subjetivas, mas de sustentar uma hipótese de possibilidade no que se refere como um destino pulsional dentro do contexto de aprisionamento.

Gostaríamos também de apresentar aqui uma situação que envolve, entre outras coisas, o contexto escolar e a maternidade dentro da unidade penal.

Apesar de não fornecer uma remuneração monetária, o estudo garante a remissão de pena para as mulheres, e isso inclui tanto a participação nas aulas escolares, como também a participação em grupos de leituras existentes em algumas unidades prisionais

A baixa escolaridade e o analfabetismo de muitas mulheres que se encontram dentro do sistema prisional, como já apresentamos anteriormente, é algo que dificulta ainda mais o acesso aos documentos processuais que envolvem tanto a sua própria perspectiva de liberdade e outros fatores como a guarda dos filhos, quando esta também está em jogo dentro do processo pelos quais estão passando.

Durante nosso percurso na Penitenciária Feminina da Capital, pudemos acompanhar o caso de uma mulher no qual isso incidiu de forma bastante dura e grave. Raíssa já havia passado pelo sistema prisional outras vezes e, dessa vez, foi presa estando grávida, dando à luz seu filho dentro da prisão.

Por conta disso, o primeiro contato com ela foi dentro da ala materno-infantil, onde encontrava-se com seu filho, ainda sem saber se ele seria enviado aos cuidados da irmã ou se iria para uma instituição de abrigo. Posteriormente, soubemos que a irmã, por diversos motivos, não tinha condições de manter mais uma criança sob seus cuidados e se recusou a ficar com o sobrinho.

Por essas indefinições, o caso foi seguindo sem deliberações e o filho de Raíssa encontrava-se já com um ano quando foi definido que seria enviado a um abrigo. Esse caso comovia quase todas as outras mulheres que dividiam com ela o espaço da ala materno-infantil, assim como a equipe das agentes prisionais.

O momento da entrega, do desespero, do choro e a cena do filho agarrando a blusa da mãe sem querer soltar para ir embora reverberou por muito tempo em nossos encontros. Após a entrega, Raíssa foi transferida para o pavilhão comum e os encontros com a equipe de psicólogas foi mantido. O receio de uma possível destituição familiar e a perda da guarda do filho começou a se apresentar e tomar conta da maior parte das conversas que tínhamos com ela.

Em um dos encontros, Raíssa estava bastante preocupada, pois havia assinado alguns documentos nas semanas anteriores; ela não sabia ler e ninguém no momento conseguiu explicar com clareza sobre que os documentos tratavam, dessa forma, a fantasia de que havia assinado, mesmo contra vontade, a destituição da guarda do filho recaiu sobre ela de forma avassaladora.

Algum tempo passou sem que Raíssa tivesse notícias do que havia acontecido. O caso seguiu e, após algum tempo, descobriu-se que os documentos não eram relacionados ao filho, aliviando suas preocupações.

Novos encontros prosseguiram e, depois de alguns meses, Raíssa começou a trazer novos assuntos para o grupo, de como seguia sua inserção dentro do pavilhão, rotina, relacionamentos e trabalho. Até que em um dia Raíssa nos conta: “consegui minha vaga na escola, comecei a estudar e estou indo bem, quero aprender a ler.” Continuando a apresentar suas motivações para continuar seus estudos, ela diz: “nunca mais quero assinar papéis sem saber o que está escrito neles”.

Muitos elementos chamam a atenção nesse caso – as complicadas relações institucionais, a complexa situação das destituições familiares com mulheres em

privação de liberdade – porém, no âmbito dessa pesquisa, o que destacamos na escuta é a potência no caminho encontrado por Raíssa para se haver com sua situação. Mesmo restrita de sua circulação na cidade, o direito oferecido e encontrado, dentro dessa unidade prisional, possibilitou que Raíssa pudesse sustentar seu desejo de saber o que acontece a si e, da forma como é possível, responsabilizar-se pela vida de seu filho.

4.5 Cartas

“Aqui eu escrevo tudo que eu posso, sem parar, escrevo cartas, diários. Escrevo até as minhas mãos doerem”.

Foi por meio dessa frase, em meados de 2015, que começamos a entender a proporção da potência da escrita dentro do universo prisional.

Nessa ocasião, uma mulher relatava sobre a sua vida, como fora parar naquele lugar e, em sua narrativa, ela acentuava o fato de que seus familiares e amigos não a visitavam, de que era muito sozinha. Quando questionada de que modo lidava com aquela situação, a resposta foi categórica: “eu escrevo”.

Pode-se, a partir dessa circunstância, pensar a grande relevância dos escritos produzidos por pessoas privadas de liberdade dentro da prisão. Muitos desses escritos podem passar a possuir um potencial político e, inclusive, passar a ter valor de documento histórico de uma época. Notamos isso em alguns exemplos, como na famosa obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, livro publicado postumamente, em 1953, no qual são narrados os acontecimentos da vida do autor e de outras pessoas que estiveram presas junto a ele durante o Estado Novo no Brasil.

E também com o projeto intitulado “Cartas do Cárcere”, fruto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que, no início de 2017, analisou 8.818 cartas recebidas pela Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais (ONSP) no ano de 2016, propondo, por meio dessas leituras, buscar informações sobre violações de direito

dentro do ambiente prisional. Como fruto desse projeto, em 2018, houve o lançamento do livro *Vozes do cárcere: ecos da resistência política*.

Já nesse aspecto, é possível notar o poder da produção epistolar dentro das prisões, pois, se elas encarceram corpos, as cartas, ainda que muitas vezes submetidas a processos de censura, ainda podem ir e vir e, algumas vezes, encontram passagens clandestinas em seu caminho.

São nessas brechas do sistema prisional que tais corpos ainda são possibilitados de se manterem como sujeitos de desejo, visto que, quando colocam suas cartas em circulação, enviam além de letras e palavras muitos outros elementos que a compõem e, uma vez que se colocam em movimento, seus destinos poderão ser muitos outros além do imaginado por quem escreve.

A escrita deixa pistas, vestígios do percurso da pulsão, rastros do pensamento. Possibilita alguma ligação com o mundo compartilhado, inscreve o sujeito em algum laço social já que quem escreve deixa provas, evidências do desejo de que alguém o leia, ainda que se trate da escrita de um psicótico. (MANSO; CALDAS, 2013)

Analisando a arte rupestre, a psicanalista Mieli (2016) apresenta como é possível observar que as representações das marcas das mão são frequentes e numerosas em diversas épocas e em lugares longínquos, e podemos encaixar nessa observação as marcas deixadas pelas escritas nas cartas, que foram feitas à mão. Segundo a psicanalista:

A mão é o alter ego silencioso da linguagem, o seu representante; ela transmite alguma coisa para além do que a linguagem está em condições de representar, ela é a via de criação artística e do registro de marcas significantes. Ao mesmo tempo, ela é o porta voz da relação do pé com o território; ela conta onde foi o pé, como ele se movimenta. (MIELI, 2016, p. 98)

Para além desses exemplos da função política e de registro, as cartas e a escrita também apresentam outras funções de aspectos mais pessoais para as pessoas privadas de liberdade.

Na prisão, a escrita se dá não somente pela elaboração das cartas, mas também em diários, em anotações nos papéis – que estão sempre faltando – nas paredes, nos objetos e também no próprio corpo, na pele marcada pelas tatuagens produzidas nesse contexto. Onde houver possibilidade de “tirar o que está dentro”.

Se a escrita tira o que está dentro, pelas cartas, também há a possibilidade de o que está de fora, entrar. Por meio das cartas, algumas mulheres recebem as notícias do que anda acontecendo pelo “mundão”, conseguem continuar se comunicando com alguns parentes e amigos. Algumas delas dizem que gostam de ler sobre os filhos, sobre como está a vida lá fora, do bairro onde moravam.

Foi necessário alguns anos dentro do sistema carcerário para começar a ouvir sobre outro circuito de afeto relacionado à produção de cartas; quando isso começou a acontecer, dois novos significantes começaram a se apresentar: pedalar e castelar.

Em um de nossos encontros, começamos a ter notícias sobre uma certa “rede” de trocas de cartas entre algumas das mulheres ali presentes e homens também privados de liberdade em outras instituições prisionais.

“Chama pedalar”, disseram. Algumas pedalam com dez, quinze homens; outras, apenas com um, e o benefício de “pedalar” com vários homens, segundo o que uma das mulheres nos contava, é que como as cartas geralmente demoravam muito para ir e voltar, se corresponder com vários homens a mantinha sempre com novidades e a ocupava, seja lendo as cartas que chegavam ou escrevendo suas respostas.

Interessante notar que o próprio ciclo nesse enviar e receber cartas nos remete ao circuito pulsional, demonstrado anteriormente, pois parte do sujeito ao campo do Outro e, posteriormente, retorna ao sujeito. Assim, no decorrer do encontro, as mulheres continuaram nos contando como faziam para se fazerem ver, se fazerem ouvir, na medida em que, quem lê, escuta, e se fazerem desejar.

A primeira pergunta que nos surgiu nesse momento foi o de como essa relação se iniciava; elas foram respondendo que os contatos começavam geralmente por “indicação” de algum conhecido, visto que muitas delas possuem parente, amigos e maridos ou companheiros presos. “Ah, ele tá preso com o meu irmão, aí ele passou meu endereço”. Também poderia ocorrer de uma mulher passar o endereço da amiga

para que seu interlocutor repasse o contato para outro alguém. Segundo elas, a intenção das trocar de cartas era primeiramente conhecer alguém, “trocar ideia”, “fazer planos”, “é um passatempo”, completaram. “Mas você sabe como é homem, né? Muitos já partem pra safadeza direto, mandam aquilo lá desenhado, às vezes fazem uns desenhos gigantes, aí eu dou risada, quando é muito escrachado as vezes eu mostro pra alguma colega e damos risadas juntas”. Nenhuma delas contou, entretanto, que também escrevia “safadezas”, disseram que preferiam “castelar”. Castelar, para elas, teria o sentido de “construir um castelo”, no sentido de “um castelo de sonhos”, “acho que tem a ver com o castelo da princesa”.

Assim essas seriam as cartas nas quais, junto aos seus interlocutores, elas fariam planos, se imaginariam fora da cadeia, onde elas deixariam “soltar a imaginação”: “ah, a gente fica falando, quando sair daqui vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. Imaginavam onde gostariam de estar e colocavam num papel, que alguém receberia e estaria interessado em ler sobre seus sonhos.

Todos esses relatos foram nos mostrando como, pelas cartas, elas se apresentavam como sujeitos e encontravam um lugar para destinar suas pulsões:

Em todo escrito que não reproduz os sentidos correntes e congelados pelo código de uma língua se rastreiam pedaços de um sujeito evanescente. Lá serão encontradas coisas que se gostaria de dizer ou de esquecer, promessas de um sonho de amor, tristezas de amores infelizes, desejos adormecidos e inconfessados, fantasmas que causam horror. Enfim, uma multiplicidade de situações dramáticas e de ditos que marcam o limite trágico da existência do homem no mundo. (FERREIRA, 2007, p. 57)

Assim, nesse circuito epistolar, além de ter notícias sobre como andava o cotidiano das famílias e dos filhos, é possível também que algumas mulheres possam endereçar seus sonhos, desejos, fantasias e erotismo.

Em seu artigo, que busca analisar a escrita feminina pelo prisma da psicanálise, Barros (2007) aponta que, principalmente para as mulheres, a escrita seria um ato transgressor em seu cerne, visto que até não muito tempo na história das civilizações, as mulheres eram desprovidas da saída (pulsional) pela escrita.

Porém, muitas mulheres no Brasil não sabem ler e escrever até hoje e, algumas delas, se encontram no cárcere. Assim, as mulheres que participavam do grupo nos contavam que nem todas elas conseguiam ter acesso a esse tipo de troca, algumas por de fato não saberem ler e escrever, outras por se sentirem envergonhada em articular seus pensamentos no papel. Desse modo, havia pedidos e até mesmo certo comércio entre mulheres que se ofereciam para escrever cartas e as mulheres que tinham interesse em que alguém escrevesse para elas.

Nem todas as que sabiam ler e escrever compactuavam com esse modelo e recusavam os pedidos e as ofertas de outras mulheres, “eu é que não vou castelar pra outra pessoa”.

Quando indagamos se as que estavam ali presentes saberiam dizer as origens dessas palavras tanto “castelar” como “pedalar”, elas não souberam explicar, era uma linguagem que já habitava o sistema prisional muito antes de elas estarem inseridas nele. Interessante apontar que, em nosso contato com psicólogas que trabalhavam com medidas socioeducativas para adolescentes, soubemos que, para eles, castelar tinha um outro sentido, sendo “montar o castelo” – o momento em que ficavam eretos dentro da calça.

Também é importante notar que a produção de cartas esbarram em certos limites, visto que, para escrevê-las, é necessário que as mulheres tenham acesso aos materiais necessários, como folhas de papel, caneta, envelopes e selos e, caso a mulher não possa contar com o suporte financeiro da família e nem com um jumbo, conseguir esses materiais pode demorar mais tempo e exigir maior empenho. Uma outra via de acesso a esses materiais poderia se dar pelas trocas de serviço ou alguns itens de consumo, como cigarro.

Mesmo a despeito dessas limitações, o que nos foi apresentado pelas mulheres que tivemos contato é que muitas delas conseguem usufruir dessa possibilidade existente no cárcere. As cartas pressupõe a presença de um interlocutor, alguém a quem endereçar essas reflexões e mensagens elaboradas e redigidas.

Assim, encaixam-se no âmbito de nossas análises por se apresentar como um dos destinos pulsionais dentro da prisão, englobando os vários aspectos que, em termos de pulsão, a escrita apresenta, tanto no sentido de se lançar a campo do Outro:

O ser falante, quando passa a habitar o mundo da língua e de suas leis, é impelido por chamadas que ardem, queimam e mantêm viva a falta que inflama o desejo. Falar coloca em cena a posição de um sujeito em relação ao Outro. O leitor para o escritor passa a ocupar o lugar de representante desse Outro, para quem toda fala se dirige. (FERREIRA, 2007, p. 56)

Como a pulsão do próprio ato de escrever:

A literatura como escrita tem a mesma temporalidade das pulsões: tempo de passagem, tempo de pura repetição. Escrever é ato de produção significativa e como tal é corte que instaura a diferença como diferença. O movimento que traça a letra no branco da página não é outra coisa senão o movimento parcial da pulsão, contornando o objeto, girando em torno daquilo que representa o vazio da Coisa. A letra que se faz escrita não pára, está sempre demandando a produção de outra, mais outra, e assim sucessivamente. (FERREIRA, 2007, p. 55)

Assim, escrever uma carta pode representar, nesse contexto, a suspensão de um estado de abandono e solidão, que muitas mulheres relatam sentir, a possibilidade desse endereçamento gera expectativas, encontros, vínculos e circulação de afetos.

Em outro contexto também tivemos um grupo bastante marcado por esse assunto, mas, dessa vez, uma mulher nos contava como havia se aproximado da irmã exatamente agora que as duas estavam presas em unidades prisionais diferentes: “Na rua, a gente nem era muito próxima, eu vim presa primeiro, depois soube que ela tinha sido também, aí passamos a nos escrever, é bom poder contar com isso. É engraçado, agora que estamos longe e separadas uma da outra, estamos muito mais próximas”.

Concordamos com Kehl (2000), que diz que escrever seria um dos recursos de que podemos nos valer para inverter, ainda que precariamente, a posição passiva que experimentamos diante da catástrofe e que nos causam tanto horror.

As cartas, assim, retiram as mulheres da condição de silenciamento imposto pela punição prisional, pois são as mãos que traçam em silêncio a resposta subjetiva ao chamado do Outro e desenhavam um campo novo onde pousar o olhar. Silenciosa,

ela faz ressoar o grito, a música, o ritmo, o gozo, articulando, dessa forma, a pulsão escópica e a pulsão invocante.

5. Considerações finais

Neste trabalho, tivemos como objetivo principal apresentar os possíveis espaços de destinações pulsionais dentro do ambiente prisional feminino, espaços que podem ser analisados como lugares de resistência à prisão.

Iniciamos a primeira parte deste percurso visando circunscrever a problemática elegida para essa pesquisa, ou seja, pensar e explorar as causas e fatores que levam ao grande aumento do aprisionamento feminino em prisões modernas no Brasil.

Para tal empreitada, foi realizado um retorno histórico, buscando apresentar as formas como as mulheres foram sendo nomeadas e representadas em nossa cultura. Essa breve retomada histórica acerca das nomeações que recaíram sobre as mulheres ao longo da história na civilização ocidental, assim como seu papel social rigidamente estabelecido, demonstrou não somente os dados históricos das relações de poder na cultura, mas também o que há de estrutural na abordagem do feminino até chegarmos aos dias de hoje.

Nesse momento, percebemos que os encarceramentos femininos não são somente uma questão da atualidade, mas fazem conjunto com uma série de aprisionamentos, que datam de um longo tempo, de diferentes formas, no decorrer da história da civilização ocidental e, também, no Brasil.

Sobre a questão dos aprisionamentos femininos no espaço doméstico, não foram poucos os trabalhos sobre gênero que, ao apresentar historicamente as relações sociais, apontam que houve uma separação evidente entre espaço público e espaço privado, sendo este último o espaço reservado para as mulheres.

Enquanto aos homens era incentivado o espaço público, da política e do trabalho, às mulheres eram designado o espaço privado, do lar, do cuidado dos filhos e dos maridos.

Foi justamente o significante privado que possibilitou vincular a noção de espaço privado doméstico com o espaço de privação de liberdade das unidades prisionais. Mesmo considerando suas diferenças, a aproximação entre essas duas situações foi se apresentando a essa pesquisa como plausível.

No contexto dos aprisionamentos em hospitais psiquiátricos, buscou-se analisar elementos referentes ao hospital psiquiátrico francês Salpêtrière, local emblemático no contexto desta pesquisa, pois atrela-se tanto a um contexto massivo de aprisionamento de mulheres como nos remete ao lugar que possibilitou as elaborações de Sigmund Freud no contexto da criação da psicanálise. Aqui, constatou-se o paradoxo entre invisibilidade e hipervisibilização que envolve essa situação, ao mesmo tempo em que exclui o indivíduo da sociedade e o impõe ao silenciamento, suas imagens são veiculadas constantemente.

Quando passamos a observar o contexto brasileiro, apontamos que, em nosso país, também imperou um grande movimento de medicalização e internações. A questão da loucura causava grande temores e, para as mulheres, essa conjuntura teve forte relação com a tentativa de regularização da sexualidade, da imposição de normas e comportamentos atribuídos a uma ideia de feminilidade, vinculada à bondade e à maternidade.

Destacamos, entretanto, que houveram pontos de resistências frente a esses discursos e às práticas punitivas. No contexto do encarceramento em prisões modernas, notamos mais claramente certo perfil das pessoas que são confinadas. Por meio da comparação entre dados estatísticos do período de inauguração das unidades prisionais femininas e os dados atuais, notamos que esse aspecto pouco mudou com o decorrer do tempo, sendo as mulheres jovens, de baixo poder aquisitivo e negras as que mais sofrem com as políticas de encarceramento.

Questionamos os motivos geralmente apresentados para sustentar esses aprisionamentos, por exemplo, a questão da guerra ao tráfico de drogas, e

sustentamos que apesar de esse ser o motivo constantemente declarado, não seria o único fator em jogo nesse contexto.

Assim, sustenta-se a continuidade da hipótese de que as prisões modernas e os números exorbitantes do aprisionamento feminino na atualidade muito possivelmente não expressam uma ruptura ou uma descontinuação da ordem das coisas; essas prisões fazem série com os aprisionamentos de outrora, podendo revelar uma estrutura social pautada em um sistema de exclusão e controle. Apostamos na continuidade de pesquisar esses elementos para que possamos melhor compreender de que forma eles incidem, principalmente, vinculados à questão de gênero.

Não pretendeu-se aqui esgotar essa investigação nem oferecer respostas conclusivas sobre esses processos, seus impasses e as possíveis saídas. Visamos uma análise mais contínua, colocando em questões os motivos e as formas pelos quais as mulheres foram e são capturadas por esses processos.

Após a apresentação da contextualização do tema e dos dados históricos e atuais, partimos para a segunda parte da pesquisa, que teve como objetivo analisar o que, por meio da experiência de aproximação com o universo prisional, foi nomeado como “destinos da sexualidade no cárcere feminino”. Apostamos nessas análises pois, muitas vezes, perde-se de vista que a prisão é, ou deveria ser, algo temporário na vida do sujeito. A experiência de aprisionamento gera diversos efeitos na vida de uma pessoa e suas marcas, na maioria das vezes, a acompanham durante muito tempo; um dos efeitos evidentes sobre isso é a dificuldade relatada pelas mulheres de se inserirem em um mercado de trabalho fora da prisão, após o cumprimento da pena. A imagem de “ex-presidiária” carrega profundos estigmas e preconceitos em nossa sociedade e há poucos estudos capazes de mensurar os impactos subjetivos acarretados após uma experiência desse tipo.

Levando essas questões em consideração, este trabalho apostou em observar, identificar e apresentar as possibilidades de ancoramento e resistências do sujeito de desejo. O ponto-chave para essas análises foi o conceito de pulsão, elaborado pela teoria freudiana e, posteriormente, revista na teoria lacaniana.

Apresentamos, então, esse conceito dentro do quarto capítulo deste trabalho, apontando a forma como se articula com a sexualidade, com o inconsciente, com o endereçamento ao Outro e com o surgimento do sujeito da psicanálise.

Em relação aos textos freudianos, observamos os quatro elementos da pulsão – fonte, pressão, meta e objeto – assim como os seus possíveis destinos, a reversão em seu contrário, o retorno da pulsão em direção à própria pessoa, o recalque e a sublimação. Já no âmbito da releitura lacaniana, observamos a montagem do circuito pulsional na constituição do sujeito, a função do campo do Outro e a importância do conceito de objeto a. E destacamos a articulação do sujeito com o social.

Assim, entendemos que a pulsão, da forma como ela enlaça o sujeito ao Outro, é possível fazer apontar o desejo de vida, não sucumbindo a uma possível aniquilação. Elencamos, então, os seguintes destinos pulsionais dentro do cárcere: o trabalho, os relacionamentos, a maternidade e as cartas. Significantes que emergiram e apresentaram sua potência durante as experiências com as mulheres em privação de liberdade, tanto na Penitenciária Feminina de Sant'Ana, como na Penitenciária Feminina da Capital.

Dessa forma, observamos que nossas conclusões não são universais, mas circunscritas na experiência dentro dos encontros que vivenciamos. Sabemos que as unidades prisionais apresentam diferentes formas de funcionamento, operando de forma particular, assim como o modo que cada mulher significa a experiência de aprisionamento é singular.

No subcapítulo destinado ao trabalho, apresentamos como se constituíram os vínculos empregatícios nas unidades prisionais dentro de um aspecto legal, e analisamos alguns fatores atribuídos à possibilidade de estar em um emprego, como a remissão de pena e o salário oferecido, não sem deixar de indicar certo caráter exploratório dessa relação trabalhista. Posteriormente, analisamos outros aspectos, enunciados pelas mulheres, a partir dessa vinculação: a possibilidade de ver e ser vista, assim como o de falar e ser escutada. Relacionamos o que entendemos dessas falas com a presença da pulsão escópica e invocante, relativas ao olhar e à voz dentro desse contexto.

Passamos então ao subcapítulo que explora as questões sobre os relacionamentos dentro da prisão, desde as falas sobre desconfiança e mal-estar, o questionamento sobre se de fato é possível existir amizade entre mulheres dentro de uma unidade prisional até apontarmos o que observamos como uma rede de apoio e a construção de alguns vínculos entre elas. Destacamos nesse subcapítulo o que chamamos de função do semelhante, que possibilita uma construção em comum e de parceria, para além dos afetos relativos à rivalidade.

No subcapítulo sobre a maternidade, apresentamos a complexidade relativa a esse tema dentro do ambiente prisional, a concepção muitas vezes observada de que a maternidade seria capaz de “resgatar” ou “salvar” algumas mulheres, assim como a imposição de certos comportamentos esperados como adequados no cuidado com os bebês.

Apontamos, também, a delicada situação de uma convivência intensa entre as mulheres e seus filhos dentro do ambiente prisional, pautada pela iminência da ruptura, imposta às mulheres, quando estas devem entregar seus filhos aos cuidados de algum familiar ou alguma instituição de abrigamento. Assim como demonstramos alguns efeitos subjetivos que essa situação pode ocasionar.

Por último, apresentamos as diversas potências relativas à prática da escrita dentro do sistema prisional, seja pela produção de cartas, diários ou anotações, e relacionamos essa atividade de escrever com alguns elementos pulsionais.

Nesse subcapítulo, também relatamos a função das cartas amorosas trocadas entre homens e mulheres presas, conforme pudemos ouvir em nossos grupos de conversa. A escrita no cárcere demonstrou oferecer a possibilidade de registro e de elaboração das vivências dessas mulheres, assim como a possibilidade de continuar vinculando-se com as pessoas fora da unidade prisional onde estão, sendo uma importante ferramenta para o atravessamento do tempo da pena.

Assim, concluímos que, em meio às diversas violências e violações, as mulheres continuam lançando mão de elementos que as possibilite, de alguma forma, atravessar a situação de aprisionamento.

Dessa forma, não significa que concordamos com a estrutura penal nem com as violências intrínsecas a esse sistema, pelo contrário. Porém, apostamos na possibilidade da continuidade da vida dessas mulheres para que, concomitantemente, possamos continuar buscando melhores condições para a vida humana seja tratada de forma digna.

Pretende-se, a partir deste trabalho, continuar a pesquisa e aprofundar a articulação entre teoria e escuta psicanalítica e a situação das mulheres dentro sistema prisional.

Referências

- ANDRADE, B. S. A. B. d. Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus. O surgimento dos presídios femininos no Brasil. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2011.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman, Segunda Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- ARTUR, A. T. As origens do Presídio de mulheres do estado de São Paulo. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2011.
- ASSOUN, P.-L. Freud e a mulher. Zahar, 1993.
- BARROS, R. M. M. de. A escrita feminina. In: Escrita e psicanálise. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 173–184.
- BERTA, S. L. Escrever o trauma, de freud a lacan. São Paulo: Annablume, 2015.
- BIRMAN, J. Cartografias do feminino. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BIRMAN, J. Fraternidades: destinos e impasses da figura do pai na atualidade. Physis: Revista de Saúde Coletiva, SciELO Public Health, v. 13, p. 93–114, 2003.
- BIRMAN, J. Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Rio de Janeiro, 2006.
- BRAGA, A. G. M.; ANGOTTI, B. Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. SUR Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 12, n. 22, p. 229–239, 2015.
- BROUSSE, M.-H. A pulsão I. In: Para ler o Seminário. [S.l.: s.n.], 1995. v. 11, p. 31–41.
- CARVALHO, J. Z. d. et al. Sujeito adormecido: a voz do desejo e suas possibilidades na estrutura clínica. Universidade Católica de Brasília, 2014.
- CATROLI, V. S.; ROSA, M. D. O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. Estilos da Clínica, v. 18, n. 2, p. 297–317, 2013.
- COSTA, A. O que é um ato criativo? Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 11, n. 119, 2003.
- COSTA, A. A transacionalidade na adolescência. In: Costa, Ana et al. (Orgs), Adolescência e experiências de borda. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 165–193.

- CUNHA, M. C. P. O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo. In: O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- DIAS, M. M. A voz de antigona. In: Direito e psicanálise: Interseções e Interloquções a partir de “Antígona”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 291.
- DIDI-HUBERMAN, G. Invenção da histeria. Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- DUNKER, C. I. L. et al. Romance policial e a pesquisa em psicanálise. Interações, Universidade São Marcos, v. 7, n. 13, p. 113–126, 2002.
- D’INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. História das mulheres no Brasil, Contexto São Paulo, v. 10, 2015.
- ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: História das mulheres no Brasil. São Paulo: [s.n.], 2015. p. 322–361.
- FERREIRA, N. P. A literatura como escrita e como fala. In: Escrita e psicanálise. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 55–63.
- FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. Jornal de Psicanálise, Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257–278, 2006.
- FILHO, J. M. G. A dominação. In: INSTITUTO AMMA PSIQUÊ E NEGRITUDE. Os efeitos psicossociais do racismo. São Paulo: Instituto Amma Psiquê e Negritude, 2008. p. 57–71.
- FINK, B. Ciência e psicanálise. Para ler o Seminário, v. 11, p. 68–79, 1997.
- FLEIG, M. O olhar e a voz em tempos virtuais. Filosofia Unisinos, v. 7, n. 3, p. 238–255, 2006.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). Rio de Janeiro: Imago, 1980. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 21).
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: J. Strachey (Ed. rev.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 7. (Originalmente publicado em 1905).
- FREUD, S. As pulsões e seus destinos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Originalmente publicado em 1915).
- FUENTES, M. J. S. A mulher e seus nomes: Lacan e o feminino. 2009. 273p. Tese (Doutorado) — Tese (Doutorado em Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, 2009.

- FUKS, B. B.; RUDGE, A. M. Em torno da complexa articulação sujeito e cultura. *Psicologia USP, SciELO Brasil*, v. 29, n. 1, p. 1–9, 2018.
- GARCIA-ROZA, L. A. Freud e o inconsciente. [S.l.]: Jorge Zahar Editor Ltda, 1984.
- GARCIA-ROZA, L. A. Pesquisa de tipo teórico. In: *Psicanálise e universidade*. São Paulo: PUC, 1994.
- GEBRIM, A. C. C. *Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2018.
- GOMES, T. C. S. *Aprisionamento (s) de mulheres: a domesticação dos corpos no sistema prisional feminino*. 2016.
- IANNINI, G. *Epistemologia da pulsão: Fantasia, ciência, mito in as pulsões e seus destinos. As pulsões e seus destinos*, 2014.
- INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Mulheresemprisão: desafios e potencialidades para a redução do encarceramento de mulheres*. ITTC. São Paulo, 2017.14p.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos de psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais (vol. 1)*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2000), 2008.
- KEHL, M. R. O sexo, a morte, a mãe e o mal. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, p. 136–148, 2000.
- KNOBLOCH, F. *O tempo do traumático*. [S.l.]: Univ Pontifica Comillas, 1998.
- LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, v. 1973, 1985.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. v. 1964.
- LAGARDE, M. *Los cautiverios de las mujeres madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 1993.
- LEJARRAGA, A. L. A noção de amizade em freud e winnicott. *Natureza humana, Sociedade Brasileira de Fonomenologia e Grupo de Pesquisa em Filosofia e . . .*, v. 12, n. 1, p. 1–20, 2010.
- LIMA, M. d. *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2006.
- MAGNABOSCO, M. M. Mal-estar e subjetividade feminina. *Revista Subjetividades*, v. 3, n. 2, p. 418–438, 2003. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482003000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2019-05-17.

MANSO, R.; CALDAS, H. Escrita no corpo: gozo e laço social. *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*, SciELO Brasil, v. 16, n. SPE, p. 109–126, 2013.

MIELI, P. Figuras do espaço: Sujeito, corpo, lugar. Annablume, São Paulo, 2016.

MOKI, M. P. Representações sociais do trabalho carcerário feminino. Universidade Federal de São Carlos, 2005.

MOUNTIAN, I. Images of women and drugs. *Annual Review of Critical Psychology*, Discourse Unit Manchester, v. 4, n. Feminisms and Activisms, p. 81–95, 2005.

MOUNTIAN, I. Análise de discurso e pesquisa feminista: algumas considerações sobre metodologia e ética em pesquisa. In: LARA JR. Nadir, LIMA, Aluísio Ferreira de. *Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

NUNES, S. A. O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. [S.l.]: Editora Record, 2000.

PADOVANI, N. C. "Perpetuas espirais": falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado), Campinas, São Paulo, 2010.

PADOVANI, N. C. Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. Tese (Doutorado) — Tese (Doutorado em Antropologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

PERROT, M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

QUINET, A. Os outros em Lacan. [S.l.]: Zahar, 2012.

RAGO, M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 1890–193, 2014.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista Textura*, 2002.

ROSA, M. D. Psicanálise implicada vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, p. 29–40, 2013.

ROSA, M. D. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo, p. 200, 2016.

ROSA, M. D.; CERRUTI, M. Da rivalidade à responsabilidade: reflexões sobre a justiça restaurativa a partir da psicanálise. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 13–19, 2014.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C.; CATROLI, V. S. Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. *Psicologia em Revista*, v. 15, n. 1, p. 51–68, 2009.

SCHWARZ, C.; MOSCHEN, S. A pulsão invocante e o abismo das origens: notas sobre a música e o silêncio. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, v. 34, n. 27, p. 153–159, 2012.

SIRELLI, N. M. Alienação e separação: a lógica do significante e do objeto na constituição do sujeito. Tese (Doutorado) — Dissertação de mestrado). Departamento de Psicologia, Universidade Federal, 2010.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano in a história das mulheres no Brasil. *História das mulheres no Brasil*, Contexto São Paulo, v. 3, p. 362–400, 2015.

TIUSSI, C. C. Função do semelhante como fundamento do trabalho com as crianças em grupos: uma contribuição para os estudos sobre o desenvolvimento psíquico. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2018.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Subjetividades*, v. 11, n. 2, p. 525–554, 2016.

VIVES, J.-M. Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, v. 12, n. 2, 2009.

VORSATZ, I. *Antígona e a ética trágica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.